

LUSTOSA DA COSTA



SOBRAL QUE NÃO ESQUEÇO

SECRETARIA DO BISPADO
Sobral - Ceará

NOVIDADES!
Itens que se encontram
-NA-
A DA CHALEIRA"
-DE-
NNA & LIMA

Vidros de diversos tamanhos
Balanças de balcão
Sortimento de 300 kilos
Chapas para fogueiras
Quadros para fogueiras
Espelhos para fogueiras
Rosas em ferro de
de agulha

Batistas que, à fl. 41 do Livro de Baptismos de
Sobral, de 1940 a 1944, se encontra o assento de
batismo de Francisco, filho legítimo de João
cristo Ferreira Costa e D. Maria Dolores Lustosa
Costa, nascido a 10 de Setembro de 1938 -
crismado a 10 de Setembro de 1946, sendo batizado no
dia 25 de Dezembro de 1946, sendo batizado Frei
cristo de Almeida Oliveira. O referido é verdade.
Paróquia, Sobral, 29 de Janeiro de 1947. S. B.
cristo Ferreira (S. B.) Curador da Paróquia
Eclesiástica.



LUSTOSA DA COSTA

é jornalista desde 1954, quando publicou o primeiro artigo assinado pelas iniciais L.C. no jornal sobralense *Correio da Semana*, logo após o suicídio do presidente Getúlio Vargas.

É atualmente colunista político do *Diário do Nordeste* em Brasília, onde foi repórter de *O Estado de S. Paulo* e cronista do *Correio Braziliense*. Trabalhou em vários órgãos de imprensa de Fortaleza, tendo sido editor-chefe de *Unitário* e *Correio do Ceará*, jornais extintos da cadeia “associada”.

Residindo em Brasília desde o final de 1974, foi eleito para a Academia Brasiliense de Letras, na vaga de Bernardo Ellis em 2000, quando ganhou, no Ceará, o Prêmio Ideal Clube de Literatura com o livro de crônicas *Rache o Procópio!*

Em 2006 lançou na residência do embaixador do Brasil, em Lisboa, Paes de Andrade, a edição portuguesa de seu livro *Cle-ro, nobreza e povo de Sobral*, com a presença do ex-presidente da República, Mário Soares.

Em 2009, na chancelaria brasileira, em Lisboa, promoveu noite de autógrafos da edição portuguesa de seu livro *Amor em tempo de seca*, quando foi saudado pelo prefaciador da obra, o homem público e escritor António de Almeida Santos.

Noite de autógrafos do mesmo livro foi promovida pela Embaixada do Brasil, em Cabo Verde, sob o comando da embaixadora Maria Dulce Silva Barros.

mu-
a me-
bertou
apreheu
resina no S-
de Olinda.
cidade de Sobra
Firmo Ferreira
Irmão, e na Grapja
tonio Bevilacqua etc. F
pital aos Srs. Joaquim
Freire etc. Irmão. Será
pensado com generosidade.
Firmo Bevilacqua.

VAPORES
DE
LUDVIG LORENTZEN
"Carathéus"
"CAMOCIM"
"SOBRAL"
"IPÚ"
"RIO"

Estes vapores mantêm as
seguintes linhas:
De CAMOCIM ao PARA

**BOA
RECOMPENSA**

Aquem pagar o encravo An-
lonio, idade 26 annos, preto,
corpulento, espadado, e tom-
uago levantado, falto de um
me na frente com algal de um
sambista, olhos grandes e
encravo entrou para o
rio Piahy e quem
entregar a quem
cigênio Marques
providencie na
Sra. José
Sra. José
Sra. An-
na ca-
quah,
ou

CAMARA DOS DEPUTADOS
Golconda, 14 de março de 1958

Amigo
Tenho rapto para esta de
adito em relação ao juiz dahi
dizer me virá de Fortaleza
certo elemento de Trezevi
pelo Virgilio Tavora, pa
preparados. Não poss
a molha d'isto hon
vão no ali co
a mesma
e nos
desce

ANNUNCIO
PROTOGRAPHIA
POPULAR
MARTISTA BRASILEIRO
IRVINO FERNANDES MENDO

Tem a honra de participar ao respecta-
vel publico desta cidade que abriu uma
Galeria DE PROTOGRAPHIA na
Rua Boa Vista n. 13. Na sua estabeleci-
mento tira retratos por diversos systemas,
e os mais modernos e adaptados das prin-
cipais capitães da America, da Europa,
para o que possui os melhores e im-
provarados instrumentos, e grande sor-
timento de artigos chimericos, e ma-
Os retratos são pelo systema
mais bellos e duraveis, e im-
sivo calor.
se pho-
no, pu-
lo



9 788575 635728

*Pau Alto
Mural, a
adm. de
Lustosa
10/10/2010*

LUSTOSA DA COSTA



SOBRAL QUE NÃO ESQUEÇO

Fortaleza

2010

LUSTOSA DA COSTA



SOBRAL QUE NÃO ESQUEÇO

Copyright © Lustosa da Costa — 2010

Ficha Técnica

Textos

Lustosa da Costa

Revisão

Maria do Céu Vieira

Ilustração da Capa

Campelo Costa — Fazenda da família Monte

Capa

Chico Eulálio e Saul Ferreira

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Orlane Rocha

Impressão

Expressão Gráfica e Editora

Catálogo na Fonte

C 837 S Costa, Lustosa da
Sobral que Não Esqueço./
Lustosa da Costa.- Fortaleza:
Expressão Gráfica Editora, 2010.

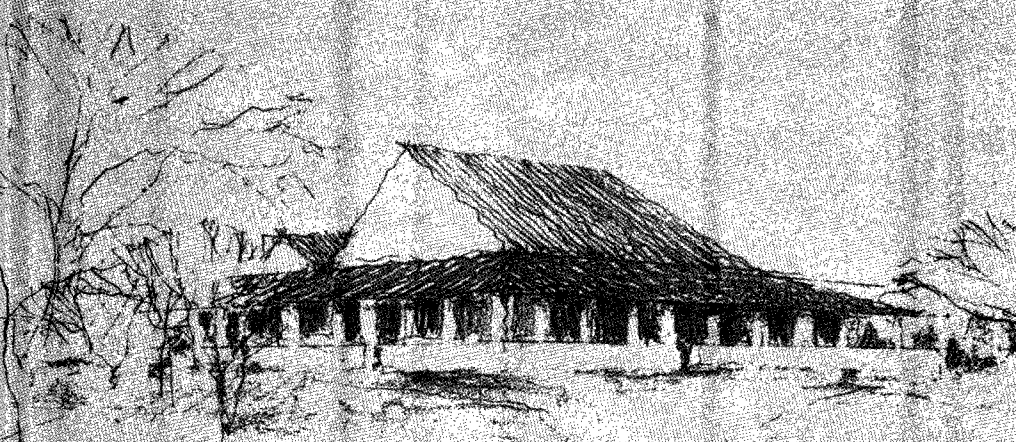
192p.

1. Memórias 1.Título

ISBN: 978-85-7563-572-8

CDD: 808

*Ao amigo José Sarney
nos seus frondosos oitenta anos.*



Fazenda de Família Monte . . . Augusto Costa
Setembro 1903

1 INTRODUÇÃO	12
Não sou universal, sou apenas municipal	13
 2 A CRUZ E O COURO	 15
Por que Sobral? Por que sempre Sobral?	16
Sobral: sua história, seus historiadores	19
Sobral, a capital da civilização do couro	20
Apogeu	26
 3 QUANDO SOBRAL DIVIDIA SUA GENTE	 28
Racismo em Sobral	29
Avenidas dos ricos e dos pobres	29
Sobral, o negro conhecia seu lugar	31
A aristocracia da cidade	34
Na vizinhança	34
 4 SECA EM SOBRAL	 35
Acusações e jogos de poder	36
Nada mudou	38
Politicalha das secas em 1915	39
 5 PALADAR SOBRALENSE	 41
Comidas e bebidas da aristocracia	42
 6 USOS E COSTUMES	 45
Os manguitos	46
Uma indumentária antiecológica	47
Luto em Sobral	48
Condenação	49
Tingimento	49
Velando pela elegância	50
 7 PARA A HISTÓRIA DA PUBLICIDADE SOBRALENSE ...	 51
Publicidade em Sobral	52



Compra e venda de negros	52
Nova escravatura	53
Duas bandeiras	53
Bebidas geladas	56

8 O PODER DO VOTO58

9 A FORÇA DO CONFESSIONÁRIO70

As procissões da Semana Santa	72
Castigo contra quem fala de padre	73

10 SOB A LEI DE DEUS74

Dom José Tupinambá da Frota	75
O Padre José Palhano de Saboya	97
Padre Sabino	113
Padre Osvaldo Chaves	121
Dom Expedito	125
Monsenhor Fontenele	127
Padre Eufrásio	128

11 GENTE DA GENTE129

Francisco de Paula Pessoa	130
José Saboya	136
Francisco de Almeida Monte	140
Teodoro Ziesmer	145
Vicente Loiola	146
Cordeiro de Andrade	150
Clodoveu Arruda	151
Oriano Mendes	153
“Seu” Costa	154
Eduardo Sanford	156
João Lycio Soares	157
Antônio Frutuoso da Frota Filho	158
Deolindo Barreto	160



Apresentação



Projeto da Família Monte, - Amparo, SP

Mais um livro sobralense

Este é mais um livro tendo Sobral, capital da civilização do couro no Ceará, que elegi como minha e como principal tema de meus escritos. Reúno causos que, espero, no futuro, ajudem o historiador a melhor compreender a história de sua grandeza e o esplendor de sua feição intelectualmente aristocrática.

Era para ser livro mais volumoso como o que submeti ao julgamento amigo e à capacidade de organização do jornalista Frota Neto, prefaciador de *Sobral do meu tempo*. Temendo fosse chato, seu resultado fosse cansativo, reduzi-lhe o tamanho e confiei ao jornalista Renato Barros, autor de minha primeira biografia, que se encarregou de mais uma revisão e de lhe pôr ordem. Ceci Lustosa cuidou do vernáculo. A revisão foi tarefa de Maria do Céu.

Hão de dizer os leitores mais atentos que o autor sofre de falta de imaginação. A partir da escolha do título do primeiro livro, tirado de *Crato do meu tempo*, de autoria de Paulo Elpídio de Menezes, o avô. Batizei este de *Sobral que não esqueço* e descobri que também denomina obra de reminiscências de Carlos Patrolino, o seresteiro da terra, cuja conversa, eu, adolescente, curtia, em frente à loja do Park Royal, de Gerardo Rangel, os pés escorados no ficus-benjamim que jazia ali para descanso dos momentaneamente desocupados.

Um dos momentos mais gratos a meu coração de escritor ocorreu na residência do embaixador Paes de Andrade em Lisboa quando do lançamento da edição portuguesa de *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Aí então ouvi o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, o embaixador Dário de Castro Alves, o conselheiro José Carlos Araújo Leitão, neto de sobralense, falando de Dom José, José Saboya, Chico Monte, Padre Palhano, como velhos conhecidos. No discurso de agradecimento, registrei a importância de escutar vozes tão renomadas,

tratando de personalidades sobralenses, e me perguntei o que estariam achando do acontecido os conterrâneos do Beco do Cotovelo.

O ano de 2008 foi dos meus setenta anos, quando duas biografias minhas foram publicadas, a assinada por Cherlanyo Barros, hoje Renato Barros e outra por Luiza Amorim. Nas ruas de Sobral, funcionárias da biblioteca Lustosa da Costa e velhos amigos se uniram para homenagem no Beco do Cotovelo quando se ouviram vários oradores. Isto dia seguinte à outorga pela Universidade do Vale do Acaraú do título de doutor *honoris causa*. Logo depois, na embaixada de Portugal, foi a noite de autógrafos de *Amor em tempo de seca*, nome que o editor luso deu ao livro *Foi na seca do 19* e que teve como prefaciador o escritor António de Almeida Santos, também eminente homem público português, que falou, longa e generosamente, sobre a obra. Que seria lançada, no passado, em Praia, sob o patrocínio da embaixadora Maria Dulce Barros, chefe da missão diplomática do Brasil em Cabo Verde. A capa foi ideia minha e do arquiteto Francisco Eulálio, pretendendo dar ideia ao leitor da importância da Igreja Católica (aí meu atestado de crisma oficiado pelo Bispo, Dom José, tendo como padrinho, o deputado Francisco de Almeida Monte, fazendeiro, dono da fazenda Pocinhos, objeto de desenho do arquiteto Campelo Costa) e publicidade de velhos jornais, inclusive dos Lorentzen que ficaram milionários, transportando bois da região de Sobral para os seringais da Amazônia.

Tenho divulgado Sobral, com muito prazer, no Brasil e no exterior. É algo mais que fico devendo à terra querida que tanta inspiração dá a meus livros, meus escritos.

1

Introdução



Projeto da Família Monte
Setembro 1999

Luís Carlos

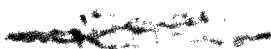
Não sou universal, sou apenas municipal

Quando digo que Sobral não é uma cidade, é uma saudade chorando baixinho em mim, não se trata de força de expressão nem de licença poética. É que a terrinha de onde saí há cinquenta anos guarda, em si, reminiscências da infância e da adolescência que, não sei quem disse, parece foi Unamuno, é o período mais grato da existência. Claro, Sobral é outra, bem diversa da que deixei. E muitos, a maioria das personalidades que impressionaram meus primeiros anos, há tempos estão com Deus. Escrevo sobre este passado, vivo um pouco nele e isto me proporciona intenso prazer.

Cheguei a Sobral a 17 de setembro de 1942. Logo estávamos residindo no Palácio do Bispo, pois assim se designava o sobrado onde morou Dom José Tupinambá da Frota e hoje abriga o Museu que tem seu nome. De madrugada, ouviam-se passos nas velhas escadarias de madeira. Diziam ser assombração. A alma de um negro ali enforcado por roubar um pouco de aguardente de seu proprietário. Meu pai foi ver. Eram ratazanas insones que galgavam ou desciam os degraus da escada.

Lembro-me de cadeiras na calçada em frente ao prédio, como era costume, e da amplificadora transmitindo música e notícias. Uma noite, fui ao Teatro São João, levado por Edson Almeida e Luiz Carlos Barreto, e voltei depois, nos braços do primeiro, dormindo.

A cidade estava dividida entre o Bispo Dom José, todo-poderoso, educado em Roma e que apoiava, no plano municipal, o grupo político de Chico Monte, ex-liderado do juiz aposentado José Saboya, chefe político da UDN e sempre às turras com a autoridade católica. Eram dois bicudos que não se beijavam. Ao bispo se atribuía a frase: “O telhado de minha igreja estará sempre acima do teto do fórum”. Referia-se à Igreja da Sé, construída sobre um outeiro, acima do prédio da Câmara Municipal onde funcionava o fórum e trabalhara o magistrado.



Às vezes, chovia. Nunca pude esquecer os banhos de chuva que tomávamos na rua, eu e meu pai; a água despencando do alto das bicas em forma de jacaré, rumando, apressada, na direção do rio Acaraú.

A energia elétrica, fornecida pela usina de Oriano Mendes, era parca, precária, gerava insatisfações locais e gozações lá fora.

Nossa casa vivia cheia de padres, cuja amizade meu pai cultivava. Ele se orgulhava de certa feita ver dezesseis chapéus eclesiásticos sobre a mesa de jantar, indicação de quão benquisto era do clero, o que levava o doutor José Saboya a ironizá-lo, chamando-o “Monsenhor Costa”. Os padres exerciam o controle da sociedade por meio de códigos rígidos, cobrados no silêncio dos confessionários ou do alto dos púlpitos e influíam, acintosamente, na atividade político-partidária. As mulheres não podiam comparecer aos templos trajando roupas decotadas, sem mangas. Ninguém poderia brincar o Carnaval, festa considerada um sucesso na cidade, apesar do interdito do bispo e dos padres. Dom José falava das senhoras e senhoras sobralenses, que se entregavam a tais folguedos, como messalinas a quem aguardava o fogo do inferno.

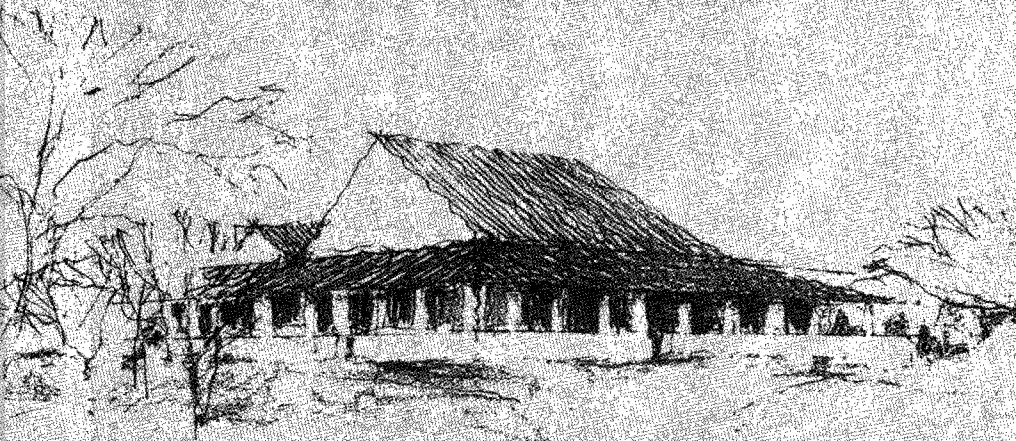
Meu pai me levava ao sobrado de Chico Monte que recebia chefes políticos em duas fileiras de cadeiras, postadas uma diante da outra, e me contava histórias que falavam de sua bravura e seu destemor.

Estudei no Educandário São José (educa só jumento, diziam os maldosos), o que levou o jornalista Craveiro Filho a produzir editorial em *A Ordem* condenando a grosseria contra a ex-freira Honorina Passos. Ali me apaixonei pela primeira professora que, logo, logo me trocaria pelo noivo com quem viria a casar. Como o ensino do Seminário era bom e barato, fui mandado para o Seminário Apostólico São José, dos frades alemães, em Tianguá. Foi período triste. Lembro-me de chorar baixinho (desde menino tinha pudor de meu sofrimento), olhando telha de vidro do dormitório, enrolado num cobertor cinza com lista vermelha, tão ordinário que espinhava.



2

A cruz e o conto



Projeto da Família Monte - 1994
Luzia Costa

De justiça, Crato se devia chamar – Sacarina; Aracati – Barco; Fortaleza – Governo; Icó – Revenda; Sobral – Pecuária. Boi foi a força que o fez arraial, o levantou a vila, o ergueu até cidade florescente e a certos aspectos a primeira do Ceará... Não é chiste, não; mas verdade inconcursa: Aqui o boi fez o homem. (João Brígido em artigo publicado no jornal *A Cidade*, de 10 de outubro de 1900).

Por que Sobral? Por que sempre Sobral?

Sobral foi a capital da civilização do couro. Seu maior símbolo foi o senador Francisco de Paula Pessoa, o senador dos bois, porque, segundo a lenda, proprietário de mais de vinte mil cabeças de gado bovino, instalou ali sua liderança política, coroada com a nomeação, pelo Imperador, para senador em 1848, que ainda hoje tem descendentes na vida pública.

A liderança política de sua família no Ceará chegou, expressiva e forte, até a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Pai de deputado, o senador dos bois foi substituído na Câmara Alta com a morte (o lugar de senador nomeado era vitalício) pelo filho Vicente, grande jurista, eleito duas vezes para a Câmara Alta porque uma das eleições foi anulada.

Os Paula tiveram força decisiva na política desde aquela época até a República Velha, anterior a 1930, quando Paula Rodrigues era chefe dos democratas e comandou a oposição à oligarquia dos Acioly e fez o irmão Thomaz senador. É quando a influência da família passa a ser residual com a eleição de apenas um ou dois representantes a nossas casas legislativas onde ainda se encontra representante eminente, a senadora Patrícia Saboya.



Capistrano de Abreu lembra que no Ceará o desenvolvimento veio do interior para a capital. E com ele, entre nós, a civilização, o esplendor cultural. Leio em *O senador dos bois* carta do senador Paula Pessoa de 1867, falando que Totonha (deve ser Antônia Geracina, mãe dos Figueiredo) “quer dinheiro para comprar um piano”. Isto mostra os hábitos refinados de sua elite já naquele tempo distante. Refinado era o senador que, assistindo a um júri em Recife que o empolgou, procurou o advogado José Antônio de Figueiredo e ali acertou seu casamento com a filha, tendo em vista o saber jurídico do futuro genro.

Monumento de cultura, o Teatro São João foi inaugurado no dia 26 de setembro de 1879, enquanto o Theatro José de Alencar de Fortaleza foi concluído apenas em 1910. Fortaleza era apenas um areal espreguiçando-se ao sol, em Sobral, no Derby Clube de 1877, suas corridas de cavalos eram realizadas e noticiadas nos jornais da capital.

Neste entroncamento das estradas da Caiçara, implantou-se núcleo de civilização sofisticado já notável por mandar filhos estudar no exterior. Dom José foi um dos últimos daquele tempo (e vejam os resultados), exportados que foram bispos e senadores do Império.

A cidade era rica e tão importante politicamente que conseguiu a implantação da estrada de ferro batizada com seu nome; não era Rede Viação Cearense, como depois se chamou, e, sim, Estrada de Ferro de Sobral e ligava a cidade ao porto do Camocim, de onde vinham, desde 1881, época em que também se instalam os telégrafos, produtos e artigos requintados da Europa, muitos dos quais ainda restam no Museu Dom José como testemunha de sua época de fastígio.

Sobral é fruto da pecuária, do boi, como salientou João Brígido, e também da ação civilizadora de seu clero, tendo à frente a figura exponencial de homem público Dom José Tupinambá da Frota, verdadeiro ícone, figura máxima da ação civilizadora da Igreja em Sobral.

A Universidade do Vale do Acaraú, a UVA, é filha da sotaina, desde sua Faculdade de Filosofia. E sua transformação em Universidade, consolidada em conceito na gestão do historiador Padre Sadoc de Araújo, expandida em termos de Juscelino nos tempos do ex-seminarista da Betânia Teodoro Soares e, ainda hoje, corretamente regida por outro ex-estudante de Seminário, embora não de Sobral. Tudo aqui foi obra dos padres, inclusive o prédio sede da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, que servia à reitoria do Seminário da Betânia, onde o bispo formou elite, integrada pelos ex-reitores Sadoc Araújo e Teodoro Soares e onde a UVA foi recrutar o melhor núcleo de professores de seus tempos difíceis.

Antes da UVA, as tentativas hesitantes de montar faculdade na cidade também tiveram padres católicos à sua frente. No mais, sob a regência do bispo, tudo se deve à batina, desde a Santa Casa, os Colégios Sobralense e de Sant'Ana, o Abrigo para velhos, o Patronato, o jornal *Correio da Semana*, o banco da diocese e a Escola de Artes e Ofícios, fundada pelo Monsenhor Aloísio Pinto, diretor do Colégio Sobralense, durante muitos anos, inclusive quando ali concluí o curso ginasial.

Depois de período de decadência, talvez determinado pela ligação rodoviária com a capital que reduziu sua importância como centro exportador de mercadorias até o Piauí e parte do Maranhão, Sobral retorna ao prestígio antigo, com a Santa Casa, fundada por Dom José e reformada pelo Padre José Linhares, que a transformou em hospital capaz de atender a mais de sessenta municípios da região. Ao lado de se haver transformado em centro educacional com a expansão da UVA, é consolidada pelo Padre Sadoc e aumentada, em muito, pelo gênio juscelínico de Teodoro Soares. A administração do prefeito Cid Gomes converteu-se em justa razão de orgulho dos sobralenses que tinham gosto em pagar impostos municipais, certos de que seriam corretamente aplicados, como também direcionados para o embelezamento de Sobral e maior conforto de seus habitantes.



Sobral foi o mostruário, o cartão de visitas que o consagrou como administrador e lhe garantiu a conquista do governo do Estado, os cearenses todos invejosos de Sobral, desejosos de que ele fizesse do Ceará o que fez da Princesa do Norte.

Sobral: sua história, seus historiadores

Não sou historiador. Historiador foi Monsenhor Linhares, o velho e iluminado cego da Rua da Aurora, hoje Domingos Olímpio. Foi Dom José, muito embora seja obra escrita bem inferior à gigantesca obra social, arquitetônica, educacional que nos legou. E, ainda, o Padre João Mendes Lira que recheou seus livros de documentos preciosos. Grande historiador é o Padre Sadoc, Francisco Sadoc de Araújo, que, ao lado de formação superior excelente, adquirida aqui e no exterior, é pesquisador criterioso e cuidadoso dos fatos de nosso passado.

Como vcem, só falei de padres. É porque Sobral não é apenas fruto da pecuária, expressão da civilização do couro, de que falou João Brígido. É também obra da batina, resultado do esforço civilizatório de seu clero. Clero sobralense que espalhou fé, cultura e inteligência pelo país afora, com Dom Jerônimo da Silva, arcebispo primaz da Bahia, ou Dom José Lourenço Aguiar, primeiro bispo do Amazonas, duas vezes deputado do Império pelo Pará. O Ceará exportou bispos e homens públicos para o Brasil afora, tal a excelência de sua elite.

No caso da Princesa do Norte, a marca da ação eclesiástica no campo educacional é muito mais profunda e extensa graças ao segundo construtor da cidade, Dom José Tupinambá da Frota, que criou condições para a formação superior dos sobralenses, sobretudo com a fundação do Colégio Sobralense para homens e Colégio de Sant'Ana, para moças e, principalmente, do Seminário, donde saiu toda a elite do clero da sociedade. Esta elite intelectual está na base de toda a formação da equipe da Universidade do Vale do Acaraú, consolidada pela atuação de seu primeiro reitor, Francisco Sadoc de

Araújo, ampliada por um ex-seminarista, quase padre, o professor José Teodoro Soares.

Sem falar da Faculdade de Filosofia, cuja aula inaugural foi proferida pelo Bispo Dom José Bezerra Coutinho (vivo até um dia desses) e que tanto trabalhou por sua fundação. O primeiro diretor foi Monsenhor Gerardo Ferreira Gomes, outro padre culto. Depois a instituição foi dirigida pelo cônego Joviniano Loiola Sampaio. Se a fundação da UVA, em 1968, foi assinada pelo prefeito Jerônimo Prado, homem simples, de escassa instrução, mas clarividente, seu comando entregue ao Padre Sadoc ganhou em conceito e respeitabilidade, o que tanto ajudou a expansão gigantesca da gestão do mencionado professor José Teodoro Soares.

Difícil, muito difícil, separar o que, em Sobral, foi trabalho da elite eclesiástica e da elite acadêmica, já que à Igreja Católica coube e cabe ainda papel importante em Sobral, capital da civilização do couro.

Sobral, a capital da civilização do couro

Uma indagação que sempre tenho presente diz respeito ao fato de se haver instalado, em Sobral, no interior do Ceará, núcleo de civilização tão sofisticada e rica a ponto de, durante um século, liderar a política do Estado, abastecer o País de senadores e presidentes de Província e a Igreja de bispos eminentes.

É provável, como registra o historiador Sadoc de Araújo, que, para isso, haja contribuído a excelência do povoador, em especial o oriundo de Olinda e Recife, que trouxe o gosto dos sobrados e de hábitos requintados que haveriam de surpreender os viajantes na última metade do século passado.

As terras banhadas pelo Acaraú foram povoadas dentro de um critério de seleção de sesmeiros, gente de boa linhagem, predominando



entre as famílias primeiras sentimentos de elevadas virtudes morais e tendências para o aprimoramento cultural. Estes sesmeiros começam a chegar. Quase de uma vez, nos primórdios do século XVIII, prova de que estas terras eram cobiçadas e apressadamente solicitadas. A ocupação começou de súbito, quase nervosamente, por uma leva de homens que disputavam sua partilha dessa cobiçada presa. Para quem lê, cuidadosamente, as datas das sesmarias da época, a impressão dominante que fica é de uma quase inundação humana, interior adentro, para esta região da ribeira do Acaraú. (*Cronologia sobralense*, Introdução, p. 14).

Para João Brígido, Sobral foi criação da pecuária. Acrescentamos nós que não somente da pata do boi. Também da sua condição geográfica. A antiga estrada das Caiçaras favoreceu a conversão de Sobral em ponto de interseção regional. Fertilizada por três rios, o Acaraú, o Coreau e o Jaibara, favorecida pelas vizinhanças das serras da Meruoca e do Rosário, a cidade ficou separada de Fortaleza pelo paredão da serra da Uruburetama. Daí seu comércio ter sido muito mais com o Piauí, o Maranhão, Belém do Pará que com a capital, Fortaleza. Ela foi fruto ainda da presença de seus padres, pastores de almas, rebanhos e eleitores.

Na visão de João Pompeu de Souza Brasil, “o desenvolvimento excepcional de Caiçara foi devido aos fatores já citados, associados ao isolamento espacial e à ação polarizadora da Igreja Católica”. (*Revista de Ciências Sociais*, UFC, v.III, n.2, 1972).

A qualidade do povoador da ribeira do Acaraú de que fala Monsenhor Sadoc de Araújo é explicada pelo fim da guerra holandesa

de acordo com Thomaz Pompeu Sobrinho:

Com a defecção dos nórdicos, começou a conquista e a exploração do sertão invadido pelos colonos vindos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, e pelo litoral, até as barras dos nossos rios da drenagem costeira e, que, acompanhando os seus cursos, se iam instalando nas margens, rio acima, com currais. Não tardou que estes colonos fossem imitados pelos baianos e paulistas do Rio São Francisco que já haviam devassado grandes trechos do Piauí e os sertões, no sul da capitania, onde obtiveram largas e numerosas sesmarias. Dois ciclos de despovoamento, pois se processavam ao mesmo tempo com a onda de invasores pernambucanos (brasileiros e portugueses do rio São Francisco), movidos por um mesmo estímulo, a criação de gado nos nossos campos e caatingas. Rapidamente todos os rios foram contornados e os currais, embora distantes uns dos outros, cobriram quase a totalidade do território.

O século XVII foi marcado pelo surgimento da indústria de carne-seca. Renato Braga em *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste* anotou:

Aracati, Granja, Camocim desenvolveram-se ao influxo da carne-seca. Sobral, igualmente fabricava muita carne, a princípio carregada no porto de barco, depois em oficinas, núcleo inicial da cidade do Acaraú.

Era o que dizia Wicar Parente de Paula Pessoa em *Algo sobre a história de Sobral*. (Separata da *Revista do Instituto do Ceará*, de 1976).

Um benemérito anônimo bolou, cerca de 1740, o preparo da “carne do Ceará”, atualmente chamada de charque.

Destarte, em lugar das reses viajarem por terra, buscando os engenhos, eram transportadas em sumacas e outros barcos, convertidas em apetitosas mantas de carne, preparadas, quando estavam no máximo de gordura e de consequente rendimento.

Os cavalos e os bois mansos (bois de carros) continuaram a viajar por terra. Para o preparo da carne do Ceará, necessitava-se de muito sal, e de muita água, para as limpezas. Os rios Jaguaribe, Acaraú e Curió (Camocim) foram perenes, até a grande seca de 1792 a 1794. As “oficinas” para o preparo das “carnes” foram estabelecidas nas barras desses rios, onde lá havia água e facilidade de obter sal.

A comercialização era feita por negociantes de Macavoqueira (Granja), de Sobral e do Aracati, principalmente de Aracati e de Sobral, que conseguiram amealhar cabedais, tomando-se essas povoações os dois maiores centros de riqueza do Ceará.

Thomaz Pompeu Sobrinho, anteriormente, já explicara mais ou menos da mesma maneira o aparecimento de tal tipo de atividades:

A produção de bois ascendeu, em menos de um século, as necessidades das zonas industrializadas dos engenhos e ao consumo normal, em geral. Daí o aparecimento das chamadas fábricas de carne, perto dos principais portos de então, Aracati e Granja, onde milhares de reses gordas eram, anualmente, abatidas para a exportação

de carne para Sul e para o Norte, e Pernambuco, Bahia, Maranhão. Fabricar carne era preparar uma espécie de charque, não prensado, moderadamente salgado e convenientemente desidratado ao sol e ao vento, até o justo ponto de conservação. As instalações das fábricas nos estuários dos rios Jaguaribe e Coreaú obedeciam a imperativos geográficos de fácil compreensão. (*Revista do Instituto do Ceará*, tomo LIV, 1940, p. 182).

Um grande tráfico de carros de bois se registrava entre Sobral e Acaraú, levando couro, sola, carne-seca e trazendo, na volta, fazendas, objetos de couro e prata, artigos manufaturados e um ou outro negro – “desembarcados nas antigas oficinas, as mercadorias de interesse dos potentados sertanejos seguiam em carros-de-bois até Sobral, de onde eram encaminhados para as fazendas e povoados próximos,” relata Carlos Studart Filho.

Nas *Cartas de Vilhena*, de Luiz dos Santos Vilhena, publicadas no ano de 1802, pode-se ler uma visão ufanista da região noroeste do Ceará:

Os gêneros principais de quê se compõe o comércio do distrito de Aracaçu são, em primeiro lugar, couros, solas e carnes-secas, produtos dos muitos gados que nele se criam, podendo estender-se o número de suas fazendas de gado até duas mil, produzindo, cada uma, anualmente, de 500 a 1.000 bezerros. Todos os gados que não se empregam no consumo dos habitantes são levados para as matanças de Camocim, Aracaçu e Itapajé, onde fabricam as suas carnes, secando-as e salgando os couros, a que tudo devem consumo e extração Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, comércio

que diminuiu muito depois que a seca fez passar os comerciantes para o Rio Grande de São Pedro do Sul, como difusamente te noticiei na minha carta, em que te comuniquei as notícias daquela famosa capitania.

Prossegue: “Produz igualmente este distrito algodão em mais abundância, e melhor quantidade que o do Ceará, por isso que as terras são mais secas e apropriadas para a plantação e cultura dele.”

À época, já existiam grandes rebanhos na ribeira do Acaraú, criatórios iniciais no final do século XVII, segundo Monsenhor Fortunato Linhares:

Os povoadores não podiam ter outra procedência, pois em 1683 aos 23 de setembro, Manoel de Góis e mais seis companheiros, naturais da capitania de Pernambuco, cujos apelidos eram Pereira Almeida, Arruda, Abreu, Fernandes Vasconcelos, todos troncos de famílias que ainda existem na região, obtiveram do capitão-mor Bento de Macedo uma data de sesmaria de três léguas de terra para cada um pelo rio Acaraçu (Acaraú) acima, a começar das águas doces do dito rio, perfazendo ao todo vinte e uma léguas de terra, estendendo-se, mais ou menos, a sesmaria até o local onde foi edificada a povoação de Riacho de Guimarães. (*Notas históricas da cidade de Sobral*, p. 17.)

Em *História econômica do Ceará*, de Raimundo Girão, lê-se referência ao inventário de ancestral de historiador sobralense, capitão Félix da Cunha Linhares, que teria deixado 8 mil cabeças de bovinos, 150 éguas e cinquenta cavalos em 1723.

Imprensa, jornal que circulou em Sobral no ano de 1925, na sua edição de 11 de março desse ano, afirmava:

No inventário dos bens deixados pelo falecimento do capitão-mor Pedro da Rocha Franco, casado com dona Victória Rodrigues da Câmara, procedido em Granja, no sítio Ibuassu, em 1754, encontram-se 4.656 (quatro mil seiscentos e cinqüenta e seis cabeças) de gado vacum e 557 de gado cavalар, 39 escravos, 29 léguas e meia de terras em onze fazendas.

Apogeu

O século XIX assinala o ápice econômico, social e político de Sobral. Em janeiro de 1872 a cidade podia vangloriar-se do Teatro São João, começado a ser construído na seca de 1877, segundo a planta do Santa Isabel, do Recife. Seu Jockey Club promovia corridas, cuja programação era divulgada na imprensa de Fortaleza. Já não construía sobrados, como no início do século. Preferia casas solarengas, com sótãos e porões, como a de Francisco Pereira Mendes, hoje sede do Patronato que hospedou o Conde D'Eu, em junho de 1889, na boquinha da República, e que deslumbrou Antônio Bezerra para quem “difícilmente na Província se encontraria palacete melhor e mais cômodo”. (*Notas de viagem*, p. 306).

A casa fez tal sucesso que Craveiro Filho, no *Centenário* (publicado em 1941), conta que ali já fora realizada suntuosa festa por Francisco Fernando Pereira Mendes, a 29 de julho de 1885, em honra do cunhado, doutor Antônio Sabino de Monte, ex-presidente da Paraíba, na qual dançaram cem pares simultaneamente. Aliás, Antônio Bezerra deixa-se contagiar pelo bairrismo sobralense que menciona em seu livro. Equipara a cidade a Campinas “em edificação, em tamanho e asseio”. E prossegue em sua louvação:



É notável o asseio das ruas e praças, donde se conclui que a Câmara cuida seriamente do bem-estar da localidade.

Que diferença a esse respeito das demais cidades, vilas!

Os sons do piano por toda a parte, o rumor e atividade nos estabelecimentos comerciais, certa correção nos trajes, um pouco mais que asseio no arranjo interno das habitações, freqüência de transeuntes, agitação, vozerio, tudo anuncia que se chega a uma terra laboriosa e civilizada.

O comércio que se faz diretamente com a capital do Maranhão é basicamente animado, e se mais não sobressai, a razão está na inúmera quantidade de lojas de fazendas e de molhados que mantém mais que o necessário para o consumo da praça e da freguesia. (*Notas de viagem*, p.3).

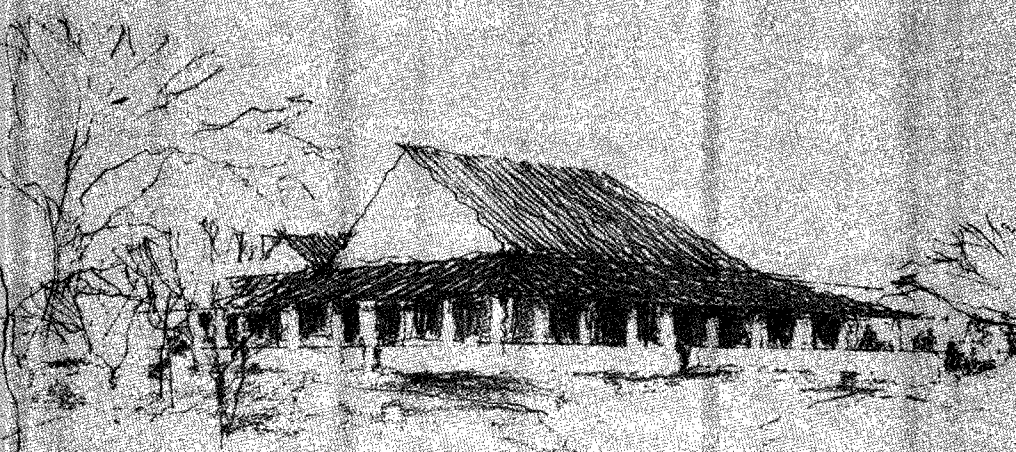
Antônio Bezerra relata, ainda, que “sua indústria principal consiste na criação de gados distribuída em mais de 350 fazendas, no fabrico de queijos e de redes de dormir”.

Antes que terminasse o século, a cidade já não era apenas mercantil e pecuária. A visão esclarecida de seus comerciantes impusera, ali mesmo, a industrialização do algodão com a fundação de sua fábrica de tecidos.



3

Quando Sobral dividia sua gente



Foguetto da Família Monte
Sobral 1909

Imagem de

Racismo em Sobral

Ciro Gomes chegou a ver Dagnor, ex-jogador do Guarany, negro retinto, feito porteiro da AABB, negar ingresso a um preto de *summer-jacket*.

Quando transitava por ali, rumo ao Colégio Sobralense, o amplo espaço no qual o Zé Euclides posteriormente implantou avenida arborizada era deserto, açoitado pelo sol inclemente, com algumas efêmeras poças d'água, porque a esse tempo chovia em Sobral. Numa esquina ficava o Grupo Escolar Professor Arruda. Na outra, a casa do vereador negro, Zé-da-Mata, sempre muito elegante, em seus ternos brancos. Solteirão irreduzível, presidia o Clube dos Artistas, em cuja biblioteca ia fartar minha fome de livros para inquietação do meu pai, pois o dono da casa não era chegado a afeições femininas. Morava com a irmã, Semíramis, que fabricava gostosos sequilhos e viria a morrer queimada. A lamparina, que lhe alumia o quarto, pegou fogo na rede, nos punhos da rede na qual dormia, abreviando seu fim.

Avenidas dos ricos e dos pobres

Nossa primeira morada, em Sobral, foi o Palácio do Bispo, como era chamado o velho sobradão que fora habitado por Dom José. Fica à entrada da antiga Rua Senador Paula, de frente à Casa da Cultura, então residência da família do saudoso secretário de Agricultura de Parsifal Barroso, Chico Figueiredo.

À noite, desafiando as muriçocas, sempre vorazes, sentávamo-nos em cadeiras na calçada para receber visitas e trocar ideias. De frente, estavam as duas alamedas da Praça do São João (onde fica o Teatro do mesmo nome). Era a avenida dos ricos e a dos pobres. A dos ricos era a da Ema, onde estava a ave que Agripino de Sousa, padeiro e poeta, comprara para o jardim de sua bela casa na Praça do São Francisco e que ali não coube. Daí sua doação à prefeitura que a colocou na avenida,



percorrida pelas moças e rapazes ricos e brancos, pertinho da coluna onde se ouvia a amplificadora Rádio Imperador. Ao lado, situava-se a avenida dos pobres. Rapaz de sociedade que ali fosse, geralmente atrás de “cunhãs” (assim se denominavam as moças pobres), era malvisto e ficava logo manjado por suas notórias intenções.

O tempo passou na janela e fiquei adolescente. Tal como todos os rapazes e moças, frequentávamos à noite aquela pracinha, detrás da Igreja do Rosário (acho que Monsenhor Linhares) e depois a da Coluna da Hora, bem mais ampla. A juventude ia flunar na Praça da Coluna da Hora. As moças passeavam geralmente de duas ou em grupo, exibindo-se perante os rapazes que as observavam, de pé, fumando na calçada da avenida, à espera de um olhar da preferida. Não havia televisão. Os aparelhos de rádio produziam mais ruídos que música e notícias.

Tenho a impressão de que foi ali na praça que levei “fora” de moça morena com sardas no rosto, pela qual estive perdidamente apaixonado. Como era tímido, passava, durante o dia, dez vezes pela rua onde ela morava, na esperança de vê-la à janela.

Jamais trocamos uma palavra, tão inibido era eu. Uma vez, no entanto, criei coragem. Fiz das tripas coração e a abordei no *footing* da avenida. Não me lembro o que lhe disse exatamente. Ela, porém, entendeu e me deu um “chega-pra-lá” dizendo-se “comprometida”. Não era noiva, mas comprometida com um rapaz que estudava para concurso do Banco do Brasil.

Foi triste a decepção. Nos meus 17 anos sonhava ser Papa, Presidente da República ou Governador do Estado. Pois bem, era trocado por uma larva, uma expectativa de bancário que nunca se viabilizou. O cara encerrou o romance, da pior maneira, morrendo. Não noivou nem chegou a bancário.



Neste tempo, havia alto-falantes que transmitiam, na praça, do alto do sobrado da farmácia das Irmãs Napoleão, a programação da Rádio Iracema. Não saem de minha cabeça duas músicas tocadas naquela noite: “Suburbana” e “Velha Valsa”, tão boêmia quanto seu cantor. Por que estas músicas ainda ressoam em meus ouvidos tanto tempo depois?

Os anos se passaram. Chegou 1978, quando fui candidato a suplente de senador, na chapa de Chagas Vasconcelos, oportunidade fantástica de soltar, na praça pública, o grito contra a ditadura, preso na garganta. Estava ali na Praça da Coluna da Hora, no dia 15 de agosto de 1978, quando me chega a notícia do nascimento de minha filha Sara. Ao saber do acontecido, Paulino da Rocha, homem de rádio, que apresentava os oradores, comunicou à multidão, ali reunida, o nascimento da nova brasileira, pedindo, para ela, uma salva de palmas. E assim Sarinha nasceu ante os aplausos da população.

Sobral, o negro conhecia seu lugar

A 26 de junho de 1875, através das páginas do *Sobralense*, Firmino Beviláqua pagava boa recompensa a quem pegasse o escravo Antônio, de 26 anos, preto, corpulento, espadaúdo, estômago levantado, falta de um dente na frente, com sinal de um talho na frente, olhos grandes e muito sambista.

Também se oferecia escrava para serviços domésticos: “Alugue-se escrava que sabe fazer todo o serviço de uma casa de família. Quem precisar dirija-se à Praça do Mercado nº 4”. Noutros números do mencionado jornal podia-se ler: “Manuel Francisco de Moraes compra e paga bem uma escrava moça e de boa figura que saiba cozinhar.”

Outras eram as preocupações de José Carlos Figueira de Saboya, que gratificava a quem prendesse e entregasse nesta cidade o escravo Mariano, 24 anos, estatura pouco mais do que regular, cheio de corpo, cabra acaboclado, dentes limados, um pé mais grosso do que

o outro. Residia no engenho Itaborahy, em Pernambuco, donde veio em fevereiro desse ano. Estava alugado na padaria do senhor Franklin de Aleluia Malveira.

Gilberto Freyre foi muito criticado por haver pintado relações idílicas entre a casa grande e a senzala. Talvez ele tivesse um pouco de razão. Senão, vejamos: os negros eram tão bem tratados que, abolida a escravidão, enveredaram-se pelo Itamaraty, pelas Forças Armadas, pela Medicina, pelo empresariado? Que nada! Preferiram permanecer à sombra dos antigos amos.

Longe de eu ver o problema sob a perspectiva nacional. Afinal, sou municipal. Sou de Sobral. Um pobre homem da Praça do São Francisco, de Sobral.

Talvez por ser zona de pecuária, que exige a vastidão dos campos, Sobral abrigou poucos escravos. Como em toda a parte, tem razão o Gilberto, o negro vivia numa *nice*. Conforme registra Dom José Tupinambá da Frota em sua *História de Sobral*, após a alforria, os pretos preferiram continuar a trabalhar com os ex-senhores.

Ele reconhece, porém, que havia alguns senhores, de coração endurecido e mau, que mandavam açoitar-lhes cruelmente e depois retalhar-lhes as nádegas e sobre as fendas punham sal, aumentando indizivelmente as torturas que padeciam aqueles indefesos cativos. Muitos se enforcavam para abreviar os sofrimentos.

Aquele tempo, o comandante de armas da cidade (o chefe de polícia) era o coronel Francisco Joaquim de Souza Campelo, homem atento e misericordioso. Igualzinho aos médicos, que davam assistência técnica aos desvelados rapazes do DOI CODI, tomava o pulso dos escravos, enquanto açoitados. Conforme a situação, autorizava: “Ainda aguenta tantas relhadas”.

Por isso, talvez, proliferassem os assustados, os medrosos



que, feito perus, morriam de véspera. Deu-se o caso de que um deles, havendo roubado um pouco de aguardente de seu proprietário, matou-o, a facadas, nas caladas da noite, para evitar o castigo. Identificado, preso, foi devidamente enforcado. E, no primeiro despacho do juiz, condenado a pagar as despesas da execução. Era tal, no entanto, a piedade vigente naqueles tempos na cidade que a viúva foi posteriormente anistiada desta despesa, a qual terminou correndo à conta dos cofres do governo da Província. Houve quem não quisesse enterrar o finado no cemitério, sob a alegação de ter, praticamente, se suicidado, tal a colaboração que dera ao confuso e emocionado carrasco, incumbido de executá-lo. A bondade prevaleceu e ele teve enterro cristão.

Segundo o historiador Sadoc de Araújo:

Na chamada alta sociedade, havia forte sentimento de falsa nobreza, com acentuado preconceito de raça que distanciava os homens de cor e os pretos dos ricos. Nos clubes elegantes, era expressamente proibida a entrada de “gente acaboclada”. Foi assim no Clube Sobralense fundado em 1901; no Grêmio Recreativo, inaugurado em 1909; no Clube dos Democratas, criado em 1910.

No meu tempo de Sobral, quase não havia racismo, talvez porque o negro conhecesse o seu lugar. Os brancos eram tão generosos que permitiam a eleição de Zé-da-Mata para vereador, três vezes. Além de negro, era solteiro, solteiríssimo. Ainda assim, merecia a estima do homem mais poderoso da cidade, o doutor José Saboya. Presidia o Clube dos Artistas, preferido pelas pessoas de cor. Até um padre negro havia na cidade: Padre Gonçalo Eufrásio de Oliveira, profundamente racista, implacável com estudantes com pigmentação parecida com a sua.



A aristocracia da cidade

Numa cidade que pregava a pureza racial, era natural surgisse fidalguia própria. Foi no final do século passado. Segundo relato do Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo, um professor da cidade, o Padre Antônio da Silva Fialho, batizou seus alunos como Mont'Alverne, Cialdini, Vergniaud, Morel, Lamartine, Scadigero e Donizetti.

Antônio Rodrigues de Aguiar foi rebatizado como Antônio Mont'Alverne, Miguel da Frota Ponte, como Miguel Cialdini, Manuel Lima da Rocha, Manuel Vergniaud, José Severiano Vasconcelos, José Severiano Morel, Luiz Januário Nogueira, Luiz Januário Lamartine, João Augusto Maravalho, João Scaligero, Raimundo da Costa Gondim, Raimundo Donizetti. O empreendimento aristocrático pegou. Deste batismo, nasceram novas e aristocráticas família de Sobral.

Na vizinhança

Em meados de 1929, foi instalada a eletricidade em Massapê, cidade vizinha e liderada política e culturalmente por Sobral. Estava todo mundo de traje a rigor, empertigado em seus fraques, em seus longos, para ouvir os discursos e ver o *fiat lux*. Na hora, nada de o motor pegar. Nem do técnico aparecer. É que, por ser negro, não fora convidado para o baile de inauguração. Daí a sabotagem, a vingança.

4

Seca em Sobral



Projeto da Família Monte
Sobral 1999

Ampliação 1999

Acusações e jogos de poder

Por sua importância política, Sobral foi o destino da maior parte dos socorros públicos a serem distribuídos aos flagelados desde a seca de 1877. E, àquela época, as oligarquias locais já se digladiavam pelo controle de tal dinheiro, importante sob o ponto de vista da influência eleitoral.

O principal alvo de acusações na época era José Júlio de Albuquerque Barros, Barão de Sobral e Presidente do Estado, de 8 de março de 1878 a 2 de julho de 1880. Eis o que dizia a *Constituição*, órgão liberal, em edição de 16 de janeiro de 1879:

Começando por afastar das comissões de socorros todos os adversários que se sentiam com força e dignidade bastantes para não se sujeitarem a infâmias, acabou por plantar na distribuição das esmolas públicas o exclusivismo, o escândalo e o latrocínio. Como se deve esperar, este torpe sistema de socorrer aos famintos converteu-se em abundante Califórnia para os amigos da administração, e um terrível flagelado para os infelizes que confiados nas garantias que promete a nossa constituição, recorriam pressurosos ao óbulo oficial para salvarem a vida. O resultado de tudo isso, sabem todos qual foi: - enriqueceram os agentes do governo e aniquilou-se a população pela fome e pela peste.

É o mesmo que afirma Craveiro Filho, em seu álbum *O Centenário*, publicado em 1941: “Sobral era a cidade do interior que recebia e distribuía os recursos que, naquele ano, Sua Majestade, D. Pedro II, mandava para mitigar a fome dos cearenses”. Ele denuncia:



As comissões encarregadas da distribuição de socorros nem sempre agiram com espírito de equidade, honestidade e humanidade. Certos indivíduos de moral estragada aproveitaram-se do encargo para beneficiar a si próprio, a suas famílias, nem sempre carecidas, e a outros que possuíam recursos e que não precisavam de auxílio, tudo isso em prejuízo de imenso número de famílias realmente necessitadas.

Os pobres adotavam, nestas fases de calamidade, suas estratégias de sobrevivência. Em *História de Sobral*, Dom José conta, sem precisar datas:

O transporte de gêneros do depósito central para os abarracamentos era feito pelos retirantes. Nesse trajeto furtavam quanto podiam, usando dos meios mais astuciosos. Muitos iludiam a vigilância severa dos chefes das turmas, que os acompanhavam. Com a ressega furavam a saca, que levavam aos ombros, colocando depois na abertura uma taboca, pondo assim em comunicação o seu conteúdo com um pequeno saco escondido sob a camisa. Os furtos feitos ao Estado receberam dos indigentes o nome de muamba.

E acrescenta ainda o livro: “Em Sobral também era conhecida a canção da muamba, cujos versos foram fielmente conservados pela memória popular.” Aqui transcrevemos alguns:

No tempo da comissão
 Todo povo era ladrão;
 Só o povo de Sobral
 Isso não, isso não, não!
 Ai, amor! Ai, amor!
 A barca da muamba.
 Corre mais do que o vapor.

Nada mudou

Leio em *A Cidade*, jornal de Sobral, de responsabilidade de Álvaro Otoni, em sua edição de 3 de novembro de 1900, notícias tão preocupantes com a seca quanto as que se leem hoje em dia. De Santa Cruz vinha memorial ao Presidente do Estado pedindo qualquer serviço para os famintos que percorrem esta localidade implorando a caridade pública. Falava-se em Camocim de centenas de emigrantes. De Massapê chegava este registro:

Há três longos anos, nos debatemos com tremendo infortúnio. Em 1890 não tivemos inverno; em 1898 o chuveiro foi tal que nada deixou produzir. Já estamos a 8 de outubro e o governo ainda não nos mandou uma migalha sequer.

A 14 de novembro, justifica saque ocorrido em Massapê:

Não acusaremos os infelizes que no Massapê, trás-ante-ontem, reuniram-se para atacar o comboio da Estrada de Ferro de Sobral. Eles agiram com as entranhas em fogo, alucinados pela fome, arriscando a vida no encontro.

Para o jornal,

O caso de Massapê não há de ficar isolado e não tarda muito que o governo mande a tropa descarregar contra o povo. Isto seria mais humano que abandoná-lo a morrer de fome, entregue a sua própria desgraça. As balas das tropas federais sejam em breve o símbolo último da caridade do Sr. Campos Sales. Estejamos contritos para morrer a fome ou à bala. É preciso que o Ceará conheça a energia de um ex-dono de senzala e esta fórmula do *Salus Populi*.

Dezenove anos depois, Deolindo Barreto preconizava medida que até hoje ainda não foi tomada: a utilização social dos reservatórios d'água construídos pelo IFOCS, hoje DNOCS. A 16 de julho de 1919, seu jornal, *A Lucta*, reclamava a desapropriação de áreas próximas aos açudes construídos com o dinheiro público:

Enquanto, porém, os nossos governos não procurarem construí-los próximos aos centros populacionais e não adotarem o regime de desapropriação e do arrendamento dos pequenos lotes aos pequenos agricultores, as águas dos nossos açudes não terão outra utilidade além da de lavar cavalos dos proprietários politíqueiros, que os desejam para seu uso pessoal.

Lembro-me de que, muito mais tarde, o jornalista Jäder de Carvalho registrava a inutilidade dos açudes do DNOCS que, segundo ele, serviam apenas para refletir a pupila azul dos céus. Hoje, a situação mudou muito. Às margens de tais reservatórios públicos, os ricos construíram mansões donde saem para álares passeios em seus *jet-skis*.

Politicalha das secas em 1915

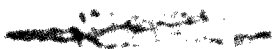
"Miséria"! É o título do editorial de 27 de outubro de 1915 no qual diz *A Lucta*:

A diminuta verba de cinco mil contos votada para socorro aos famintos, além de insuficiente não está sendo inteligente e parcimoniosamente aplicada, como requer a dolorosa contingência em que nos encontramos. Parte desta festa acaba de ser gasta com a Expedição Aarão Reis, que nenhum proveito nos trouxe. O Sr. Aarão Reis, enviado para atenuar os terríveis efeitos da seca, ou está prevendo que o ano de 1916 será seco como foi este ou então

quer apenas fazer jus aos 3 contos mensais com que o está premiando o governo, pois outra coisa não se compreende do seu ato mandando iniciar a construção de açudes em pleno novembro, para 60 dias depois no caso de um bom inverno como esperamos, ver todo o serviço feito, todo o dinheiro enterrado nas paredes descer na enxurrada, na noite da nossa redenção. Antes o governo aplicasse esta verba em esmolas aos famintos porque se podiam dispensar os dispendiosos serviços profissionais do Dr. Aarão Reis, dos engenheiros seus auxiliares, do filhotismo que o acompanha e a utilidade para o Estado e a nação seria a mesma dos pedaços de parede que porventura se construam até o fim do ano e que as primeiras chuvas hão de levar de roldão, como a política leva o civismo brasileiro.

Em novembro, mais precisamente 17 de novembro de 1915, sob o título “A nossa imprevidência”, *A Lucta* denunciava:

Os governos, a título de obras contra as secas, têm gasto tanto dinheiro que transformado em cobre líquido já era suficiente para inundar os nossos rios e arrombar todos os açudes que se hão feito com tais dinheiros. Mas que é do resultado prático? De que serviram para a seca atual todas as obras feitas com tanto dinheiro? Apenas uma dúzia de felizardos, agarrados às tetas da Inspetoria ou usufruindo de tais açudes, conhecem-lhe a utilidade.



5

Paladar sobralense



Propriedade da Família Monte . . . Início da obra
Setembro 1903

Comidas e bebidas da aristocracia

Sobral, desde o fim do século XIX, abrigava uma burguesia sofisticada, de hábitos caros. Enquanto a plebe rude comia o seu feijão de arranca com farinha, em meio à miséria tenebrosa, os ricos adotavam padrões europeus de consumo conspícuo, banquetecendo-se com produtos importados do Velho Mundo.

Estou lendo, em seus jornais, de oitenta anos atrás, o *menu* do banquete que o comércio ofereceu, dia 1º de outubro de 1924, a Francisco Viseu, filho de Afonso Viseu, este presidente da Associação Comercial do Rio, nos suntuosos salões do Clube dos Democratas.

Tudo começava com maionese de salmão. Depois com um *consomé*, naquele calorão. A seguir, língua com *petit-pois* ao molho picante, ponche de abacaxi ao *chartreuse*, peru à brasileira. E mais: pudins, bolos, doces, frutas, vinhos Colares e Bodegas del Romeral. Havia champã, mas o jornal não revela a marca, e licor. Magnífica orquestra tocava durante a homenagem.

Em fim de novembro de 1923, o coronel Vicente Saboya, empreendedor ousado, empreiteiro bem-sucedido, chega à sua terra, em campanha eleitoral para disputar uma cadeira na Câmara. Cento e vinte figuras do comércio se reúnem, no mesmo local, em torno dele. O *menu* é igual. O vinho também. O champã Veuve Chiquot, conforme *A Ordem* de 28.11.1923 faz a fineza de informar.

Tais iguarias não mais chegavam, como em meados do século passado, de carro de boi de Aracati para a capital da zona norte. Vinham agora de navio até Camocim. E do porto pela Estrada de Ferro de Sobral até a porta dos consumidores abastados.

Elas anunciavam salmão, lagostas e camarão americano, pescada, cavala francesa, camurupim, sardinha em tomate, azeite, doce Brandão Gomes, manteiga Leppelletier, Bretel, Demagny. Na seção de

bebidas não havia decepções. Vendiam-se cerveja Super-Alle, Bock-Alle, Paraense, Guinness. Conhaque francês, vermute italiano, vinhos finos do Porto e nacional, Colares, Tatu, Corriero e Verde Especial. E quem fosse mais simples podia adquirir aguardente Tapuia, Ipuçaba, Paraense e Pernambucana. Na seção de padaria, compraria bolachas d'água em barricas e pacotes, da Fábrica Pilar, biscoitos ingleses em latas e pacotes, Chá Preto Lipton e Lontra, carbonato de soda e carbonato de cálcio.

Durante a seca de 1915, nem todo mundo passava mal. Havia até os que viviam bem, igualzinho aos dias atuais.

A 27 de setembro de 1915, Alberto Amaral oferecia, em seu sítio, na Vila Tijuca, na Palestina, serra da Meruoca, almoço por conta do encerramento das festas de São Francisco. O convite era impresso e trazia o *menu*. Por ele, pode-se ver que a aristocracia mantinha imperturbável seu alto padrão de vida em meio à catástrofe.

Entrée (é o que reza o convite) Panelada à brasileira. Galinha ao molho pardo. Idem assada. Lombo à portuguesa. Fritada de legumes. Leitão de forno. Peru à francesa. Linguíça à cearense.

Frios – Costeletas de carneiro. Idem de leitão. Pastéis de carne. Macarrão à italiana. Arroz. Ervilhas. Azeitonas. Saladas, etc.

Sobremesas – Frutas diversas, pudins variados, creme, doces de leite, abacaxi, ovos, queijos, cerveja, vinhos diversos, café, chá.

Eram 26 cavalheiros à mesa a se regalarem, enquanto, lá embaixo, a seca devorava vidas.

Em Sobral, a elite sempre se tratou. Estou lendo o caderno de compras de Francisco de Paula Pessoa, o Chico Rico. No dia 11 de julho de 1892, ele gastou 1\$000 réis com carne, 200 réis com toucinho, 900 com atas e bananas, 40 réis com tempero, 120 com arroz, 80 com batatas, 140 com vinagre, 70 com verduras, 200 com cigarros, 60 com pães. Pagou 8\$000 por uma arroba de farinha de trigo, 4 mil por duas

garrafas de vinho do Porto, 3 mil réis por duas de Bordeaux, 4\$500 por duas de Madeira e 1\$700 por um quilo de talharim. No dia 4 de julho de 1892, recebeu 126 mil réis por 126 quilos de queijo da sua fazenda Barra.

Vejamos o que consumiu (e comprou) a 9 de novembro de 1892: Carne 1\$200, toucinho 200, rapadura 240, farinha 200, verdura 100, cigarros 720, uma lata de manteiga 2\$400, duas garrafas de Moscatel 7\$000, um frasco de ameixas 1\$800, um quilo de macarrão 2\$000, uma garrafa de espírito de vinho 800 réis.

Dom José assim descreve as comedorias noturnas da elite sobralense:

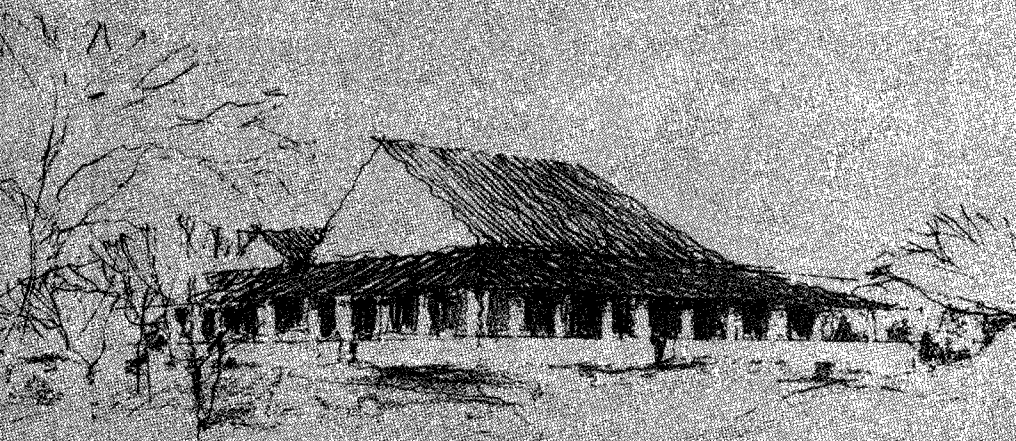
Algumas famílias faziam a última refeição ao luar. Estendia-se na calçada uma esteira de palha de carnaúba, sobre a qual os escravos ou criados colocavam terrinas de coalhada e enormes pratos chineses azuis oitavados, cheios de mucunzá, de canjica ou de arroz doce com coco. Não faltava a tapioca ou beiju de goma com queijo de manteiga e de coalho, segundo a estação.

É pena que João Brígido não haja registrado o que se comeu nos banquetes oferecidos por Antônio Fernando Mendes e por Helvécio Monte ao Conde D'Eu, quando ele visitou Sobral nos últimos dias do Império, para que se tenham mais dados sobre a riqueza e o refinamento da cidade.



6

Usos e costumes



Foguetto, da Família Monte - templo de São
1911

Os manguitos

A cópia servil das roupas europeias no trópico não constitui novidade. Por imposição ou por imitação, o colonizado tende a idealizar os hábitos e os costumes do colonizador, seja como pessoa física, seja como autoridade.

Gilberto Freyre fala dos tempos coloniais ou mesmo imperiais quando o brasileiro se enfiava como o europeu, trajando fraques de casimira inglesa, colete e portando cartolas à cabeça. A mulher era levada aos mesmos sacrifícios.

Em Sobral do meu tempo, a coisa não era diferente. Estava longe a época em que os sacerdotes usariam batinas de tecido leve e cores claras. Ou roupas civis, isto é, igual à de nós outros, seus clientes, os pecadores.

Na minha infância todos os padres vestiam batinas negras, de fazenda pesada, e traziam, ao pescoço, incômodos colarinhos de plásticos, sem falar em chapéus duros, pesados, armados.

O Bispo Dom José não admitia, sequer, os padres de sua diocese deixassem aparecer as pernas das calças que vestiam. Além disso, conforme exigia, por cima das batinas pretas os padres deveriam se cobrir com sobretudos de fazenda pesada, usados na Europa como defesa contra o frio. Ele ficou chateado ao saber que o Padre Austregésilo Mesquita, que terminou a vida como bispo, não usava sobretudo e comentou: “Padre velho esgulepado”. O ideal era o Padre José Lourenço Araújo, capaz de se deslocar, meio-dia em ponto, do Seminário até o outro lado da cidade, de chapéu na cabeça, sobretudo sobre a batina.

No tocante às mulheres, as exigências eram maiores. Prendiam-se, de certa forma, à inibição do sexo pela Igreja Católica, que proibia dançar o Carnaval nos salões e o coco nos subúrbios e não via, com simpatia, a dança pela aproximação física dos casais.



As filhas de Maria sofriam o diabo naquele clima. Naquele calorão eram obrigadas a roupas verdadeiramente incômodas. Não podiam, além disso, ir nem ao “sereno” das festas, isto é, acompanhar, da calçada dos clubes ou das residências, o espetáculo da entrada dos que iam se divertir. O vestido era de mangas compridas e a meia ia até os joelhos. Tinham de usar, ainda, combinação que cobrisse até três quartos do braço. “Era melhor ser logo freira”, queixava-se até um dia destes Maria Dias Ibiapina.

Havia um pouco mais de liberalidade para as moças da Ação Católica, a quem era permitido usar vestidos com mangas três quartos.

As senhoritas da sociedade acharam rapidamente uma saída para satisfazer a vaidade sem ir para o inferno. Inventaram os “manguitos”, uns canudos de pano, às vezes diferentes do vestido, com que cobriam os braços, apenas quando se encontravam no interior da igreja. À saída, descobriam-se, fugindo do calor insuportável.

A grande guerra do bispo e do clero era não apenas contra as mangas curtas de blusas e vestidos, como também contra os decotes: chegavam a negar o sacramento da comunhão às senhoras que se apresentassem para receber a hóstia com o colo a descoberto.

Uma indumentária antiecológica

Leio na coluna do Fábio Campos que nossos policiais ainda usam pesadas botinas com perneiras que vão até os joelhos, infligindo ao usuário calor infernal. Maior que o que já experimentamos sem o peso de tal calçado. Antigamente, nossos soldados do Exército usavam capacetes de metal, iguais àqueles dos soldados europeus quando iam à Crimeia ou à Sibéria. Isto sob nosso sol de rachar. Servilismo cultural.

Basta ver os soldados africanos desfilando, sob aquele calor senegalês, com fardas semelhantes às do antigo colonizador inglês ou francês. A mesma macaquice.



Até um dia desses, era obrigatório o terno escuro no Parlamento. A história registra reprimenda que a direção da Câmara ou do Senado passou num parlamentar que ousou comparecer às sessões ordinárias vestindo terno claro.

Durante muito tempo, os brasileiros usaram paletó, colete, gravata, de tecido pesado, feitos para defesa contra o frio europeu, simplesmente porque lhes parecia elegante trajar-se como os portugueses, os ingleses e franceses que aqui chegavam. Gilberto Amado, que produziu página antológica a respeito, afirma:

Quando olho uma fotografia de José do Patrocínio, noto a gola do *croisé* e me pergunto como podia o tribuno suportar nos discursos do Recreio Dramático, na campanha abolicionista, aquele abafamento no corpo? Imagino os rios de suor correndo; suo com ele. Em Pernambuco, nós estudantes da Faculdade envergávamos fraques, redingotes. Na Rosa dos Alpes, loja de Castro Silva, vejo à porta um médico conhecido, Artur Costa, de cartola lustrosa como as que vi depois na Europa, no inverno. O senador Rosa e Silva só andava de cartola. À redação do *Diário de Pernambuco*, Aníbal Fernandes não chegava senão de fraque e de cartola. Como suportávamos isto?

Luto em Sobral

Quando abri os olhos para o mundo, as mulheres usavam véu cobrindo a cabeça quando iam à igreja. As ricas usavam véu de luto fechado e crepe, as pobres, de filó. Naquela época, homens e mulheres se vestiam de negro, da cabeça aos pés, quando perdiam ente querido. Era luto fechado. Com o correr do tempo, as mulheres passavam ao

luto aliviado, vestido ou blusa de cor branca, com bolinhas negras. Podiam usar véu de cor cinza. No braço do paletó ou na lapela, os marmanjos usavam tarja preta denominada, então, não sei por que razão, escumilha. Na capa do livro *Sobral, cidade das cenas fortes* está foto do chefe do integralismo, Plínio Salgado, com fita negra na roupa, simbolizando perda, partida de parente próximo. Quem não ostentasse estes indicadores de dor, de sofrimento, era criticado. Foi o que fizeram em Sobral com um ricoço da família Mendes que, na década de 1920, assomou à porta de casa de roupão vermelho, justo no dia da morte do irmão com quem entretinha disputa judicial por questões patrimoniais. Em sua cidade, a toada era a mesma, segundo narra Juarez Leitão.

Condenação

O poeta conta como eram as coisas em Novo Oriente no passado: “O Vanderil, meu primo, já nos anos 1960, foi ao enterro da tia Alzira com uma camisa estampada”. Ouviu os murmúrios do povo: “É um filho desnaturado”, “um sujeito sem sentimento”, “um bruto” [...] O tio Lozim, por coerção pública, obrigou o Vanderil a vestir preto completo. E ele, como é birrento, nunca mais vestiu outra cor. Até hoje, se vivo estiver. E dizia ainda que passou a beber cachaça (e bebia muito) também por sentimento. Um pé-de-cana que, quando fosse para o inferno, não precisava trocar de roupa (“já tô da cor do diabo!”).

Tingimento

Quando chegou a Sobral notícia da morte do tenente José Leôncio de Andrade Filho, em campos de Itália, na luta contra o fascismo, mais que depressa, foram tingidas de preto as roupas de todos os familiares. Felizmente pouco depois chegou informação exata. O militar estava vivo, mas ferido na perna e em tratamento em hospital americano para colocar prótese. Sua mãe, dona Anahid Andrade, não quis jogar fora as roupas já tingidas para o luto do filho. Por precaução,

recomendou: “Vamos guardar as roupas porque tem muito velho na família e a gente pode aproveitá-las [...]”

Velando pela elegância

Vitalina Parente de Paula Pessoa, vovó Dondon, filha do coronel Zé Cândido Gomes Parente e de Cesarina Ferreira Gomes, mãe do general Wicar de Paula Pessoa, agonizava em sua terra Sobral, conta uma descendente:

Tia Raimundinha, sentada a seu lado, vira-se para a irmã Celeste (Maria Celeste, filha de Almeria, mulher do Chico Frota, mãe dos militares Josias e José Parente Frota, o último, deputado federal pelo Espírito Santo) e lhe diz: “Vi umas fazendas pretas e brancas nas Casas Pernambucanas, vou comprar uma para o luto da Dondon”. A moribunda não concordou: “Não compre de bolinha, não; porque você é baixinha e não fica bem em você.”



7

Para a história da publicidade sobralense



Fazenda da Família Monte - 1900
Cidade de Sobral

É bem interessante ver os reclames (assim se chamavam os anúncios comerciais) publicados nas folhas do século XIX. Podemos ler no jornal *Sobralense* de 8 de agosto de 1875 o seguinte comercial duma loja da cidade:

Yayá - já viste, Bellinha, as popelinas que o José Filgueira trouxe de Pernambuco, e que se acham expostas à venda na loja que o pai tem na praça do mercado número 5 da qual ele é o gerente?

Bellinha - não; tu que as vistes, como achaste?

Yayá - sem exagerar assevero-te que há muito não vêm a esse mercado fazendas para vestido de tanto gosto e por preços tão cômodos.

Eu que, como sabes, não sou rica, comprei logo 4 cortes, sendo dois para fazer agora e dois para as festas da Conceição e do dia de ano bom; e tenho a presunção de que ninguém se apresentará com vestidos mais lindos que os meus; aconselho-te, pois, que faças já a tua escolha, e trata de comprar logo porque a concorrência tem sido grande e eles têm vendido extraordinariamente.

Este jornal de 1875 traz anúncio do bacharel Domingos Olímpio, depois famoso romancista, autor de *Luzia-homem*, com escritório no número 29 da Rua Padre Fialho.

Compra e venda de negros

Na edição de 18 de abril de 1875, José Silvestre Gomes Coelho anuncia disposição “de comprar uma escrava que tenha bom gênio e engome bem, paga por bom preço para satisfazer uma encomenda.”

O exemplar de 26 de junho de 1875 divulga anúncio das Lojas Americanas que recebera estoque do Maranhão, estava instalada à

Rua do Santo Antônio e tinha como proprietários José Firmo Ferreira da Frota e irmãos. Máquinas de costura Express encontravam-se no estabelecimento de José Clementino do Monte. Ernesto Deodéciano de Albuquerque vendia velas de cera branca. De novo um escravo: boa recompensa prometia Firmino Beviláqua a quem pegasse o escravo Antônio, idade 26 anos, preto, corpulento, espadaúdo, estômago levantado. Já em junho de 1875 Manuel Francisco de Moraes comprava e pagava bem “por uma escrava moça e de boa figura e que saiba cozinhar e lavar roupa.”

Nova escravatura

Com o novo século já não existem mais escravos, reconhecidos em lei. Eles não eram mais anunciados nem vendidos. No máximo, recrutavam-se trabalhadores para os seringais da Amazônia.

Duas bandeiras

A Praça do Mercado, ou da feira, tinha duas lojas com bandeiras. A do José Paulo Mendes de Vasconcelos, bandeira branca, e a do Frutuoso, que ostentava duas bandeiras: encarnada e azul.

Bandeira Branca avisava na edição de 14 de fevereiro de 1900:

Alerta povo! Grande surpresa! Alta novidade! Zé Paulo, no desejo muito apreciável de bem servir todas as classes sociais, quer ao pobre, quer ao rico, quer ao preto, quer ao branco, quer ao moço, quer ao velho, quer ao maloqueiro (partido liberal), quer ao cafinfim (partido conservador), fez aquisição de um novo estabelecimento à Praça do Mercado, onde esteve o Loyola, hoje loja da Bandeira Branca e no intuito, aliás, louvabilíssimo de fazer das tripas coração; e com o metro em punho e a gaveta aberta pretende dar uma queimada, em regra, em suas

mercadorias e vende de forma tal que nem mesmo os afamados barateiros da Praça do Mercado farão concorrência com ele nos preços, estupidamente resumidos. Se desconfiarem do que está dito, dêem uma pernada até a Bandeira Branca e verão que não é blague do Zé Paulo.

Já Frutuoso informava que a garrafa de vinho do Porto custava dois mil réis, o mesmo preço de photomobile.

João Feitosa do Monte, dono da barbearia Feitosa, à Rua da Aurora nº 9, cobrava mil réis pelo cabelo e barba.

Além disso, Antônio Fontenele avisava ao comércio da cidade que, de ora em diante, assinava-se Antônio Saldanha Ellery “visto ter achado encontro de nome”.

A carne verde sem osso custava 1\$400 réis, a de porco \$800. O açúcar branco 1\$000, o café 1\$600, o leite \$600.

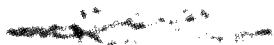
J. Frederico Pimentel & Cia. tinha à venda bacalhau especial, macarrão, letria, ameixas, passas, azeitonas, vinhos, máquinas Singer, cerveja preta e branca, conhaque Martell Proux, Macieira, licor Marie Brizard.

Alípio Duarte & Irmão vendia gêneros de estiva, cereais, charques, miudezas, ferragens, tintas.

A padaria Donizetti, bolachas em barris, biscoito para doentes, farinha de pão sem fermento.

Manuel Arthur chamava a atenção dos colégios de Santa Quitéria, Ipu e São Benedito para livros religiosos, como o manual da Semana Santa, ou profanos, como o dicionário Aulete, bem como navalhas elétricas muito finas, espartilhos, leques e perfumarias que vendia.

Casa Modesto Mendes, situada à Rua Coronel José Saboya,



anunciava novidades em gravatas, calçados para homens, casimiras de lã pretas e de cores, conhaque português e cidra Pérola.

Joaquim Mendes Vasconcelos divulgava dois bilhares novos e bons, dois ternos de bolas, relógio, espelho grande, gamãos, vísperas, dominós, à Rua Coronel Joaquim Ribeiro.

A *Cidade* trazia, ainda, noutras edições, publicidade de J. Adonias & Comp. Armazém de fazendas, estivas, ferragens e miudezas que vendia em Camocim: chapéus e calçados para homens e senhoras, espartilhos, chinelos de trança, gravatas e muitos outros artigos.

A 21 de agosto de 1901, a carne verde com osso era vendida a \$600; a seca, a 1\$000.

Atentemos, porém, para a publicidade em *O Rebate*, de Vicente Loiola, alguns anos depois, mas ainda na primeira década do século. A 4 de maio de 1907 registrava a presença em Sobral do fotógrafo João Senna & Cia., que fazia “retratos” em todos os sistemas. Especialidade era platinotypia à Rua do Padre Fialho, n.º 19. A cidade possuía dois hotéis, *O Sobralense* e *Hotel Rufino*, na Rua Coronel Joaquim Ribeiro.

A quarta página era toda de anúncios de fazendas, couros, miudezas, perfumaria, ferragem e papelaria da Loja Bandeira Branca que vendia casimiras pretas inglesas para paletós e fraques. E mosquiteiros.

A 11 de maio de 1908, *O Rebate* informa: “Quem desejar um terno de frak talhado pelo último figurino procure a conhecida alfaiataria Salustiano”.

Toda a quinta página era tomada por anúncio da loja da Bandeira Branca: “Barato! Muito barato! Não é queima, mas é coisa muito melhor, que não queima a ninguém – antes ajuda a viver”.

A página seis era toda de anúncios da firma viúva Modesto Mendes & Filhos.

A 19 de maio divulgava anúncio do recrutamento de “Trabalhadores para o Estado do Pará. A Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil aceita trabalhadores a 5\$000 réis por dia.”

Bebidas geladas

Em maio de 1907 ofereciam-se na cidade de Sobral bebidas geladas na Merceria Antero, Largo do Rosário: Cerveja Paranaense, Bock Ale, Guinness, vermute francês e cinzano, vinhos Adriano, Moscatel, Nova Cintra, Três Coroas, Águia, Capricho, São José, Santo Antônio e o especial vinho Collares – único engarrafado neste mercado – notando ainda: “a merceria Antero é a única onde se encontram todas estas bebidas geladas, para apaziguar os efeitos do calor”. Tinha ao lado “confortável saleta preparada com asseio e decência, onde se pode, à vontade, tomar um copo da tonificante cerveja ou o calixto do preservante macieira – tudo fresco, bom e [...] barato”.

Em *A Lucta* de 23 de maio de 1914 via-se a seguinte publicidade de A Paulistana, precursora das Pernambucanas:

A Paulistana acabou de conferir o seu colossal e deslumbrante sortimento recebido diretamente da Europa e das principais capitais do Brasil, e resolveu vender com abatimento de 20%. Encontram-se ali brins de cores chic para \$600, chitas padrões escolhidos a gosto a \$280, morim especial a \$400, vara e um grande sortimento de fantasias, casimiras, brim de linho, galochas, calçados americanos e nacionais, chapéus para homens e crianças, e uma infinidade de artigos que só uma visita feita a esta casa poderá convencer o freguês da qualidade e preço de suas mercadorias. O gerente da Paulistana dá um conto de réis a quem provar que há quem venda mais barato.

Praça do Mercado, vizinho ao armazém do Sr. A. Mendes Rangel & Cia., onde tem uma bandeira toda azul.

Vendas exclusivamente a dinheiro.

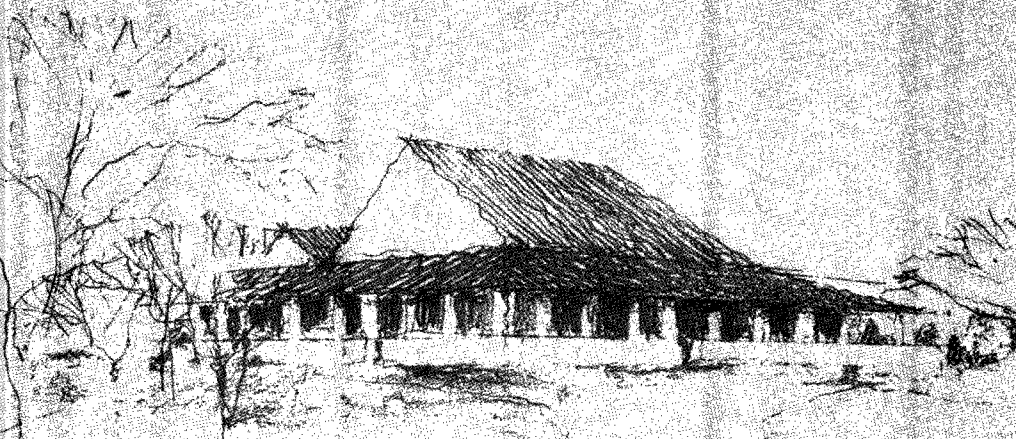
Ainda em *A Lucta* de 26 de novembro de 1919, a Casa Estrela avisava acabar de receber navalhas e lâminas Gillete, relógios Omega – níquel, prata e folheados, flanela branca para calças ou fatos, meias de seda para senhoras, brancas, bronzeadas e pretas, cinto de cromo, suspensórios Guyto, ligas.

Já Euclides Sabóia & Cia. repetia o anúncio com a expressão da moda: “É o suco! Oh! meu caro amigo! Um abraço! Mas estás chic! [...] pudera, não? Aonde compraste esta casimira tão linda que estás vestindo?”

A 10 de dezembro de 1919, o jornal de Deolindo Barreto noticia que “depois de cinco meses visitando fábricas no Rio e São Paulo, estava em Sobral com variado sortimento Nagibe Gazelli”.



El poder de voto



Proyecto de Familia Monte . . . Amparo Lora
abril 2003

I

O bravo Vicente Loiola, de *O Rebate*, demitido do emprego de conferente da Estrada de Ferro de Sobral, espancado várias vezes na rua e em casa, por adversários políticos ou soldados de polícia, preso, processado até a hora de sua penosa agonia, sustentou, durante toda a existência, ativa e virulenta campanha contra a oligarquia do comendador Nogueira Acioly, em Sobral, interior do Ceará.

A cada edição, ele e o chefe democrata, João Barbosa de Paula Pessoa, combatiam a eleição a bico de pena, a oligarquia estadual e seus prepostos no plano municipal. A 13 de julho de 1907, Loiola critica aspectos da mensagem do presidente do Estado à Assembleia Legislativa. Refere-se, depois, à eleição para a vaga de deputado aberta com a morte de Tristão Alencar, de Messejana: “Ora, em Sobral, falando sério, não houve eleição. Logo, não pode ter havido votos, em tão grande cópia”.

Com a paixão dos polemistas do interior, investe contra um dos proeminentes líderes da facção governista: “O Coronel Mont’Alverne pediu cem mil réis à Câmara para comprar penas Mallat para fabricar um deputadozinho para o velho Accioly no dia primeiro de dezembro próximo”. (*O Rebate* de 18.11.1908).

Em março de 1909, volta a atacar o mesmo alvo: “Depois que o senhor Mont’Alverne se fez chefe aciolino, o poder de Deus deixou de ser infinito para sê-lo somente o número dos seus eleitores.”

Próximo à derrubada da oligarquia de Acioly, *O Rebate* publica a 13 de janeiro de 1911 repto do partido oposicionista quanto à falsidade de ata de reunião da junta de alistamento eleitoral.



Tomemos Sobral em peso como testemunho em como isto é mentira e desafiamos aos coronéis José Inácio Alves Parente, João Frederico Ferreira Pimentel, Frederico Gomes Parente, Emílio Gomes Parente, José Ferreira Gomes e Dr. Clodoveu de Arruda Coelho, membros mais graduados da facção governista desta cidade e diretamente responsáveis por tudo quanto ela fizer, a quem venham em nome da honra e da respeitabilidade que devem aspirar para suas pessoas, dizer, sob suas assinaturas, publicamente, a face de Sobral, onde, como e quando constitui o partido de que são chefes, as mesas de que seu jornal dá notícias.

Apeada a oligarquia, realiza-se pleito limpo no julgamento do editorial de 3 de fevereiro de 1912, “A voz das urnas”: “Pela primeira vez, nestes vinte e dois anos de República, ouvimos o timbre de voz das urnas de Sobral ‘depois de referências’ à fraude eleitoral mais impudente (e impudente sem erre) e desbragada sob a tutela do coronel José Inácio Gomes Parente”. E garante:

Todo Sobral, os próprios fabricantes de atas falsas sabem que, aqui, não se fizeram outras eleições a não ser as que vão abaixo especificadas, perante mesas legalmente constituídas, observando-se a lei em todos os seus rigorosos dispositivos, e das quais fugiram, para irem fabricar as fraudes a bico de pena, no que são useiros e vezeiros, o Sr. Coronel José Inácio e sua gente.

Abertas todas as seções à hora regimental, nelas votaram todos os cidadãos eleitores que exibiram seus títulos, não indagando à mesa

a que partido pertencem eles, nem quais os candidatos que iam sufragar. O resultado foi apurado escrupulosamente e é esse constante das autênticas atas remetidas dentro do prazo legal, de acordo com a lei a quem esta ordena sejam elas endereçadas.

O que é bom, porém, dura pouco. Veio a revolução de Juazeiro do Norte, chefiada por Floro Bartolomeu e José de Borba Vasconcelos, abençoada pelo Padre Cícero Romão Batista. Caiu o governo legítimo de Franco Rabelo e tudo voltou a ser como dantes. Loiola teve de fugir de Sobral para não ser espancado como o foi o poeta Paixão Filho. Os partidários do comendador Nogueira Acioly descartaram Newton Craveiro de *O Nortista* e tentaram invadir a casa de Deolindo Barreto, de *A Mão Negra*, que, logo a seguir, fundaria *A Lucta*. Já no quarto número de seu jornal, a 28 de maio de 1914, o Ceará, sob intervenção federal, em estado de sítio, este põe a mão na chaga protestando contra “as eleições impostas pelo governo federal para eleger os candidatos da intervenção” e comenta: “Se as eleições no Brasil, com o espezinhamento do voto, eram uma farsa burlesca, agora, com o escárnio à autonomia dos Estados, será uma comédia irritante”. (*A Lucta* de 28.5.1914).

II

No início do século XX, em Sobral, *A Cidade*, de Álvaro Ottoni, denuncia as restrições aos eleitores e grupos políticos que fazem oposição à oligarquia do comendador Nogueira Acioly, implantada no Ceará, quatro anos atrás, ao tempo da instalação da “política dos governadores”.

Nas eleições de 31 de dezembro, as mesas eleitorais unânimes, sempre com o pensamento dominante de diminuir o voto dos

adversários, levantaram a ideia de que só podia votar quem estivesse na lista de chamada. (14.2.1900).

A 3 de março de 1900, sob o título “eleição a bico de pena”, refere-se a repto, feito pelo Partido Republicano ao Presidente do Estado, para que republicasse o nome de seus eleitores que figuram nos livros de presença às sessões eleitorais:

É grande o número de phósphoros que sufragaram a chapa do senhor comendador, e, pois, longa, a publicação? Pois bem, publique ao menos os nomes dos seus eleitores dos colégios onde suprimiu os municípios ou substituiu os vereadores eleitos por outros nomeados como em Soure, Saboeiro, Santana do Cariri, São Mateus, Independência. Para citar somente estes, a fim de evitar a desculpa alegada. Feito isso, fica de pé o nosso repto em todos os dois pontos. É assim que costumamos arrancar a máscara dos fabricantes de eleição a bico de pena.

Publique, ao menos, os nomes dos eleitores que dizem ter votado em suas eleições nos colégios acima. Isto, porém, não fará o senhor comendador Acioly, com receio de publicar nomes de mortos, ausentes, phósphoros e amigos nossos que figuram como tendo votado nas suas eleições que, afinal, seriam desmascarados e corridos na Câmara os portadores de atas e diplomas falsos.

A 24 de março de 1900, diz, com otimismo precoce: “As leis com que a Assembleia do Estado procurou amordaçar o povo, roubando-lhe o voto a liberdade serão quebradas, mais cedo ou mais tarde.”

Na mesma edição, Joaquim Miranda agradecia votos que lhe foram dados em mais uma eleição, registrando, no entanto, temor de



perder o mandato na próxima verificação de poderes. José Mendes dizia o mesmo. Eles e Gomes Parente, eleito senador, anunciavam viagem ao Rio para tentar preservar o que a oposição havia conquistado nas urnas.

O jornal oposicionista, apesar disto, mantinha o entusiasmo:

Se não obstante os vícios inerentes aos alistamentos eleitorais, organizados por mesas unânimes que ora deixam de se reunir ora qualificam e eliminam pujança e prestígio de chefes, quando mais expressiva seria a derrota infligida ao governo estadual, se lhe fugissem estes e tantos outros meios de falsear o regime representativo. (21.3.1900).

A 11.9.1901 o alvo de suas críticas era o ex-vice-presidente do Estado, intendente municipal e pai do juiz de direito, José Saboya, o industrial Ernesto Deocleciano de Albuquerque:

Há dois anos, não temos alistamento eleitoral, isto porque não convém à sua política mercenária.
É grande e forte o partido do órgão *A Cidade* e há nele centenas de cidadãos privados desse direito sagrado, devido ao capricho estúpido desse ganhador de marca que é a vergonha da sociedade.

Com muita ênfase, acrescenta:

Povo independente deste grande Sobral, levantai e expulsai daquela cadeira este aventureiro reles que a avilta e rebaixa.
Já é tempo de conhecer os malfeitores, os abissínios que esvaziam as nossas algibeiras esmagando o povo de tributos.



A oligarquia Acioly permaneceria, porém, firme apesar de investidas como as de Álvaro Ottoni, até 1912. Antes disso, todavia, cooptaria o ardente adversário, convidando-o para ocupar uma das promotorias de justiça de Fortaleza. Tal “virada” seria cobrada, com veemência habitual, por seu ex-empregado, Vicente Loiola, a essa altura, dono de *O Rebate*, que se manteria na estacada, até a morte:

Atendendo ao autor, publicaremos Kalendário Acciolyno do ex-jornalista, ex-poeta, ex-folhetinhista, ex-orador, ex-oposicionista Álvaro Ottoni, promotor da comarca de Fortaleza no gozo de quatro meses de licença com os respectivos ordenados, hoje Acioly com a mesmíssima convicção com que foi ontem oposicionista.

III

Durante toda a existência de seu jornal, *A Lucta*, Deolindo Barreto combateu a fraude eleitoral e a militância político-partidária dos juízes. Taí o que ele diz a propósito da negativa de inscrição como eleitor do pai do humorista Renato Aragão:

[...] O juiz de Direito, chefe do Partido Conservador aqui, indeferiu uma petição do Sr. Paulo Aragão, guarda-livros da casa M. Vergniaud e Filhos porque o atestado de renda era uma declaração do chefe da firma de ser o peticionário guarda-livros da mesma.

A 8 de dezembro de 1920, elogia a lisura da eleição de Ildefonso Albano para vice-presidente do Estado, em contraste com os pleitos do passado:

Quando em qualquer eleição havia competidores poderosos, mandavam os seus mesários passear e não formavam mesas, como fizeram na eleição do coronel José Gentil. Em caso negativo a eleição na casa dos chefes a bico de pena, abolindo todas as formalidades, o que lhes economizava tempo e dinheiro, mas fazia crescer a falta de civismo no poder e aumentar o desgosto na população eleitoral. (18.2.1920).

Durante o primeiro semestre de 1924 até seu fuzilamento, Deolindo manteve guerra contra a corrupção eleitoral, estava de cima porque apoiava Ildefonso Albano, que substituíra Justiniano de Serpa e assim centrava suas acusações no juiz de Direito, José Saboya, e no juiz municipal, Clodoveu Arruda, líderes do Partido Conservador.

Os juízes de Direito e Municipal desta infeliz comarca que vêm acintosamente abusando da vitaliciedade que lhe assegurou a liberdade do regime, vêm tomando parte saliente na propaganda de uma candidatura política, negada pelo governo e pelo eleitorado que deseja a continuação da paz e prosperidade do Estado. (9.1.1924).

A 19 de janeiro de 1924, aumenta a intensidade de seus ataques: “O Sr. Vicente Saboya pode ter a maioria das urnas desta cidade, porque afinal aqui tem um irmão juiz de Direito e, como tal, chefe do mecanismo eleitoral”. (19.2.1924).



A 13 de fevereiro do mesmo ano, denuncia a venda de votos, o que, no frigidar dos ovos, constituía algum avanço. Afinal, votava-se por dinheiro ou por agradados, mas se votava:

Os sufragistas do Sr. Vicente Saboya, quando não for um matuto ingênuo, sem nenhuma noção de civismo, que vem dar o seu voto porque lhe facilitaram o meio de transporte, o lauto almoço, o terno de cáqui e os sapatos de couro de bode capado, é um dependente da politicagem dominado pelo ódio partidário.

Pela versão apaixonada de *A Lucta*, de 26.3.1924, o voto para deputado federal em Sobral saía por 62 mil réis, o que não era de todo mau, porque o quilo de carne custava 2\$800 réis, uma galinha 5 mil réis, uma curimatã 6 mil réis.

Apesar de combater a eleição a bico de pena, Deolindo admitia a depuração de mandatos dos adversários pelas famosas comissões de verificação, bem como a designação de deputados pelo líder do partido. A 7 de maio, assim se refere ao candidato malgrado Vicente Saboya:

Aos nossos conselhos para que recorresse à proteção do senador João Tomé, o homem habilitado a distribuir os ingressos aos cearenses no Parlamento zombou da sinceridade de nossas palavras.

IV

No próprio artigo póstumo de Deolindo, publicado a 28 de junho de 1924, há entusiástico registro pelo reconhecimento do candidato adversário:



Quando o Sr. Vicente Saboya, com as algibeiras cheias do dinheiro facilmente ganho nas gordas negociatas com o governo central, por aqui surgiu metalizando as consciências venais para bancar o candidato popular, fomos um dos poucos que escaparam à espécie de fanatismo que classificava de “grande amigo do Ceará”.

Conhecedores, que nos pesamos de ser, dos aventureiros políticos, demos o grito de alarma, mostrando com a evidência dos fatos que o referido Dr. Vicente Saboya vinha perturbar a paz do Estado tão propícia à sua fecunda administração. O povo, porém, facilmente impressionado, deixa de ouvir a voz da razão para atender às lábias multiformes dos cabos eleitorais principescamente organizados para organizar a popularidade da candidatura. Desde o humilde operário sem noção de civismo até altos magistrados, tudo se vendeu – uns pelo metal sonante, no seu estado bruto. Por favores e gratidão, outros. Pouco a pouco veio escurecendo o ambiente político e quando as nuvens carregadas de vindicta ameaçaram desmanchar a tempestade o senador João Thomé tentou amainar os ventos da adversidade, sacrificando a sua candidatura, levantada pela grande maioria dos cearenses.

Os adeptos do Sr. Vicente, longe de ver neste gesto de desprendimento uma sublime manifestação de patriotismo, para remoção de uma crise política, levaram a conta de sua força partidária, de seu valor político [...] No dia da

posse das novas Câmaras, em vários municípios, notadamente Sobral, Granja e Camocim, os visionários do “grande amigo” do Ceará pretenderam assaltar a mão armada os edifícios municipais e empossar as suas esdrúxulas Câmaras, não havendo sérios conflitos devido às promptas e enérgicas providências tomadas pela polícia.

Felizmente acha-se, há dias, na guilhotina da inelegibilidade o pescoço do diplomata Sr. Vicente Saboya que, para paz, sossego do Ceará, há de voltar à sua condição de velhote rico e muito feliz no comércio.

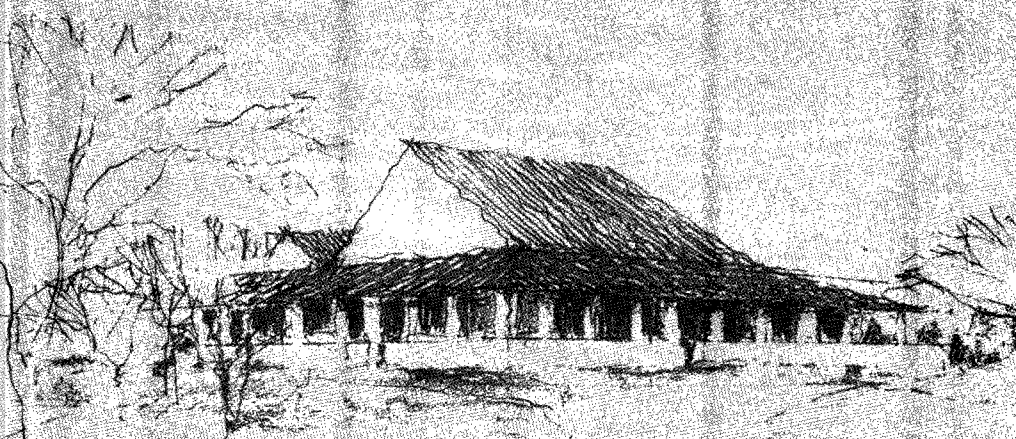
A Ordem, querendo apegar-se a qualquer coisa para espairer a tremenda decepção do não reconhecimento do seu ídolo de terra, veio muito prazenteira, porque não foram anuladas as eleições de Sobral. Idiota! Como anulá-la se não entrou isto em cogitações e o constante alegou apenas a inelegibilidade do Dr. Saboya? Para anulá-la bastam os comesinhos dispositivos do regulamento eleitoral [...] É nula a eleição quando feita perante mesas ilegais. Ora, sabe toda Sobral que serviu como mesário na 1ª secção o Sr. Eurípedes Ferreira Gomes, que não era nem presidente nem substituto do presidente da Câmara. “Quando faltam alguns dos mesários, se procederá a eleição apenas com os dois que estiverem presentes”, o que se fez na terceira secção? Porque o mesário democrata retardou um pouco, foi substituído por um amigo do peito e seguiu-se a passeata como se

os contos de réis do Sr. Vicente fossem capazes de alterar o espírito da lei: “É nula a eleição feita por alistamento irregular”.

É hoje de domínio público dentro e fora do Estado que o juiz, com a vaidade de ser irmão do candidato mais votado, inventou um aparelho elétrico de fazer eleitores e fez mais de 400 em oito dias e além de tudo não teve a menor parcela de escrúpulo na escolha da matéria-prima e metade desses são vagabundos, mendigos, pessoas de outros municípios e, fechando a rosca da imoralidade no buraco da pouca vergonha, lá está no alistamento o próprio Sr. Vicente Saboya que, há mais de 5 anos, reside no Rio de Janeiro, onde é eleitor e que aqui se achava há menos de um mês.

Muito lamentamos não se ter cogitado da legalidade da eleição de Sobral, na Câmara, pois temos uma desconfiança que o Dr. José Saboya e muitos dos seus iriam expiar na cadeia uma parte de seus crimes. (*Jornal A Lucta*, Ano XI, n. 714, 28.6.1924).

A house of copiers and writers



Figures in Familie Monte - Temple Lake
School 1909

Um pronunciamento de Dom Lustosa, arcebispo de Fortaleza, ou de Dom José, bispo de Sobral, durante campanha eleitoral, ecoava como estampido. É que os padres desfrutavam de força muito grande. Não apenas pelo confessionalário através do qual controlavam os maridos e filhos das penitentes como por acenarem com castigos para os que se insurgiam contra eles. Sofriam aqui castigos terrenos. Na outra vida, o fogaréu dos infernos.

Há quem diga que em Sobral não se instalou o batalhão de engenharia do Exército pelo veto do bispo, temeroso do assédio sexual de seus integrantes sobre as moças da cidade: “Já temos o Javan”, explicou, referindo-se a um campeão de defloramentos nos subúrbios da cidade.

Era tal o zelo do antístite pelo ofício que, quando residia no sobrado onde hoje se instala o Museu Dom José, ficava depois da meia-noite das terças-feiras de Carnaval, da janela do prédio, observando os casais que saíam do clube porque, infringindo as regras, continuavam a dançar e a se divertir já na quarta-feira de Cinzas.

Lembro-me de que Monsenhor Felipe Fontenele tratou mal uma moça que não se encontrava convenientemente vestida para estar na igreja. O pai da donzela não gostou e sentenciou: “Monsenhor Fontenele é doido.” Rezavam as lendas que, tempos depois, ele sofreu castigo divino: morreu doente das faculdades mentais.

Em meu livro *Sobral, cidade das cenas fortes* transcrevo jornal do Crato dizendo que o juiz de Crateús, Olavo Frota, tinha a mão seca por haver escrito contra o Padre Joaquim Severiano, durante a polêmica do clero com o jornalista Deolindo Barreto. Isto em 1953. Numa orelha, lê-se volante distribuído pelo prefeito de Sobral, José Palhano, atribuindo a morte de seu adversário político, o deputado Francisco de Almeida Monte, a um castigo de Deus por haver escrito, em artigo publicado em *O Estado*, que um dos dois (ou ele ou o padre) estava sobrando.



As procissões da Semana Santa

A Semana Santa, na infância em Sobral, era soturna e silenciosa. Passava uma impressão de tristeza infinita, tão próximos vivíamos da Igreja Católica e de suas grandes datas. Não se ouvia rádio, não se comia carne. As famílias trocavam presentes de alimentos para o jejum. Em nome deste, os mendigos pediam esmolas.

Não havia tantos carros e era num silêncio, impregnado de tristeza e compunção, que a gente via passar a imagem do Senhor Morto, trajado de roxo. O José Wilson Brasil, Zé da Macaca, para os íntimos, agitava a matraca na procissão do Senhor dos Passos. E os amigos, brincando a propósito da pobreza do inspirado *causeur*, falavam de seu terno como testemunha dos 36 encontros (anuais, *bien sûr*) de Nosso Senhor com Nossa Senhora, na referida peregrinação dos passos.

Os Irmãos do Santíssimo vestiam suas opas, capas vermelhas sem manga, para acompanhar o préstito. Era uma honraria muito grande. Lembro-me, a propósito, que no auge da última briga política do bispo, Dom José Tupinambá da Frota com o eterno rival, José Saboya de Albuquerque, ele mandou Monsenhor Olavo Passo, secretário geral da diocese, expulsá-lo de tal irmandade, gerando muitos protestos dos udenistas, seguidores do ex-juiz e maior industrial da cidade.

No passado, atribuía-se a Dondon Ponte, dura adversária dos conservadores, haver comentado, à porta de seu Hotel do Norte, a passagem de alguns adversários políticos, como José Saboya, Chico Monte, Clodoveu Arruda, trajados com as opas de Irmãos do Santíssimo: “Ô homem bom para ter irmãos tão ruins [...]”.

Outros falavam da curiosidade de uma beata em saber o resultado do jogo do bicho, colocado em uma tabuleta à frente de loja comercial. Teria pedido a Flora Monte, também *habituée* de tais apostas, cantando:



Flora, tu que és mais alta
Que eu,
Olha, na tabuleta,
O bicho que deu.
Flora, cantando, teria respondido, na mesma toada:
Ave, ave, avestruz.

Lembro-me de Flora, como falante, sempre preocupada com o comunismo e empunhando, dias de sol ou de chuva, sua sombrinha. Morava na Praça do São João, mais ou menos onde esteve a sucursal do *Diário do Nordeste*. Quando nos mudamos para Fortaleza, penso, ela também se mudou.

Recordo-me dela, em longas conversas políticas com meu pai. Mas era da Semana Santa de minha infância que estava falando. Recordo, ainda, acho que foi numa Sexta-Feira da Paixão, que o irmão de Dom Expedito Lopes, ao amanhecer, tascou na Amplificadora Imperador do Falb Rangel música bem alegre: “A mulata é a tal”, ou o equivalente. Quem levou a maior bronca do bispo foi o responsável pela emissora, José Maria Soares.

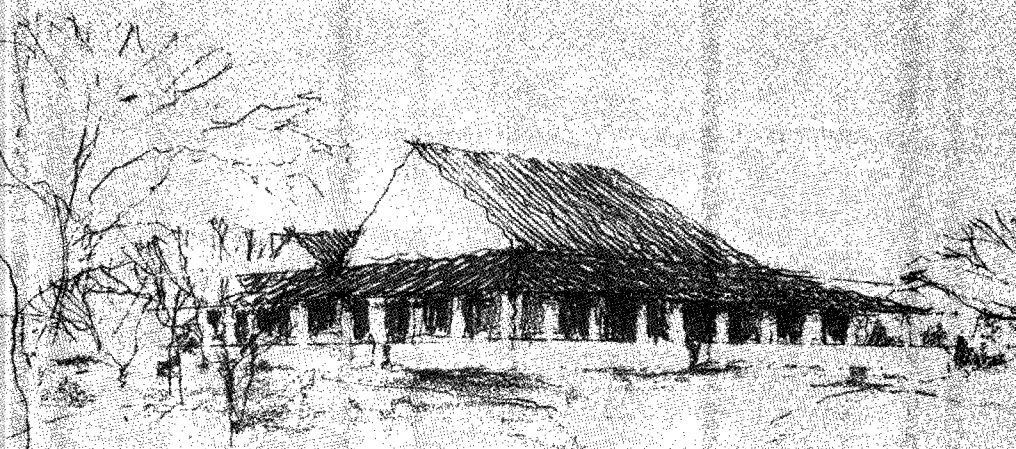
Castigo contra quem fala de padre

Escrevi, em minha coluna política de *Unitário*, alguns reparos à atuação política do prefeito de Sobral, Padre Palhano de Saboya, e amanheci morrendo de medo de que a mão houvesse secado tal o receio que o clero infundia na sociedade e na defesa de seus privilégios.

O Padre Palhano de Saboya, mesmo no auge da campanha movida contra colegas do clero, costumava advertir os ouvintes de sua emissora, dizendo-lhes: “Tem gente apodrecendo. Tem gente morrendo porque fala de padre”.



18 Folha de Dots



Fazenda de Família Monte, 18 de Maio de 1903

Dom José Tupinambá da Frota

O Bispado

Segundo o Padre João Mendes Lira, Dom Jerônimo não conseguiu ser o primeiro cardeal do Brasil. Outra ideia luminosa veio-lhe à cabeça. Fazer de seu sobrinho o segundo cardeal. Em 1915, trabalhou muito junto à Santa Sé para a fundação de uma diocese em sua terra natal - Sobral. Uma vez criada a diocese do Crato, não havia razão para que não se criasse outra na zona norte do Estado, tão carente da ação episcopal como a Região do Cariri. Veio a criação.

Grande bispo, grande homem público

Dom José se cobriu de glórias literárias e acadêmicas em sua juventude. Primeiro, no Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Depois em Roma para onde viajou na companhia de seu parente, Dom Jerônimo Tomé da Silva, arcebispo da Bahia, e de Dom Joaquim José Vieira, bispo do Ceará. Matriculado na Pontifícia Universidade Gregoriana, defendeu tese na Faculdade de Filosofia, colando grau de doutor. Conquistou o doutorado nos exames finais de Universal Theologia. Na Universidade Gregoriana obteve o primeiro prêmio no concurso de teologia dogmática e no curso de teologia moral.

Quase fica no Vaticano onde quiseram seu concurso, tal o brilhantismo intelectual demonstrado em Roma, mas preferiu voltar à terra natal da qual seria o segundo construtor. A nada foi insensível seu gênio criador: na área de saúde, fundou a Santa Casa, hoje hospital referência da região depois das reformas ali empreendidas pelo Padre José Linhares.

Na área de educação, implantou o Seminário para formação da elite eclesiástica da região, em cujo antigo prédio funciona a reitoria da Universidade do Vale do Acaraú. Em seguida, o Colégio Sobralense, para estudantes do sexo masculino, e, só depois, o Colégio de Sant'Ana,

para as moças da cidade. Sem falar no Patronato. No Abrigo para os velhos. No banco da diocese. No jornal *Correio da Semana*, que ainda circula em Sobral.

E escreveu *História de Sobral*, ofício de que também se ocuparam os Monsenhores Fortunato Linhares, Francisco Sadoc de Araújo e João Mendes Lira, mostrando a onipresença da Igreja Católica em toda a existência da cidade.

Bons costumes

Aluno prodígio em Roma, Dom José Tupinambá da Frota foi severo defensor dos bons costumes e da fé cristã. Dele se dizia que, seminarista ainda, nunca cortou as unhas em público, nem mesmo na presença da mãe, e que, bispo, não gostava de sentar em cadeira antes ocupada por pessoa do sexo feminino. Não hesitava em falar das “messalinas que frequentam nossas igrejas” para condenar damas da sociedade que pretendiam comparecer aos ofícios religiosos de vestidos decotados e sem mangas. Promoveu guerra contra a prostituição, o Carnaval, o coco e tudo o que favorecesse o sexo fora do casamento. Surpreende que, à sua sombra, residindo, com ele, no sobrado diocesano, seu *enfant gaté* Padre Palhano houvesse conquistado fama de Don Juan com façanhas amorosas, cantadas em prosa e verso em jornais da capital cearense.

Dom José acreditava firmemente que a Igreja Católica detinha o monopólio de ingressos no céu e até o fim de seus dias não permitiu a presença de templos protestantes na diocese. Os “crentes” eram escorraçados pela eloquência de seus sermões e pelas pedradas dos fiéis. O jornalista José Hélder Souza, que começou a carreira profissional no jornal comunista *O Democrata*, contava, mordido de remorsos, que, criança, foi recrutado pelo Padre Domingos Araújo para ação direta contra pastores protestantes que tentavam fixar-se em Sobral. Até a polícia chegou a intervir, em certa ocasião, na defesa da livre

manifestação religiosa destes protestantes, ameaçados, fisicamente, pela multidão, açulada pelos sacerdotes.

Guerra com o juiz

Alguns anos depois, já vigário geral da cidade, em substituição ao tio Diogo Lima, Tupy lança rifa em benefício das obras de construção da Santa Casa de Misericórdia, em 1912, cujos bilhetes foram adquiridos por todas as pessoas da sociedade e da catolicidade locais, inclusive a mãe do juiz. Este, porém, não estava pelos autos. Tinha diante de si a primeira oportunidade de exhibir os músculos diante do adversário e não hesitaria em fazê-lo. Proíbe, imediatamente, a realização do sorteio e chega a ameaçar de prisão o padre, se insistir em sua prática.

A vedação é tão escandalosa que, além de sermões do vigário, discussões exaltadas na cidade repercutem nos jornais da capital “que não veem o mesmo zelo do juiz pela lei quando se trata de conter os interesses do chefe político, o comendador Nogueira Acioly.”

O Rebate, de Vicente Loiola, limita-se a registrar o acontecido. *Pátria*, de Carlos Rocha, publica o bilhete da loteria que dá como responsável “O Padre Doutor José Tupinambá da Frota” e expõe os despachos e as razões do juiz e correligionário. Divulga carta, atribuída a “provector advogado”, que diz:

O seu ato, jurídico e desassombrado, só louvores pode merecer, ao invés de diatribes, com que se procura confundir e perfeitamente explica a grita que, em torno do mesmo, têm levantado os interessados, que vão desde os sermões na Igreja Matriz desta cidade até artigos publicados nos jornais de Fortaleza, e largamente divulgados aqui.

Em *Pátria*, afirma Saboya:

Felicito-me, entretanto, por haver conseguido obstar, a tempo, a uma ação proibida por lei, que, a se ter efetuado, iria refletir desairosamente sobre as tradições desta terra, onde outrora homens eminentes em que o bom senso só à honestidade pedia meças, erigiram, por meios lícitos, e como padrão de sua fé, não imbuída do fanatismo de agora, esses monumentos que se alteiam nas praças da cidade, a desafiar a admiração dos presentes e dos vindouros. A nenhum deles, e com o intuito de fundar um estabelecimento de caridade, para a realidade de cuja execução todas as classes sociais têm proficuamente concorrido, e que têm merecido até a larga proteção do poder público, ora afrontado por desleal concorrência, a nenhum, repito, ocorreria, decerto, lançar mão dos jogos ilícitos, a fim de suprir, pelos lances de tavolagem, o que as dádivas espontâneas não podem proporcionar.

No livro *A vida de D. José* pode-se ler o que o padre escreveu, muitos anos depois, sobre o confronto:

Confesso que, em rigor, a operação que eu pretendia realizar a favor das obras da Santa Casa de Misericórdia, podia ser classificada como loteria [...] Mas penso que ninguém, a não ser o Dr. José Saboya de Albuquerque cujo ódio nunca cansou e cujo espírito vingativo não esfriou com os anos, seria capaz de atribuir-

me *animum delinquendi* e má vontade de fazer competência ao governo. Bem poderia o terrível juiz ter-me avisado em particular do grave deslize que ia cometendo, e evitar os comentários do povo que redundaram contra ele. Mas era preciso vingar-se do artigo por mim publicado sob a assinatura de X no *Rebate*, e a ocasião era a mais oportuna e não lhe causava nada.

O jornal *Folha do Povo*, de Fortaleza, trouxe artigo condenando o juiz, publicado no mencionado livro *A vida de D. José*. Aí fica esclarecido o porquê das divergências dos dois patrícios:

O juiz de direito, que se tornou inimigo do vigário por ter este pedido ao Senhor bispo diocesano a extinção da irmandade de N. S. da Conceição, da qual era S.S. juiz – porque as rendas do patrimônio eram muito “bem aplicadas” pelo procurador, pessoa da intimidade do juiz e seu protegido, mandou um ofício ao delegado de polícia recomendando-lhe que, no exercício da atribuição que à polícia incumbe de prevenir as “transgressões da lei”, procurasse proibir que fosse levada a efeito a “loteria”.

Conclui o jornal fortalezense:

E agora que já explicamos este caso de “muito zelo” do Sr. José Saboya de Albuquerque, juiz de direito de Sobral, findamos, dizendo que S.S. que quer se mostrar um homem de sentimentos muito elevados não passa de uma figura comum de fiteiro consumado e como juiz, era como “les autres”, executava com a maior dedicação as

ordens que eram dadas pelo Senhor Nogueira Acioly, deixando de reunir, anualmente, a comissão de alistamento eleitoral, para desbancar os eleitores da oposição. (*A vida de D. José*, p. 115).

Somente uma outra voz parece altear-se em Sobral, em meio à disputa que travam os dois oligarcas: a do tipógrafo Deolindo Barreto, que se estabelecera na cidade, depois da aventura amazônica, com pequena gráfica na qual editava um jornaleco *A Mão Negra*. Nele publica editorial, intitulado “Iniquidade” em que se coloca a favor do vigário contra José Saboya.

Tão sensibilizado fica o bispo com o episódio que, três anos depois, sem ver nem para quê, escreve carta parabenizando Deolindo por seu aniversário, lembrando ter sido ele o autor desassombrado de sua defesa no episódio. Tal espontaneidade lhe sairia caro, quando em guerra com o jornalista que, então, lhe despertava tanto entusiasmo. Isto porque *A Lucta* reproduziria, mais tarde, a correspondência no auge da luta com o clero sobralense.

Igreja Católica e o integralismo em Sobral

Quando presenteei o grande cirurgião Sérgio Almeida Oliveira (que me plantou, no peito anti-ianque, válvula aórtica norte-americana), com o livro *Sobral, cidade das cenas fortes*, ele me indagou, dia seguinte, pela foto de capa mostrando Dom José Tupinambá da Frota recebendo, ao lado de seu pupilo, Padre José Palhano de Saboya, a visita do presidente do Partido de Representação Popular, o líder integralista Plínio Salgado. Expliquei-lhe que pretendia mostrar o prestígio do bispo, recebendo a vassalagem de nomes nacionais da vida pública brasileira. Faltou-me faltar das simpatias da Igreja Católica em Sobral, como em todo o Brasil, pelo integralismo.



Na década de 1930, a Igreja Católica namora escandalosamente o integralismo e, no Ceará, seu jornal *O Nordeste* defende a pessoa e as ideias de Plínio Salgado. Basta ler *O integralismo no Ceará*, de João Alfredo de Sousa Montenegro, para encontrar lá abundante documentação a respeito.

O próprio jornal católico do Ceará, numa total demonstração de apoio ao credo verde, diz: “O Integralismo tem um programa onde estão contempladas ideias nobres e úteis à harmonia do Brasil.” (p. 160).

No auge da disputa eleitoral para eleição do primeiro governador do Ceará, depois do Estado Novo, o senador Plínio Pompeu afirma: “Tendo montado uma amplificadora na praça principal de minha cidade, Dom José fazia diariamente viva propaganda contra a UDN, sempre elogiando o Sr. Plínio Salgado” (*A vida de D. José*). Depois de tal registro, Dom José garante: “É FALSO ter eu feito diariamente propaganda contra a UDN elogiando sempre Plínio Salgado”.

Pompa e hierarquia

Dom José amava as insígnias do posto e a liturgia. Era um espetáculo vê-lo entrar na catedral, de batina roxa com cauda, erguida por um seminarista, coberto de arminho, portando a pesada cruz peitoral de ouro, vistoso anel no dedo que os fiéis deviam beijar genuflexos, enquanto os sinos bimbalhavam festivos, saudando o acontecimento.

O bispo exigia que os fiéis lhe beijassem a mão quando o cumprimentavam. Fialho, contínuo da Secretaria do Interior, lhe apertou a mão sem se ajoelhar para lhe oscular o anel. O bispo empurrou-o, dizendo: “Ajoelha, cabra”.

Depois de despachar com o bispo, José Modesto Ferreira Gomes, então diretor do banco da diocese, construtor às próprias expensas da Igreja do Alto do Sumaré onde se encontra sepultado, junto com a mulher, Dolores Mendes, se lembrou de mais um assunto

a resolver e saiu, esperando ainda encontrá-lo na rua. Quando o viu, chamou em voz alta: “Senhor bispo. Senhor bispo!”

Dom José continuou a andar sem se voltar. Quando José Modesto o alcançou, ouviu a reprimenda: “A um bispo não se chama”.

Este seu amor à hierarquia foi testemunhado pelo Padre Tibúrcio Gonçalves de Paula que residia, com ele, no sobrado diocesano. Certa feita, um sertanejo assim abordou o antístite:

“Senhor bispo!”

“Suba mais”

“Vossa Reverendíssima”

“Suba mais”, ordenou Dom José.

“Vossa Excelência Reverendíssima”

Dom José ficou, enfim, satisfeito:

“Assim é que se trata um bispo”.

Primeiro lugar

Em almoço que lhe foi oferecido, em Viçosa, irritou-se por ser chamado em primeiro lugar à mesa, ficando à espera dos outros convidados, e disse ao seminarista Plínio Belchior Fernandes Magalhães que o acompanhava: “Está errado, aprenda: a um bispo não se faz esperar. Mulher sem educação esta que nos chamou primeiro. O bispo não é para esperar por ninguém. Primeiro chamam-se os convidados, por último o bispo. Esta gente não tem noção de civilidade”.

Ao falar dos problemas de relacionamento com José Saboya ele se queixa: “Todas as vezes, e foram inúmeras, que me encontra em reuniões públicas” – às quais assistia o venerando ancião – “este nunca deu um passo para cumprimentar-me; entretanto eu sempre dei mais de um para apertar-lhe a mão”.



Rivalidade

Quando Dom José indagou de Fabião Vasconcelos como estavam as relações de José Saboya com o filho da Princesa Isabel que visitou Sobral em 1928 e se hospedara em sua casa, ele respondeu: “Acho que já se tratam por tu”. – E assim espicaçou a ciúmeira do bispo ante seu rival.

Herdeiro

Lembro Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, recebendo os novos “recrutas” do Seminário e querendo saber de onde vinham, quais as famílias que integravam. Diante de um, indagou: “Quem é seu pai?” O rapazinho, sem se perturbar, respondeu no ato: “Sou herdeiro do Padre João Alves”. O bispo apressou o passo para entrevistar o próximo seminarista.

Intimidade

Dom José não gostava de ajuda. Mesmo na velhice, ficava danado quando alguém se propunha a apoiá-lo para subir ou descer escadas. Também foi capaz de repelir, com grosseria, tentativa do Padre Expedito Silveira Sousa de ajudá-lo a encontrar oração que se diz imediatamente após a consagração da hóstia.

Narra o então seminarista Plínio Belchior Fernandes:

O Padre Expedito Silveira Sousa, viçosense, educado e muito atencioso para com o bispo, por ver Sua Excelência em dificuldade em acertar o início da leitura, com o indicador de sua mão direita apontou a primeira palavra com que se iniciava a oração e em tom que ele, Bispo, pudesse ouvir, citou a primeira palavra da frase, tentando auxiliar o Bispo, usando o gesto e a voz.

Dom José virou-se e respondeu imediatamente aos educados gestos do padre: “Não sou cego e sei Latim”. (*Altar ou consultório*, p.183).

O tico-tico

O Padre José da Frota Gentil conta, em seu livro *Os Frota*, que Dom José, certa feita, formulou pedido a seu bispo auxiliar, Dom José Bezerra Coutinho: “Então quando eu morrer peço-lhe que, na minha lousa sepulcral, mande gravar a inscrição seguinte – Aqui jaz Dom José Tupinambá da Frota, primeiro bispo de Sobral, o tico-tico que passou a vida inteira a fazer o ninho, para os outros porem os ovos”.

Indumentária dos padres

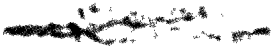
Como mencionado, Dom José era severíssimo no tocante ao traje dos seus sacerdotes. Exigia deles usassem, por sobre a batina, o pesado sobretudo que vira na indumentária dos padres em Roma.

“Que coisa bruta”!, foi a exclamação espantada do nuncio apostólico, Dom Aloísio Masella, ao ver os padres sobralenses obrigados ao uso de pesado sobretudo por cima da batina escura.

Batina até o fim da vida era a roupa dos sacerdotes. O Padre Inácio Américo, por exemplo, jamais admitiu tirá-la. Ficou até o fim da vida, apesar de suspenso de ordens, por fervoroso culto a Baco e descumprimento do voto de castidade, fiel à sotaina. Seu fim foi paupérrimo, na companhia do casal cuja mulher amava. Quando morreu, logo depois, quem o seguiu ralado de saudades, rumo à eternidade, foi o marido que viveu com os dois em perfeita harmonia e felicidade.

A bronca no Valdemar

Valdemar Albuquerque era secretário prestimoso de Dom José, o que não o livrava de suas cóleras. Uma noite, o bispo ficou inquieto com a demora do Padre Palhano em voltar da serra da Meruoca. Andava dum lado pro outro, perguntando ao seminarista



que, eventualmente, lhe fazia companhia: “Matuto, sabe pronde foi o Padre Zé?”

Começou a falar dos perigos da estrada, dos riscos de desastre, até de morte que corria o favorito, engendrados por seu amor de pai. Valdemar foi em direção contrária à expectativa do bispo dizendo: “O senhor sabe que o Padre Palhano não corre este risco porque dirige muito bem o jipe.”

Exasperado, muito perturbado em não saber do paradeiro do pupilo, Dom José descarregou sobre Valdemar sua inquietação. Expulsou-o do sobrado onde ele trabalhava e, numa mostra de sua irritação, fechou pessoalmente a porta de casa.

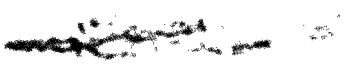
Depois de dois dias de ausência, Palhano, sem que lhe tivessem informado do ocorrido, foi procurá-lo E saber por que estava faltando ao trabalho. De início, Valdemar não quis falar nada, alegando: “Só Deus e o Padre Tibúrcio sabem o que aconteceu comigo”.

Batina

Padre Bonfim, vigário do Crateús, não se deu bem com as ideias avançadas do Bispo Dom Frágoso, alvo de pressão dos militares durante a ditadura, e largou a batina. Depois de casado, reclamava: “Não é que a Joaquina não seja boa, não. Não tenho queixas. É que só resolvi casar por causa do patife daquele bispo”.

Rígido controle da Igreja

A Igreja Católica exercia rígido controle sobre a sociedade sobralense. Controle que ia da vida sexual à atividade política, da frequência aos clubes ao comportamento dos assalariados. Quem não obedecesse aos padres, seus decretos proferidos do alto dos púlpitos ou no silêncio dos confessionários, ia para o inferno. Antes disso, porém, sofria pavorosos castigos terrenos. Esta atmosfera de terror facilitava seu domínio e sua ascendência.



Os protestantes na pedrada

Dom José conseguiu manter a hegemonia da Igreja Católica em sua diocese graças à sua pregação e às pedradas de seus seguidores.

O estímulo à violência contra os protestantes era tão claro que em maio de 1932 exigiu a ação policial em defesa de seus pastores. O Padre Gonçalo Eufrásio comandou passeata de 130 alunos do Externato Dom Bosco contra o pastor, senhor Boyer, que foi protegido pela polícia de agressões físicas. Dom José transcreve notícia da edição de *A Ordem*, de 14 de maio de 1932: “A onda humana parou em frente ao Palácio Episcopal, falando nessa ocasião vários oradores, cujas expressões candentes eram de molde a encher o povo de ardor e impeli-lo sabe a que excessos.”

O juiz José Saboya telegrafou ao desembargador Olívio Câmara a favor do bispo dissuadindo o interventor Carneiro de Mendonça de enviar um caminhão com soldados para restabelecer a ordem pública em Sobral, afetada pela ira dos católicos contra os ministros protestantes.

Era preciso estar atento e dispor de seixos para afugentar os “infieis”. Porque, em setembro de 1937, o Padre Domingos Araújo, vigário da Catedral da Sé, comandou nova passeata de cerca de uma centena de pessoas, cantando hinos religiosos em louvor a Nossa Senhora e de intimidação aos “crentes”:

Diante daquela multidão agitada, Mr. Horácio trancou-se em casa com sua família, e diz-se que suas filhas ficaram abaladas com o impacto. Em seguida começaram os católicos a atirar pedras contra a casa daquele arauto do protestantismo num verdadeiro ato de vandalismo. Quebraram todos os vidros das janelas.

Negócios à parte

Cesário Teixeira, liderança que se foi tão jovem, aprendeu, muitos anos depois, inglês com o pastor protestante a cuja casa somente ia estudar depois que se apagava a luz da cidade, fornecida pela usina do Oriano Mendes.

Antônia Fontenele Rodrigues, tia Totonha, filha de Júlio Lima Rodrigues de Albuquerque, residente em sobrado situado em frente à Igreja do Menino Deus, falava inglês que aprendera quando abrigou protestantes que quiseram instalar-se em Sobral, contrariando o bispo que a interpelou e a quem respondeu: “Dom José, o senhor cuida da minha alma. Dos meus amigos, cuido eu”.

Vitória póstuma de José Saboya

Na solenidade de posse de Palhano como prefeito de Sobral, por engano, o presidente da Câmara o chamou de José Palhano Saboya de Albuquerque, lembrando, involuntariamente, José Saboya de Albuquerque, velho rival do bispo, que observou: “Ele está presente aqui porque nunca conseguiu derrotar o Chico Monte. E o Palhano o conseguiu”.

Trote

Ninguém suponha que Dom José Tupinambá da Frota, bispo conde de Sobral, vivesse sempre amuado. De lundu. Nada. Tinha também seus momentos de bom humor. Era capaz de brincadeiras, de dar trotes. Certa vez, estava em visita pastoral na cidade de Cariré, hospedado na casa do comerciante Quirino Rodrigues dos Santos. Alguém chegou de Sobral com a notícia da morte por parto de uma senhora da sociedade.

O bispo, então, lamentou:

“Toda a semana, ouço a mesma triste notícia. São mortes por parto. É uma pena.”



O tom era comovido, o que não autorizava a pensar em piadas. Depois de alguns segundos, ele disse:

“Quero morrer de parto, Padre Sancho!”

Padre Francisco Sancho não estava preparado para a piada.

Reagiu assim:

“Como, Dom José?”

O bispo, então, esclareceu:

“Você é besta, Sancho, já viu homem morrer de parto?”

Pressão sobre os eleitores

O *Correio da Semana*, segundo o livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota, fala da pressão exercida pelo doutor José Saboya, chefe da UDN, e pelo bispo, líder do PSD, sobre o eleitorado sobralense:

O procedimento, porém, do Dr. José Saboya em relação ao voto dos operários da fábrica está em flagrante oposição aos princípios democráticos que prega. Nas eleições do dia 2 de dezembro de 1945, os “fabricantes” puseram-se em fila diante da Fábrica de Tecidos para receberem as chapas que ali se lhes impunham, sem se dar aos mesmos liberdade de escolha entre os candidatos do partido. Depois desfilaram rumo às seções eleitorais, sob o olhar vigilante e atento dos guardas do “procer” político. E em Sobral se sabe que ameaça pesava sobre os operários, se porventura os democráticos patrões da Fábrica de Tecidos soubessem que votaram com outro partido. Seriam despachados do serviço. Perderiam o emprego. Por que agora tanto zelo em salvaguardar o “foro íntimo” dos candidatos

católicos contra a orientação e esclarecimento que os Bispos querem dar aos fiéis em face dos perigos iminentes desta hora gravíssima da história?

Controle social do trabalhador

A Igreja observava, cuidadosamente, a classe operária, atenta a que suas reivindicações não ultrapassem certos limites, no sentido de controlar-lhe os movimentos, de contê-la “em seu devido lugar”. É o que diz *Correio da Semana*, edição de 8 de maio de 1920:

[...] A experiência tem demonstrado que o modo porque se vai guiando o operariado moderno com os seus impulsos de reivindicações é absolutamente contraproducente e cheio de maiores defeitos que podem fortemente prejudicar a sua causa. Um com que espécie de desespero domina as classes operárias e de sua atual posição para a meta que procuram atingir vai uma distância tão sensível que não será a coices de ferras que se poderá vencê-la. Daí surgem todas essas atitudes que naturalmente se desencadeiam entre o povo cioso de subir a parte alta da sociedade, receosa de um nivelamento que só lhe poderia ser funesto e que a PRÓPRIA NATUREZA REPELE NA FORÇA INCOERCÍVEL DE SUAS LEIS. Dessa impetuosidade com que as classes baixas procuram escalar as altas posições sociais é que se vem originando todos esses choques, que só podem trazer à sociedade o desassossego e a desordem tão prejudiciais à vida das nações.

Contra a sua insubordinação

A 22 de janeiro de 1921, *Correio* assim explica a finalidade do Círculo Operário:

Quando por aí uns tantos princípios dissolventes e dissolutos tentam remover para o mal o espírito agitado e descontente dos operários, difundindo as greves tumultuosas e ateando O INCÊNDIO DAS REVOLTAS E INSUBORDINAÇÃO EM NOSSA PACATA CIDADE, bafejada ainda pelas auras divinas da religião, congregam-se os operários em tomo de uma bandeira em que não reluzem as insígnias berrantes das sedições, mas que se agitam ao brando sopro dos princípios cristãos, os únicos que podem, na verdade, realizar na terra as aspirações dos POBRES OPERÁRIOS [...].

Era preciso também controlar as “fabricantes”, as operárias do sexo feminino. Para isto é criada em 1936 a Associação das Operárias Cathólicas de Sobral, cujos estatutos foram aprovados pelo bispo a 26 de dezembro de 1935. O governo da Associação é constituído, segundo os Estatutos, pelo Padre Diretor, auxiliado pelos membros da diretoria. São deveres das associadas, entre outros: “Obediência prompta e alegre aos seus pais e patrões, contando que não mandem cousas contrárias aos mandamentos de Deus e da Igreja”.

De acordo com o artigo 24, as associadas devem evitar:

Tudo o que a Igreja reprova, ou que possa entrar o progresso espiritual de cada uma. Estão compreendidos neste artigo:

- a) as modas exageradas
- b) as danças atuais, perigosíssimas;



- b) os namoros inconvenientes;
 - c) as companhias de gente desviada ou suspeita, a ociosidade, mestra da impureza;
 - f) as leituras ruins de romances e certas revistas;
 - g) os passeios fora de horas;
 - h) os cinemas e theatros indecorosos;
 - i) as sessões do espiritismo consultas a cartomantes e benzedores, práticas grosseiras e vulgares entre a gente “do povo”;
 - j) o desrespeito e a desobediência ao Padre Director e às dirigentes da Associação;
 - k) injúrias graves com as consócias.
- Sobral, 20 de dezembro de 1935.

A igreja do PSD: vitória da LEC

A Igreja do Céu de Viçosa foi construída pelo Padre José Carneiro da Cunha, em honra a N. Sra. das Vitórias por conta da eleição do candidato da Liga Eleitoral Católica à presidência do Estado.

A vitória foi a eleição de Menezes Pimentel, candidato da Liga Eleitoral Católica à presidência do Ceará, que revogou as conquistas da Revolução de 1930 no Estado. Pois restaurava na cidade, em 1935, como em todo o Ceará, o prestígio das tradicionais famílias políticas, decaídas com a Revolução de 1930. Quem deu recursos foi a matriarca da família Pinho que retornava ao poder. E eu, incrêu, supunha que a decisão se devera ao revólver de Chico Monte que, ao saber de dois colegas que poderiam se bandear para a facção adversária, foi curto e grosso: “Se Pimentel perde, vou para a cadeia e vocês dois para o cemitério”. Agora sei que tudo foi ação da Providência Divina.

Guerra à maçonaria

O tenente Tobias Coelho, em Sobral, no ano de 1910, responde a um boletim, distribuído pelo vigário, na Igreja da Matriz, de crítica à maçonaria. Aproveita para, depois de defender a instituição, se referir à origem da nomeação do adversário:

Sua reverendíssima é vigário desta Freguesia, cometendo a mais clamorosa das injustiças. Outro padre, com major soma de serviços, mais católico e mais ilustrado, deveria ocupar o lugar, que infelizmente acha-se em suas mãos.

Isto é prova mais evidente do seu jesuitismo, que conseguiu por pistolões afastar do cargo de vigário aquele a que ele fez jus. (*A vida de D. José*, p.60).

Em suas anotações pessoais, o vigário escreveu:

Ao convidar-me pelo seu boletim, para uma luta no terreno das ideias, aceitei o desafio e convidei o Sr. Tenente Tobias Coelho para uma discussão serena e objetiva no Teatro São João sobre o assunto e até dei-lhe a liberdade de escolher a língua que preferisse: português, espanhol, italiano, latim e alemão. Era um pedantismo meu, mas como o Sr. Tobias julgara-me um ignorante, achei que devia trazê-lo às barras do réu, perante o tribunal do público teatro sobralense. Mas o tenente não atendeu a meu convite.

Guerra pela moral

Não era, porém, só de candidaturas que se alimentavam os leitores do *Correio da Semana*. O jornal católico velava pela salvação de suas almas e para preservá-los do pecado.

A 9 de outubro, pede “saneamento radical contra o meretrício”, a ação da polícia para afastar as prostitutas do centro da cidade. Critica, ainda,

modas indecentes, danças provocantes, como o tango e o *fox-trot*, filmes que ensinam o lenocínio e o adultério, revistas, folhetos e romances obscenos, a inércia da autoridade em punir incorrigíveis Don Juans, a residência de decaídas em quase todas as travessas da cidade.

Na edição de 18 de dezembro de 1920, ressalta a folha católica que, apesar de sua vigilância, “os conquistadores” registravam avanços, graças à tecnologia. Responsabiliza “esses cobiçados automóveis, umas tantas casas de pasto e lanternas elétricas que permitem a alguns galgar muros e telhados pelas misérias que nos envergonham e aviltam.”

Por isso, a 22 de janeiro, alguém que pode ser o próprio bispo, sob a inicial Y, combate o namoro no interior dos templos: “Na Igreja, a moça sobralense é só e toda de Deus: se, por acaso, lhe acode ao pensamento a imagem do seu preferido, é só para entregá-la a mais e mais aos bons cuidados da Providência Divina”.

A propósito, nota irônica, assinada por J.B. na edição de *A Lucta* de 19 de março de 1921, pede noiva, através de edital, em virtude das dificuldades de manter contato com qualquer moça da cidade: “Tendo os virtuosos diretores da Igreja nesta cidade, proibido as senhoritas de irem aos bailes, teatros, futebol, avenida e que os homens, nos templos, olhem para as mesmas [...]”.



Em 1923, o *Correio da Semana* costumava trazer, em sua primeira página, em negrito, a seguinte advertência: “Não podem servir de madrinha, nem são dignas da absolvição Sacramental ou da Sagrada Comunhão, as senhoras que se apresentam com vestes transparentes ou demasiadamente curtas, braços nus e colo descoberto.” (2.6.1923).

Quando não bastava a voz da autoridade local, Dom José aderiu “plenamente às sábias e oportunas determinações” da Portaria nº. 44, de Dom Manuel Silva Gomes, arcebispo metropolitano, de 14 de fevereiro de 1925, que dizia expressamente:

Em toda a Arquidiocese de Fortaleza não serão admitidas aos Sacramentos tanto da Confissão e Comunhão, como da Crisma e do Matrimônio, as pessoas do sexo feminino que se apresentarem de vestidos curtos, colados ao corpo, transparentes, de mangas curtas ou acima dos cotovelos, e decotadas em excesso.

Nesses trajes não poderão também servir de madrinha de Batismo ou de Crisma.

Outro tipo de decepção amargura o coração dos sacerdotes. Em várias edições, o jornal se ocupa em condenar um folião que se fantasiara de padre, e, no corso, distribuía terços, santinhos e bênçãos.

Guerra ao Carnaval

Uma batalha que o bispo sempre perdeu: a movida contra o Carnaval. Tal festa era animadíssima na cidade, atraindo foliões de Fortaleza e das cidades vizinhas, apesar da cara feia dos padres e da ameaça de negar os sacramentos da confissão e da comunhão aos que dela participavam. Em sua portaria de 26.1.1920, Dom José ordena: “Estabeleçam os RR. Párocos, em suas Matrizes, a exposição e peçam bênção solene do SS. Sacramento nos dias de Carnaval, em reparação aos desatinos que nesses dias se cometem.”

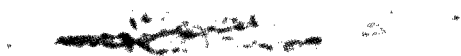
A 5.2.1921 era até leniente sua pregação contra os festejos:

Aos verdadeiros católicos, pois, recomendamos, quando não fosse por outras razões, pelo bom exemplo que devem dar, levem em conta o grande bem que lhes pode advir, fugindo às loucuras do carnaval que quando muito dura, são apenas três dias. Com certeza, as alegrias de três dias, por mais fortes que sejam não compensam a santa vaidade de uma alma que, aos pés de Nosso Senhor pode apresentar, sem fingimento, aquele ato de mortificação espontâneo e voluntário.

Já condenada pelo édito episcopal, *A Lucta* registra:

Pelo Carnaval do ano passado, correu a notícia de que os padres não dariam comunhão às senhoritas que fossem aos bailes de carnaval. Como o Carnaval hoje em dia vem sendo considerado a única coisa séria neste país, manifestamos a nossa estranheza a esse ato e por isso novas perseguições desencadearam-se sobre as nossas cabeças. Não recuamos, enfrentamos aquele regime do “crê ou morre”, perdemos alguns assinantes e algumas amizades, mas tivemos o prazer de no dia seguinte, não vermos repetida a esdrúxula proibição de 15.11.1921.

Na década de 1940, a guerra persistia. Meu pai, presidente da Congregação Mariana de Moços, foi levado a expulsar, de suas fileiras, dois congregados, Raimundo Machado, posteriormente o maior exportador de cera de carnaúba do Ceará, e José Ribeiro Dias porque dançaram o Carnaval, em família, com as respectivas mulheres.



Era o que me escrevia o vigário geral da cidade daquele tempo, Monsenhor Olavo Passos, em carta de 26.10.1982:

Os tempos eram diferentes e se exigia muito de um membro da Associação religiosa e muito mais do Clero e das religiosas. Padre, assistisse a uma festa dançante, pelo menos era assim no Ceará, ficava suspenso de Ordem. E hoje como é? Padre, lá para o Sul, sai às ruas dançando carnaval no “Bafo de Onça” & Cia. Por esse rigor, foi o Raimundo Machado, despedido da Congregação Mariana. *O tempora! O mores!* Isto se diz de cada época.

Também no que diz respeito às festas populares, não era menor a resistência do clero. Aí não ficava só nas advertências. Considerava de “grande proveito que a polícia tomasse providências enérgicas com as vadiagens do coco.”

Segundo o jornal:

A aglomeração de pessoas, numa promiscuidade pouco recomendável e muito favorável a grandes desatinos e escândalos, só podia dar o resultado que aí temos: desrespeito a ingênuas mocinhas do povo e este infernal alarido noturno que não só perturba o sossego das famílias, mas dá também uma ideia pouco lisonjeira da atividade da nossa polícia.

Já seria muito lamentável que o séquito do coco se compusesse só de rapazes; o que de todo é lamentável é saber-se que, com os rapazes, vão também ao coco alguns homens casados que não respeitam a sua condição.

O pior, de acordo com a folha católica, é que: “Se os promotores do coco não encontrassem a seu favor apoios tão nobres e tão dedicados, decerto, eles não se atreveriam a perturbar tão facilmente a quietude da nossa cidade.”

O Padre José Palhano de Saboya

“Anódoa avulta no melhor pano”. Eis o que dizia Padre Osvaldo Chaves a propósito dos pecados atribuídos a seu colega Padre Palhano de Saboya, que foi recolhido como filho pelo Bispo Dom José, em seu sobrado. Educou-o, encaminhou-o ao Seminário e a Roma porque o queria bispo, seu sucessor na diocese de Sobral, o que teria acontecido se os projetos do pupilo não fossem apenas mundanos. Por conta de seu amor paternal, foi capaz de aceitar o discípulo, com sua alegria de viver, seu gosto pelos prazeres da carne e seus dispêndios milionários.

A afeição pelo pupilo não arrefeceu mesmo quando ele demonstrava desinteresse pela convivência com o protetor. O Padre Plínio Belchior Fernandes Magalhães era então seminarista quando viu o bispo ir às lágrimas por haver chamado Palhano à sua presença e ele simplesmente refugar a convocação, alegando estar muito ocupado.

E contra ele não aceitava qualquer crítica nem suspeita. Quando o seminarista João Mendes Lira lhe denunciou Palhano como entretido em alegres recreações com a mulher de um funcionário do bispo, no sobrado episcopal, foi expulso dali granjeando a eterna má vontade do antístite. Que passou a atribuir o testemunho dele a alguma alucinação, dizendo: “Todo Lira é doido.”

Dom José não se perturbou nem mesmo quando o *Diário do Povo*, jornal de Jáder de Carvalho, apontou, em manchete, Palhano como frequentador de apartamento no Excelsior Hotel onde se encontrava com a namorada. Era a extrema liberalidade de avô da parte de que, como bispo, era extremamente repressivo.



Os gastos excessivos do *enfant gaté* também não eram objeto de crítica. Muitas vezes, mostrava preocupação com a falta de dinheiro. Mal ouvia as passadas de Palhano nas vetustas escadarias do prédio onde residia, solicitava aos interlocutores que não lhe dissessem nada sobre suas inquietações financeiras.

Palhano foi mandado por ele a Roma para se doutorar e mais se qualificar à sua sucessão no bispado. Lá não demorou e, em breve, estava de novo entregue à sua ruidosa e possante motocicleta, ao seu avião, ao carro de luxo do bispo e aos encantos das mulheres.

Vendo Dom José sempre às voltas com políticos, sempre empenhado em campanhas eleitorais, era natural que seu protegido se sentisse atraído pelas tentações da vida pública. Não surpreende que, em 1958, disputasse a prefeitura contra o candidato de Chico Monte que controlava o posto desde 1947 e que sempre fora o pseudônimo do bispo nos confrontos com o velho rival, José Saboya de Albuquerque.

A candidatura de Palhano à prefeitura foi autorizada por ele, depois que o futuro candidato ameaçou até deixar a diocese. Tal ameaça contrariou orientação que sempre manteve, ao longo de seu bispado. Em 1947 impediu que o Padre Sabino Loiola fosse candidato à vereança. Depois, em 1954, que o Padre José Gerardo Ferreira Gomes disputasse a prefeitura. Quatro anos depois quando Chico Monte pretendeu lançar a candidatura do Padre Gerardo ao comando da edilidade, o bispo a vetou sob o argumento de que não ia permitir a disputa de um sacerdote contra o outro.

A campanha eleitoral de Palhano constituiu uma cruzada religiosa. Do alto dos céus, amplificadora, instalada em seu avião, recomendava: “Deus manda votar no Padre Palhano.”

Quase senil, Dom José era transportado para cima e para baixo pelo candidato. E no comício de encerramento da campanha, todo paramentado como se fosse oficial missa solene, assomou à

janela do sobrado diocesano para abençoar a multidão que acabara de comparecer ao *meeting*. Marcava a última intervenção forte da Igreja Católica na política partidária cearense.

Palhano não conhecia limites éticos nem estéticos na luta contra adversários. Servia-se de alcunhas que não poupavam nem defeitos (ou características) físicos de quantos a ele se opunham. Menino mimado, educado sem freios, rompia com facilidade com amigos mais chegados, como Cesário Barreto, com quem se reconciliou posteriormente, Wilson Vieira, Jerônimo Torres, que o processou alegando agressão física, Ribeiro Ramos, sem falar nos colegas de sacerdócio que hostilizou, como Domingos Araújo, Manuel Henrique de Araújo, e com os que chegou a processar, os Padres Sabino Loiola, Egberto Andrade, Gonçalo Pinho e o próprio Bispo Dom Walfrido Teles.

Julien Sorel sobralense

Ao entrar na vida solitária e rabugenta do bispo, o seminarista José Palhano de Saboya foi o raio de luz que a alumiou e encheu de calor. Começou por melhorar a mesa de Dom José – até então frugalíssima –, trazendo-lhe, inclusive, frutas importadas, adquiridas na capital. Sua alegria de viver espantou as sombras do soturno Palácio Episcopal. Quando teve seu avião, levava o bispo a acompanhá-lo nas emoções de suas piruetas aviatórias.

Dom José adotou o Julien Sorel sobralense como filho de seu outono no qual somente enxergava qualidades. Realizava-se através dele. Por Palhano, era capaz de destituir qualquer professor do Seminário. Assim, o ordenou praticamente em casa, depois de despedido do Seminário da Prainha, por viajar, todo fim de semana, a Sobral, sem licença dos superiores.

No interesse de sua carreira, porque o queria doutor, bispo auxiliar, seu sucessor, mandou-o estudar em Roma. De madrugada,



aos prantos, ralado de saudades, batia à porta do quarto do ausente, chamando-o: “Zé da Palha, acorda! Acorda, está na hora!”

Para sossegar seu coração, Palhano logo voltou à terrinha, aos seus caboclos, às potentes motocicletas, às acrobacias aéreas. Muito inteligente e inquieto, não gostava de estudar. Por isso, pouco demorou na Universidade Gregoriana, onde, aliás, deixou pálida mostra de sua versatilidade política. Dom José mandou, de presente, café e objetos do artesanato cearense para um cardeal, seu velho conhecido. Ao saber que o destinatário original se encontrava em baixa no Vaticano, Palhano mudou a oferenda para outro, mais na moda, mais prestigiado perante o Papa.

Tesoureiro das riquezas da diocese era também quem distribuía cargos e honrarias da Igreja. Largo, sua camioneta estava sempre à disposição da pobreza, com quem gostava de conversar e conviver, para transportar um convalescente de volta para casa, parturiente à maternidade, par de noivos aos pés do altar. Seu avião, no qual levava as moças das cidades vizinhas para ver o céu de perto, voava carregado de doces e bombons para mimosar as crianças, de cigarros americanos para obsequiar os amigos, pois não fumava. De flores, que jogava lá de cima, quando queria homenagear alguém. Quando o padre voador descia de sua máquina, vestindo elegante macacão, fazia disparar os corações femininos.

Era adorado por muitos. A matutada dizia que ele, uma vez, recusara o Papado porque quisera ficar perto de seus amigos. Da próxima, não escapava. Não podia deixar de ir para Roma, chefiar a Igreja Católica. Simpaticíssimo, nenhum inimigo mantinha a cara fechada quando se defrontava com seu sorriso.

Não era de surpreender terminasse por ingressar na vida político-partidária, depois de indispor o bispo com seu velho aliado, Chico Monte. Foi candidato à prefeitura, em 1958, em ruidosa



campanha de que o Ceará e o Brasil tiveram notícia e que custou a Dom José a humilhante inspeção do arcebispo metropolitano, Dom Antônio de Almeida Lustosa, instrumentado pelas boas relações do Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, com a alta hierarquia católica do Brasil. O bispo já não merecia as mesmas atenções de Palhano, embora continuasse a amá-lo com toda a intensidade. Na mesquinha disputa eleitoral, era levado, pra cima e pra baixo, pelas ruas de Sobral, surdo, quase cego, senil para ajudar seu pupilo que provocava pessoalmente Chico Monte e agredia sua intimidade familiar. Isto levou Monsenhor Sabino Loiola a acusar seu colega, Palhano, de assassino do protetor, em meio à virulenta polêmica que entretiveram. O veterano político tentou responder com a candidatura do Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes. O bispo proibiu a disputa, alegando que não iria permitir a luta de um padre contra outro.

O discurso de campanha de Palhano, brilhante, agressivo, chulo, começava invariavelmente pela saudação à infância: “Minhas queridas crianças de Sobral [...]”.

Palhano venceu. Dom José ainda pôde saborear seu triunfo, presidindo banquete em comemoração ao novo prefeito.

Logo depois morreu. Palhano, que não conhecia limites, não podia acostumar-se à disciplina de Dom João José da Mota Albuquerque e de Dom Walfrido Teixeira Vieira, seus sucessores. Terminou excomungado pelo Vaticano por haver processado o último, na Justiça Comum, pena levantada, na proximidade de sua morte, quando da passagem do Papa, João Paulo II, por Fortaleza.

Candidato a deputado federal fora suspenso de ordens por Dom Mota. Na véspera da eleição, distribuiu boletim apócrifo, atribuído ao secretário da diocese, Padre Francisco Sadoc de Araújo, o grande historiador de Sobral na atualidade, lamentando a punição e dizendo-a equívoco, felizmente desfeito. No dia seguinte, ao celebrar

a missa na Igreja do Menino Deus, Dom Mota desmentiu a falsificação enquanto milhares de cópias do boletim circulavam por toda a zona norte. Revoltado, levou o fato ao conhecimento do Núncio Apostólico que se limitou a condená-lo verbalmente:

“É um absurdo. Um absurdo [...]”, dizia ele, no sotaque carregado que eliminava o b. E ficou nisso mesmo.

Palhano, na melhor linha dos virulentos polemistas da terra, jamais se deteve ante qualquer acusação ao adversário, chegando a insinuar homossexualismo de seus superiores, zoofilia e roubo, por parte de colegas de batina, e adultério da mulher de adversários.

Por sinal, quando ia mais odiosa e odienta a polêmica que entreteve com Padre Sabino Loiola, suspendia a programação musical de sua Rádio Tupinambá para lançar, no ar, edição extraordinária do jornal falado, anunciando a internação, em hospital de saúde mental em Fortaleza, de seu contendor: “Acaba de sair amarrado, na carroceria de um caminhão, para o Asilo de Porangaba, o Padre Sabino Loiola.”

No mesmo diapasão, na Rádio Educadora, pertencente ao Bispado, Padre Sabino replicava num trocadilho de mau gosto: “Palhano fedeu como seminarista, fede como padre e federá como deputado.”

Inventou-se, a esse tempo, historinha que bem demonstra o desconforto da cidade com o destempero verbal de seus padres. O jornalista José Maria Soares, típico homem cordial, em paz com o mundo, diretor da Rádio Iracema, comentou:

“Só tenho medo de que o Monsenhor Fontenele queira vir para a Rádio Iracema [...]”. Era outro sacerdote temível por suas cóleras.

Com charme, Palhano pregava o boicote à rádio do bispo:

“Não ouçam rádio que fala mal de padre.”



Cesário Barreto Lima, eleito seu sucessor na prefeitura com apoio do governador Parsifal Barroso, se empenhou em destruí-lo politicamente.

Dirigiu-lhe acusações variadas de abuso de dinheiros públicos, nas quais muitos acreditavam, por causa de sua vida faustosa. Um livreto intitulado *A verdade sobre a administração Palhano*, escrito pelo jovem jornalista Dário Macedo, publicado pela prefeitura, documentou o libelo.

Quando sobreveio o golpe militar, sua sorte estava lançada. A alta hierarquia católica que, então, formava com os militares, tentou ainda salvá-lo do cutelo. O marechal Castello Branco hesitou. Somente assinou sua cassação por pressão dos militares da família do prefeito, à frente o general Flamarion Barreto Lima, a quem muito respeitava, autor de verbete sobre História do Exército brasileiro na Enciclopédia Britânica.

Na véspera da divulgação do ato discricionário, Chagas Barreto atravessou a Praça do São João para anunciar, aos gritos, a José Euclides Ferreira Gomes, que se encontrava na calçada de sua casa: “Zé Euclides, o Palhano sai amanhã. É o terceiro da lista.”

Foi exatamente o que aconteceu porque o arbítrio tem dessas delicadezas: cassado, em terceiro lugar na relação dos alcançados pelo Ato Institucional.

Foi morar no Rio, onde se formou em Direito. Logo que pôde, voltou a Sobral, às suas polêmicas, aos divertidos banhos de açude no Quebra, sua paradisíaca propriedade na serra da Meruoca. E à política.

Em 1976, participou, ativamente, da campanha eleitoral de José Euclides Ferreira Gomes à prefeitura. Num comício na Praça da Sé, devolvido, por instantes, às glórias do palanque, entrou em transe e, durante duas horas e meia, tendo à mão o cálice que se supunha cravejado de pedras preciosas que herdara de Dom José, falou com seu benfeitor, no Céu, com tanta emoção, que perdeu a noção do tempo.

Aliás, para desespero dos organizadores da concentração popular, porque a multidão, fatigada, se dispersou.

Padrinho de crisma de meu irmão Parsifal, levado à pia batismal por Parsifal Barroso, Palhano foi amigo de meu pai, até o fim da vida. Submetia-se a penoso tratamento em Fortaleza. Certa vez, ele o levou ao hospital para uma diálise. A caminho se queixou: “Pra você ver, Costa, como são as coisas. Eu, que tive tantas mulheres, morro sozinho.”

Minha mãe, que vinha no banco de trás e que não tem papas na língua, repreendeu-o no ato. Ele se desculpou, alegando não se lembrar de que ela estava presente.

Morreu pouco depois. O galante Padre Palhano terminou seus dias sem votos, sem sua rádio, sem a aura romântica que tanto cultivara. Seu enterro, porém, foi consagração. Festa que ele gostaria de ter preparado e presenciado. A cidade inteira, chorando, levou-o à derradeira morada, lembrando seus encantos, suas qualidades, sua alegria de viver, perdoadolhe os arrebatamentos e as paixões que suscitara.

Quando comecei a escrever sua biografia para *Sobral, cidade das cenas fortes*, ficou a impressão de que escreveria libelo contra o padre político e Dom-Juan. Minha mãe, sensível a tal informação, me disse: “Se teu pai fosse vivo, não farias este livro”. Escrevi, assim, sobre personalidade tão polêmica, texto cercado de cautelas, limitando-me aos fatos, fugindo da adjetivação, proclamando suas virtudes e qualidades e não apenas seus defeitos e pecados. Creio que não gostei “seu” Costa que há muito partiu.

Quando passamos a morar em casa de esquina dando para os fundos do Sobrado do Bispo, já acrescido das dependências que viriam abrigar o Museu, inquietava-me com a chegada de um vizinho, Colombo Cialdini, a cavalo, depois de copiosas homenagens a Baco. Cambaleava em cima do animal, tombava para um lado e para o outro, dava a impressão de que ia cair. Felizmente, não caía. Lembro-me de



uma manhã de sol e de bom humor de Dom José quando ele assomou à janela dos altos da residência episcopal em companhia de Palhano, seu discípulo mui amado, e disse, brincando, a meu pai: “O Palhano andou adoentado. Só sarou quando tomou penicolina.”

O antístite fazia jogo de palavras ante o uso do penico e do antibiótico que começava a se popularizar no país.

Palhano e os apelidos

O Padre Palhano gostava muito de lançar apelidos sobre as pessoas, apelidos que geralmente descreditavam seus alvos.

Há quem afirme que ele dizia de seu inimigo Chico Figueiredo, ex-secretário de Agricultura do governo Parsifal Barroso e ex-deputado estadual, a quem chamava Chico Beijola: “Vermelho que nem uma pimenta. O beijo de baixo cobrindo o de cima. O de cima cobrindo a venta”.

Outros atribuem tal brincadeira a um cantador. Agora, muitos juram que Palhano dizia alto e bom som: “Os lábios do Chico Figueiredo parecem vagina de mulher, três depois da lua de mel.”

Para ele, o bigode do então presidente da Câmara, Amaury Câmara, seu aliado, depois adversário, era “bigode de boceta”.

Cesário Barreto era o corcunda.

O filho de seu vice-prefeito, Pedro Mendes Carneiro, era o “pé de Torém”, árvore desajeitada, segundo sua visão.

Palhano

Há quem diga que o menino José Palhano conquistou a afeição do bispo quando, expulso do Seminário com um colega, pediu audiência ao bispo e lá, de joelhos, lhe implorou seu perdão, em interpretação tão convincente que o bispo logo o absolveu – não ao outro – e o guardou

no Sobrado do Bispo, o chamado palácio diocesano, para poupá-lo de outras tentações.

Palhano conquistou, definitivamente, o coração do bispo com o factóide por ele gerado em torno da prisão da imagem de Nossa Senhora de Fátima, em Crateús, por Olavo Frota, juiz, parente e inimigo de Dom José desde a cruzada do bispo contra Deolindo Barreto de que dissentiu. Palhano armou em torno do desejo de permanência da santa na cidade que podia ser entendida como demonstração de fé um auê como se se tratasse de desafio do magistrado à autoridade episcopal, blasfêmia inominável por ele difundida por todos os meios de comunicação do país, a seu alcance, e por boletins contra Olavo Frota, distribuídos por ele em seu avião.

A sessão solene de desagravo ao bispo, ocorrida em Sobral, foi uma festa de Palhano que, na ocasião, preparando a carreira política, proclamou-se sobralense por opção porque não havia nascido na Princesa do Norte.

Outro factóide de êxito de Palhano foi a pretensa queda de seu avião em Acaraú, que mobilizou o interesse de muitos órgãos de imprensa nacional e emocionou Sobral a quem lhe interessava chamar a atenção para sua candidatura à prefeitura que ainda não empolgara, não entusiasmara ninguém.

Show antes disso foi o congresso para comemorar os cinquenta anos de sacerdócio de Dom José com a mobilização de grandes personalidades do clero de todo o País e de autoridades importantes do Estado.

A campanha eleitoral foi protagonizada por um grande artista desempenhando o papel do padre candidato José Palhano de Saboya, como só ele seria capaz de interpretar.

Foi uma campanha religiosa, a última campanha política da Igreja Católica no Ceará. Ao se dirigir à casa do cunhado, Juca Parente

(José Inácio Alves Parente, casado com Adalgisa, eleitor certo de Chico Monte), sofreu decepção. Ali ninguém votava em seu pupilo. A certa altura, habituado a liderar e a mandar, perdeu a paciência e ameaçou: “Se vocês não votarem, eu rompo”. A Adalgisa, irmã, mãe do Renato Parente, de temperamento igualmente forte, não se intimidou: “Pois rompa, José! Rompa!”

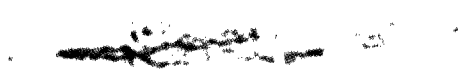
Sofreu, ainda, decepção mais funda: a inspeção, feita pelo arcebispo de Fortaleza, para saber do envolvimento da Igreja e dos recursos da Igreja em Sobral, na campanha de Palhano, mais grave por se tratar de ato nitidamente contrário a um prelado respeitado nacionalmente.

A campanha do Padre Palhano

Registra César Barreto em seu livro:

A campanha do Padre Palhano foi toda articulada na “camarinha” da Cúria Diocesana, sob as bênçãos do Bispo Dom José. O clero sobralense teve uma participação ativa no processo eleitoral. Nos sermões, os párocos alertavam os eleitores de Sobral sobre a importância do voto e sobre os candidatos comprometidos com a causa da Igreja cristã, numa alusão explícita de apoio ao candidato Padre José Palhano de Saboya [...].

O próprio Dom José, pessoalmente, chamou para uma conversa ao “pé do ouvido” todo o clero sobralense: era a batalha do santo contra o pecador. O líder político Chico Monte era retratado sutilmente para o eleitorado sobralense, principalmente da zona rural, como o “belzebu” da política sobralense. Na intimidade, o bispo passa a chamar de “Osga” a Olga, filha de Chico Monte, mulher de Parsifal.



Sempre disponível

Palhano conquistou o bispo pela prestabilidade. Dom José Bezerra Coutinho testemunhou noite em que ele voltou, cansado, de Fortaleza. Dom José se queixava de que não havia quem o levasse à capital. De pronto, ele se ofereceu: “Se V. Reverendíssima quiser, eu o levo. É só marcar a hora.”

E assim o fez.

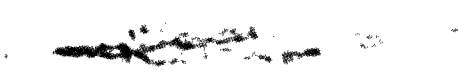
Ele quis mudar de nome quando da briga do juiz aposentado José Saboya com Dom José, deixando de chamar-se José Palhano de Saboya. Dom José não concordou, mas ficou tocado pelo gesto.

Também melhorou a mesa palaciana que era frugal, quase indigente. Trazia frutas importadas da capital. As primeiras garrafas de Coca-Coca. Muitos, a propósito, se lembram de Palhano, à noite, no Sobrado do Bispo, abrir a geladeira para comer, sozinho, meia lata de marmelada com água gelada.

Ausente

Os interesses religiosos do pupilo de Dom José não eram fortes. A não ser os litúrgicos: ninguém comandava cerimônia religiosa com tanto brilho e tanto acerto, para orgulho do protetor que também, por isso, lhe dava o maior valor.

A cabeça de Palhano estava, porém, mais voltada para outras atividades. Primeiro para o radioamadorismo em que, a princípio, gastava suas noites. Depois para as possantes motocicletas inglesas nas quais disputava corrida com o Padre Marconi Montezuma. O automóvel de luxo que fez o bispo comprar. E, por fim, os aviões. Ressuscitou, em 1951, o Aeroclube, que chegou a ter, em certa época, dois aviões. Era num deles que levava as moças para ver as praias do Acaraú, os carnaubais do Charito, em Ipueiras, o céu de perto.



Profissional da arte de agradar

José Palhano de Saboya iniciou-se no aprendizado na arte de agradar cativando o Bispo Dom José. Sua ida ao Seminário era sempre uma festa, muita vez terminada em feriado decretado pelo bispo, a suas instâncias. Levava bombons para distribuir entre os futuros padres, filmes, discos para escutarem músicas de que gostavam.

No tocante aos colegas padres, aí já era mestre na arte de agradar. De andar com vidros de perfume para presentear outros sacerdotes. Até de perfumar alguns deles quando iam a alguma festa e ele se encontrava perto, em condições de o fazer.

Aos poderosos conquistou com presentes. A Armando Falcão, com mobília de jacarandá entalhado. A Elisinha Moreira Sales, com preciosidades do Museu. A dona Eloá Quadros, primeira-dama do país, com um jegue feito do ouro das moedas da coleção do bispo, guardadas no Museu Diocesano que hoje tem seu nome.

Aos pobres agradava com bombons, com dinheiro, com sua camioneta sempre à disposição deles para transportá-los à Santa Casa ou à igreja onde iam casar.

Despertava paixões intensas

Naquele calorão era natural que Palhano suasse a elegante batina feita no Lira em Pernambuco. Irresistivelmente simpático, despertava o maior *frisson* nas mulheres quando jogava para trás a faixa que lhe circundava a cintura, usada como era hábito entre os padres de então.

Roseli embebia as mãos no suor das costas da batina do Padre Palhano e o passava no corpo. Era uma das mulheres bonitas de seu tempo que deixou muitos corações partidos na serra da Meruoca onde residia com a tia.



Mais agradados

Depois da morte de Dom José, o prefeito de Massapê, Chico Lopes, era encontrado, muitas vezes, no bar O Capitão, bebendo cerveja no cálice cravejado de pedras que então se supunham preciosas, ofertado ao bispo pelos padres que ele ordenara, por ocasião do Congresso das Vocações Sacerdotais de 1955. Imponente cruz peitoral de ouro maciço, usada pelo bispo em ocasiões solenes, foi vista, pela última vez, no peito do ex-deputado Esmerino Arruda numa boate carioca de onde foi roubada quando ele ali foi acometido de infarto do miocárdio.

Adversidades

Tão logo faleceu Dom José, o prefeito Palhano de Saboya, aproveitando a emoção despertada pela briga que tivera com um Paula Pessoa, por conta de moça cuja afeição cobiçava, vingou-se. Deu seu nome à Avenida Senador Paula, que homenageava o senador dos bois, pai do senador Vicente de Paula Pessoa, avô do senador Thomaz Rodrigues e fundador de uma família que ainda tem até os dias de hoje representantes na Assembleia Legislativa Estadual.

Estava aberta a trilha de amarguras que ia seguir.

Ainda foi deputado federal, embora suspenso de ordens pelo Bispo Dom Mota. Teve de forjar boletim, atribuído ao Monsenhor Sadoc de Araújo, desmentindo a publicação.

Acusado de haver recebido dinheiro destinado à prefeitura, quando já se encontrava eleito deputado federal, foi cassado.

Era a ruína depois de um ano de muito prestígio junto ao governo federal como parlamentar do PTB, o partido do presidente João Goulart, graças a que conseguiu nomeações para empregos muito bem remunerados em Sobral.



De repente, seu mundo caiu. O medo da prisão. A falta de dinheiro. No início, ainda contou com a ajuda de deputados. Depois viveu dos parcos rendimentos de sua emissora de rádio e da ajuda de amigos quando, no Rio, cursava a Faculdade de Direito. Formado, terminou voltando ao Ceará. Nas comemorações de sua cassação pela ditadura, Sabino Loiola subestimou o adversário e pediu que o poupassem, por julgá-lo definitivamente morto para a política.

Diante da perspectiva de abertura política da ditadura, no consulado Ernesto Geisel, em 1977, ele se anima a participar da campanha eleitoral contra Cesário Barreto, ex-aliado, agora adversário, que tentava voltar à prefeitura, disputando o posto com José Euclides Ferreira Gomes. Percebe, porém, que o Bispo Dom Walfrido e alguns padres não esposam sua ideia de vingança e formam com Barreto.

Aí começam, em sua estação de rádio, a Tupinambá, as agressões ao bispo, agressões que vão num crescendo como se ele tivesse consciência de estar doente, em fim de vida.

Nunca se vira, na terra de Dom José, algo comparável à disputa travada entre Palhano e Sabino Loiola.

Palhano não hesitava em aludir à onda de pederastia que grassava na cidade, oriunda, segundo ele, da Bahia, terra berço do Bispo Dom Walfrido, a quem ainda chamava burro mitrado.

Sabino acusava Palhano de responsável pela precipitação da morte de Dom José, exposto por ele ao vento e à chuva nos palanques, quando acometido de pneumonia, e terminava chamando-o de assassino.

O juiz de Crateús

Seu primeiro factóide foi armado em 1953, em Crateús, contra um velho adversário do bispo, seu parente juiz Olavo Frota. Foi a prisão da santa, alardeada *urbi et orbi* (até na BBC de Londres), como

“prisão” da imagem de Nossa Senhora. Tudo porque as autoridades de Crateús queriam que a santa lá pernoitasse e não fosse tarde da noite para Ipueiras, terra do padre. Correia Lima, amigo do Palhano, por coincidência, um dos acusados pelo crime, era o juiz que, na contenda do “*delenda* Deolindo Barreto”, travara polêmica com o Padre Joaquim Severiano, citado expressamente pelo bispo, em posterior e ruidosa manifestação de desagravo a Palhano.

O segundo factóide foi a queda do avião, inspirada por Esmerino Arruda para levantar o nome do Padre Palhano. Este decidira ser candidato a prefeito, destronando o grupo do deputado Chico Monte, sogro do futuro governador Parsifal Barroso, que detinha o controle do governo municipal desde 1947. Sentiu, logo, que enfrentaria o poderoso “coronel”, imbatível nos principais distritos da zona rural. Sem falar em que não poderia altear, com grande vantagem, a bandeira da Igreja, porque Parsifal Barroso era líder católico e provavelmente, por isso, fora convocado por Juscelino Kubitschek a ocupar o Ministério da Fazenda.

A 13 de julho de 1957 chamou um dos adolescentes que costumava convidar a voar com ele – Ronaldo, filho do famoso cirurgião da cidade, Guarany Mont’Alverne, e de Nadir Ferreira Gomes, membros de famílias importantes. Armou tudo direitinho, na moita. Iriam a Acaraú à tarde e voltariam a tempo de dormir em casa.

Perto de Jericoacoara, Palhano começou a fazer manobras arriscadas, aparentando nervosismo e alegando haver falhas que não sabia quais eram. Mostrando grande dificuldade, desceu numa praia, próxima daquele *point* turístico hoje famoso internacionalmente. Não havia ninguém por perto. O piloto mexeu no tanque e quase saiu gritando: “Eureca! Sabotagem! Sabotagem! Bem que eu desconfiava! Queriam me derrubar. Botaram areia no tanque de combustível!” Amarraram o avião, à beira-mar, a umas árvores, para conter o insulto



do vento e, à tardinha, encontraram jumento e burro que os levaram a Acaraú à noite. Naqueles tempos de comunicações difíceis, o País deu como morto o padre voador. E seu jovem companheiro. Dormiram no Acaraú. De manhã, começou a chegar gente de Sobral e da redondeza para comprovar a “tragédia”.

Perto de meio-dia, dois aviões de Sobral trouxeram combustível. Palhano extraiu o que havia no tanque de seu aparelho em dois garrafões e, posteriormente, exibiu no Beco do Cotovelo como “prova” do atentado que iam cometendo contra ele. Os recipientes, claro, traziam no fundo a areia, criminosamente, ali “colocada”. Ao encontrar Palhano, seu grande amigo Padre Moésio, que levava os santos óleos para ungir o colega em caso de ter ele falecido, tentou recriminá-lo: “Como é que fazes uma coisa dessas?” Palhano riu, gargalhou, desmanchando, com a simpatia de sempre, a cara feia do parceiro.

Na campanha eleitoral, ano seguinte, explorou-se muito que, se eleito Palhano, Sobral ficaria sem primeira-dama. Ele anunciou, durante vários dias, que em comício ao pé do Arco do Triunfo, erguido em homenagem à visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima, iria revelar o nome da primeira-dama da cidade. Fez mistério em torno do nome. No dia aprazado, comoveu todo o mundo, afirmando: “Sobral terá primeira-dama: será Nossa Senhora de Fátima, em honra de quem foi erguido este arco”.

Padre Sabino

Padre por vocação, desempenhou seu ministério sacerdotal, servindo à Igreja Católica Apostólica Romana com raríssima dedicação. Praticamente exerceu ele todas as funções do Bispado de Sobral, destacando-se, no entanto, na de consultor da mitra, reitor, por duas vezes, do Seminário Menor São José de Sobral, vigário da Paróquia de São Benedito, pertencente, ao tempo, à diocese de Sobral, hoje Tianguá, em substituição a Dom José Bezerra Coutinho, nomeado,

pelo Vaticano, bispo auxiliar da diocese de Sobral e, já de volta à Princesa do Norte, foi, também, vigário da Paróquia do Patrocínio.

Espírito progressista, instituiu Monsenhor Sabino, numa visão de futuro, o serviço de extensão rural de Sobral. Filho do campo, jamais esqueceu suas próprias raízes. Foi homem de imprensa combativo, tendo, em Sobral, criado e instalado a rádio Educadora do Norte, da qual foi seu primeiro presidente, além de ter dirigido, também, por vários anos, o jornal *Correio da Semana*, pertencente à diocese de Sobral.

Orador sacro de raros dotes, foi articulista de renome na região norte do Estado do Ceará, celebrizando-se na publicação de artigo com o tema político “Ergue-se à viseira pusilânime”, como disse a seu respeito o sobrinho José Maria Loiola, por ocasião de sua partida.

Na primeira fase de sacerdote, ele exerceu o papel de artilheiro do Bispo Dom José, em sua campanha contra José Saboya, semelhante ao desempenhado pelos Padres Leopoldo Fernandes Pinheiro e Joaquim Severiano na contenda do Deolindo Barreto, da década de XX.

Àquela época, o clero cearense, que havia formado com a facção derrotada pela Revolução de 1930, devolvida ao poder com a eleição do líder católico Menezes Pimentel à presidência do Estado, permanecia fiel ao mesmo grupo político, apoiando, agora, o Partido Social Democrático. Em Sobral este grupo se opunha à liderança do juiz aposentado e industrial José Saboya de Albuquerque. Havia, ainda, o tempero ideológico conferido à disputa eleitoral de 1947 na qual o governo do Estado foi disputado pelo general Onofre Muniz Gomes de Lima, ex-comandante da região, candidato do PSD contra o desembargador Faustino de Albuquerque, ex-presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos, da UDN, dado como apoiado pelos comunistas. Sem falar em que Sabino era aparentado de Vicente Loiola, jornalista que na segunda metade do século XX hostilizara os juízes e chefes políticos conservadores José Saboya de Albuquerque



e Clodoveu Arruda Coelho, por quem seria condenado, em vários processos judiciais.

Padre Sabino, então, no comando do jornal do bispo, o *Correio da Semana*, foi um intrépido defensor de suas bandeiras. Ali combatia o comunismo bravamente para que o urso soviético não invadisse o semiárido nordestino com sua pregação anticristã, combate que não se limitou ao território sobralense porque, certa feita, se deslocou até Camocim, cidade portuária e ferroviária, onde havia operários politizados, simpatizantes do Partido Comunista. Com a mesma intrepidez, combatia, também, o protestantismo, a maçonaria, o espiritismo. E a dissolução dos costumes e o que isto lhe parecesse representar como o Carnaval, os decotes e os então denominados namoros indecentes.

Assim Sabino conquistou ainda o coração do bispo. E ali se implantou em lugar destacado só arrebatado pelo Padre José Palhano de Saboya, sacerdote que engendrou, para conquistar ainda mais a afeição do superior e pai adotivo, o factóide da prisão da imagem de Nossa Senhora de Fátima, em Crateús, a fim de deixar mal, perante os católicos do país, como deixou, seu velho inimigo e parente, o juiz Olavo Frota que formara contra o bispo na cruzada contra Deolindo Barreto.

Padre Sabino Loiola lembrava que os pais não tinham religião e que sua vocação sacerdotal se definiu, prosaicamente, no refeitório do Seminário, por conta do tamanho do pão consumido pelos padres-professores: “Tomara ser padre para comer um pãozão daqueles”.

Sacerdote, rapidamente conquistou o coração do chefe, pela fé, coragem e solidariedade, pelo desamor ao dinheiro, às coisas materiais.

Pela sua energia, às vezes até brutal com que comandou o Seminário, numa primeira fase. Na segunda, já estava nomeado um colega para o lugar de reitor da instituição. Quando ele se apresentou a

Dom José é insinuou estar interessado no posto, o bispo imediatamente o nomeou, desfazendo a indicação anterior.

Somente perdeu o lugar no coração do bispo para o pupilo dele, seu filho adotivo que ele, Sabino, chamava neto, José Palhano de Saboya.

Quando ainda tinha acesso a ele, se permitiu perguntar-lhe pela ascendência que sobre ele exercia o pupilo:

“Dizem que Palhano manda na diocese. Não posso provar, mas é muito parecido.” O bispo se zangava. Sabino explicava: “Vossa Excelência diz que gosta de franqueza. E se zanga quando uso dela”. Depois o afastamento foi total. A ponto de Palhano não o deixar, sequer, abençoar a emissora de rádio que instalou na cidade.

Soldado do PSD

Na década de 1940, vamos encontrá-lo na linha de frente da guerra do Bispo Dom José, firme aliado do Partido Social Democrático, contra a União Democrática Nacional, de seu rival José Saboya e de seus genros Plínio Pompeu e José Maria Mont’Alverne. Na campanha eleitoral do desembargador Faustino de Albuquerque ao governo do Estado em 1947 e de José Leôncio Andrade à prefeitura da cidade em 1950, caiu a sopa no mel. Contra os dois pôde arguir a bandeira do comunismo. O primeiro por ter sido apoiado pelos seguidores de Luís Carlos Prestes. O último por ter dois filhos militares, heróis da FEB na Itália, processados como comunistas.

Na primeira campanha eleitoral, depois da queda da ditadura, chegou a ser anunciado em volante como candidato a vereador pelo PSD, partido liderado por Chico Monte, havendo desistido da disputa. Manteve-se, porém, em campanha encarniçada contra o adversário, o candidato da UDN ao governo do Estado, Faustino de Albuquerque.

Guerra a Faustino

O bispo não retribuiu, sequer, visita que lhe fez o candidato da UDN ao governo do Estado, tão hostilizado pelo *Correio da Semana*: “Devido ao exíguo tempo, de que S. Excia. dispunha (uma hora apenas para receber visitas), segundo o protocolo estabelecido, não me foi possível retribuir-lhe a visita com que me distinguiu, assim como agradecer-lhe as benévolas expressões com que se referiu à minha pessoa e à minha atuação nesta diocese (*A vida de D. José*, p.8). E durante toda a campanha, Padre Sabino Loiola esteve firme, na trincheira do jornal da diocese, no ataque ao candidato da UDN, desembargador Faustino de Albuquerque, apontado como aliado dos comunistas bem como a seus líderes na Princesa do Norte, José Saboya e Plínio Pompeu, ardor que não arrefeceu nem ante sua iminente vitória.

Em *O livro inédito de dom José Tupinambá da Frota*, primeiro bispo de Sobral, lê-se, no capítulo “O dr. José Maria Mont’Alverne responde ao Padre Tibúrcio”, telegrama enviado por ele à *Gazeta de Notícias* em que historia a guerra do antístite ao candidato da UDN ao governo do Estado:

Situação de indisfarçável constrangimento atualmente existente entre senhor Bispo Sobral e preclaro Governador Faustino não foi criada ou provocada por mim, mas unicamente pelos excessos de atividade partidária a que se entregaram alguns padres dessa Diocese, os quais seguindo suas inclinações políticas combateram publica e ostensivamente a candidatura do Desembargador, sob pretexto achar-se apoiada comunistas, e, sobretudo, pela orientação do Jornal de Dom José, que hostilizou aquela candidatura até ao fim, chegando mesmo, em sua edição de 14 de janeiro

passado, vésperas, portanto, do pleito, a condená-la em editorial e a enumerar, pela pena do seu diretor, em seis substanciosos itens, os motivos pelos quais o eleitorado católico não deveria votar em Faustino de Albuquerque. (p. 78).

Soldado do anticomunismo

Sua vigilância era indormida e indomável ante a ação do urso vermelho que ameaçava deixar as estepes russas para comunizar Sobral. Um dos seus alvos era o juiz Floriano Benevides Martins, acusado de haver dado abrigo ao secretário geral do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes.

Divulgava, com estardalhaço, boatos a respeito: “É perigosa para Sobral a permanência do Dr. Floriano Benevides à frente desta comarca,” e dava as razões de seus temores.

“Você sabe que Carlos Prestes passou por Sobral?”

“Não sei, mas já ouvi falar nisso”.

“Pois passou e hospedou-se de noite na casa do Dr. Floriano Benevides. E daqui foi de madrugada, num cargueiro, para Camocim”.

Adiante esclarece: “Se tal história tem algum fundamento não podemos nós saber ao certo”.

Noutra edição do *Correio da Semana* era esta a manchete em letras garrafais:

“O comunismo já começou em Sobral”. Os subtítulos não eram menos enfáticos: “O Pe. Sabino Loyola foi noticiado a comparecer às 13, 30 do dia 16 perante um juiz prestista”.

“Pela primeira vez, na história deste Foro, um sacerdote será arrastado à barra do Tribunal civil. O padre irá para a cadeia”.

O sacerdote não foi para a cadeia. Foi até Camocim cutucar a onça com vara curta, hostilizar os comunistas na cidade ferroviária e portuária onde eles encontravam muito simpatizantes.

Soldado dos costumes

Depois, nomeado vigário de São Benedito, colocou-se na linha de frente do que considerava defesa da família: combate a um candidato a prefeito que, naquele tempo, quando não havia divórcio, se desquitara e fizera segundo casamento, sem o formalismo da bênção da Igreja e ciência da Justiça.

O testemunho de José Hudson Brandão, historiador daquela cidade da serra da Ibiapaba, é contundente:

Estou lhe enviando alguns dados sobre o paróquio de Monsenhor Sabino em São Benedito. Período de 1957 a 1960. Substituiu o Padre José Bezerra Coutinho, que fora nomeado Bispo Auxiliar de Sobral em 1956. Mons. Sabino enfrentou grandes dificuldades, pois tinha a difícil tarefa de dirigir uma paróquia que fora administrada com grande êxito e popularidade por mais de 21 anos, deixando os paroquianos deveras apegados as suas lembranças, e Mons. Sabino tinha que pôr nos eixos e a seu modo, batendo de frente com aqueles que não admitiam por hipótese alguma ver ou ouvir reclamações de ordem moral, principalmente quando eram atingidos pelo vigário, pois expulsava da Igreja fosse quem fosse, senhoras, senhoritas, que trajassem vestimentas indecentes (blusa de mangas cavadas) e decotes provocantes, aos gritos: “Retirem-se da Igreja, vão se vestir como pessoas de bem, não falem com respeito à casa de Deus”. Aquilo servia para aumentar mais sua impopularidade e autoritarismo, como diziam

aqueles que viam suas esposas ou filhas serem postas para fora da Igreja de sua terra natal. Na campanha política de 1958 para escolha de Prefeitos e Vereadores, Mons. Sabino tomou posição abertamente contra a candidatura a Prefeito do Sr. Waldemar Salmito de Almeida do PTN (tio do Walfrido Salmito, ex-superintendente da SUDENE), por ser ele AMANCEBADO, razão pela qual não merecia o voto popular (opinião dele), apoiou a Candidatura do Sr. Artur Gomes de Sousa (UDN) que fora eleito Prefeito naquele pleito. Mons. Sabino tinha como Coadjutor Padre Osvaldo Carneiro Chaves, que teve uma brilhante participação na educação dos jovens ginasianos da época. Padre Osvaldo não se meteu nos entreveros do vigário. Também em 1958 combateu abertamente o dirigente local do Centro Espírita Victor Hugo, Cel. Ednardo Weine (da Reserva do Exército) que residia em São Benedito, falando de sua vida pregressa, pois dizia nos sermões que dito Cel. era ESPÍRITA, MACUMBEIRO E AMANCEBADO e apoiava a candidatura de Waldemar Salmito, e pedia a seus paroquianos que não frequentassem tal Centro Espírita. No mesmo ano brigou com o candidato a Vereador Otávio Bezerra de Paiva, conhecido pela alcunha de CARECA, que era funcionário das Endemias Rurais, antigo Mata Mosquito, também AMANCEBADO, apoiador de Waldemar Salmito e tido como COMUNISTA, como a maioria dos mata mosquitos da época, Otavio Careca era Presidente do Clube Artístico Sambeneditense ou CLUBE DO CARECA popularmente conhecido. (Foi o mais votado para a Câmara Municipal). Em 1960 quando deixou a paróquia seus inimigos soltaram foguetes em comemoração à sua saída da cidade.



Espiritismo

O Padre Sabino combateu ardorosamente o espiritismo, condenando o coronel Ednardo Weine que residia em São Benedito e dirigia o Centro Espírita Victor Hugo, passando aos fiéis (beatos e beatas) um quadro distorcido da realidade espírita. Bradava aos quatro cantos da paróquia que o coronel Weine, além de espírita, era amancebado e louco, e travou com ele troca de insultos e desaforos, recebendo do coronel respostas ríspidas, dando-o como atrasado e retrógrado. A briga foi feia.

Fervoroso na condenação

O Padre Sabino Loiola, quatro ou cinco anos atrás, se recusou a encomendar o corpo de mestre Assis Fernandes, pai de médicos ilustres, por ter ele duas famílias. Na missa de corpo presente na intenção da alma do carpinteiro, desacatou o falecido, de corpo presente, para tristeza de familiares e amigos.

Padre Osvaldo Chaves

O oitentaó

Um dia desses, o padre, professor e poeta Osvaldo Chaves completou 80 anos, com uma festa da qual participaram alguns colegas de sacerdócio e muitos alunos seus do Ginásio Sobralense e do Seminário Diocesano. Osvaldo é uma das unanimidades sobralenses, merecedor da estima e do respeito da maioria, senão de todos.

Nas comemorações, ele dizia: “A vida é saborosa aos 80 anos. Possui sabor indescritível. A gente precisa sorver devagar cada gotinha que devia poder partir em duas, para conseguir sua maior duração.” E se proclamava muito feliz de ser sacerdote católico.

Só quando atingiu tal idade deixou de ir, todos os dias, à Santa Casa de Misericórdia, numa de suas bicicletas de trinta e cinco

a quarenta anos de uso, para atender os enfermos. Entrega-se, agora, em casa, à leitura dos clássicos e também de autores modernos de que é farta sua biblioteca. Mantém interesse permanente em melhorar a própria cultura. Um dia desses, pediu ao João Ribeiro Paiva que, quando fosse a Cabo Verde a serviço da UVA, não se esquecesse de lhe trazer dicionário do crioulo, falado naquele arquipélago.

Seminarista, Osvaldo Chaves desgostou o bispo quando este, interrompendo aula de Português, o interrogou sobre seu autor preferido. Ao invés de citar um Bossuet, um Manuel Bernardes, um Frei Luís de Sousa, disse: “Honoré de Balzac.”

Ante a surpresa de Dom José, insistiu: “Balzac é divino”.

Dom José o chamou a seu gabinete para lhe dizer dos riscos que sua alma corria com a posse de obra deste autor profano:

“Está no Índice Librorum Proibitorum. Não precisa nem ler. Basta ficar de posse do livro proibido por trinta dias. Ao fim dos trinta dias, mesmo sem o haver lido, seu possuidor está automaticamente excomungado”.

O bispo, porém, era carinhoso com ele, mostrava preocupação com sua deficiência física. Chamou ao Seminário o sapateiro, que o atendia, a fim de produzir sapato com salto mais alto no pé esquerdo do seminarista para ele não correr o risco de adoecer da espinha.

O vigário coadjutor

Padre, um dos primeiros encargos que coube a Osvaldo Chaves foi ser vigário coadjutor em Acaraú, ao lado do Padre Sabino Feijão, onde deixou a reputação de solidário com os pobres, preocupado em assistir-lhes em vida quando da seca de 1958 e levá-los à última morada em caso de falecimento. É o que nos conta o poeta e contista Dimas Carvalho:

Quanto ao Padre Osvaldo, ele esteve aqui no Acaraú como coadjutor do Sabino Feijão, de 1957 a 1959,

e deixou fama de santo, pois, entre outras ações, conseguiu alimentar 300 pessoas na seca do 1958. Até hoje há um ditado por aqui, “Direito que nem o Padre Osvaldo”, aplicado, por antífrase irônica, às pessoas de vida desregrada. O interessante é que os mais jovens empregam o ditado sem sequer saber quem foi o Padre Osvaldo. Uma coisa que espantou os simples na época foi a grande amizade que estabeleceu com o pastor protestante local, um sendo professor do outro, inglês-português. Saiu daqui porque começou a remexer no caso do Padre Arteiro, quando a Diocese preferiu transferi-lo por motivos óbvios. Deixou exemplo de humildade extrema, pobreza franciscana, erudição notável e solidariedade a toda prova, atendendo os doentes graves e fazendo toda espécie de caridade.

Tiradas

Os sermões do Padre Osvaldo constituem *show* que desperta o maior interesse dos fiéis. Os admiradores mais ardorosos observam a originalidade de suas sentenças.

Quando tentaram escandalizá-lo contando-lhe que um sacerdote engravidara uma moça: “O que tem isso de mais? O grave seria se fosse freira que engravidasse uma moça. Não me surpreendo que um padre haja engravidado uma moça”.

Muito menos se escandalizou, como seria de espantar naqueles tempos pudicos, quando, ao entrar na sala de aula do Ginásio Sobralense, leu, escrito na loja, em letras garrafais, a palavra “buceta”. Não teve dúvidas. Na hora, mandou o autor da brincadeira escrever cem vezes a palavra boceta com “o”, como manda a boa ortografia.



Peba morto

Não agradam ao Padre Osvaldo os sermões alambicados e sentimentais. Assim se explica a resposta sucinta que deu a uma mãe que lhe pedia autorização para a filha se submeter a aborto, pois o filho que trazia no ventre sofria de grave defeito físico:

Não faça isso, agora, não. Nada de aborto. Quando o menino nascer, você vai visitá-lo à noite, quando não há ninguém na Santa Casa e, discretamente, sem que vejam, torce o pescoço dele. Vai ver como é fácil, talvez mais fácil que torcer o pescoço de uma galinha.

A avó arrepiou-se com a proposta: “O que é isto, Padre Osvaldo? O senhor está querendo que eu mate meu neto?”

O padre calou-se. Porque já dissera tudo. Ficou nisso.

Ao Padre Osvaldo Chaves se atribui haver, durante a missa, repreendido freira que o ajudava a celebrar o santo ofício por carregar o missal com desleixo: “Você traz o Evangelho como se fosse um peba morto”.

República dos ateus

Quando professor do Seminário, Padre Osvaldo não acreditava um vintém na vocação de uma turma que lhe cabia ensinar. Por isso dizia: “Se se ordenar alguém aqui, vou à ordenação montado numa porca”. E, ainda: “Senão houver céu, nada tem nada. Ninguém vai ficar mangando de mim. Se houver, olha o Padre Osvaldo com sorriso da orelha à boca.”

A propósito, ironiza: “Quando morrer vou visitar a república dos ateus no céu.”

Gramática de Padre Osvaldo

Padre Osvaldo pregava na Praça do São João, todo paramentado e muito suado. Não acreditava muito no êxito do sermão que proferia, esperando apenas convencer dois ouvintes atentos, de queixo caído diante de sua fala. Quando terminou a prédica, supondo poder contabilizar a conversão dos dois, ouviu um dizer ao outro: “Aí é que é suar”.

“Quantas são as classes gramaticais?”, indagou, certa vez, o Padre Osvaldo. Um aluno do Colégio Sobralense, oriundo de Groaíras, respondeu: “São onze, professor”.

Padre Osvaldo foi para a janela do Seminário e procurou posicionar-se na direção de Groaíras para só então exclamar: “Groaíras, terra de Luiz Sales. Atenção, Groaíras, um filho teu acaba de descobrir mais uma classe gramatical”.

Dom Expedito

Em toda parte

A amizade do Padre Francisco Expedito Lopes, assassinado quando bispo de Garanhuns por padre de maus bofes, punido por ele por violar, ostensivamente, o voto de castidade jurado quando de sua ordenação, constituía honra rara para meus pais. Homem sério, digno e modesto até o exagero, dizia que somente visitava duas casas na cidade, a nossa e de sua irmã Suzete, em dia fixo da semana, às sextas. Aliás, quando chegava, os outros padres, mesmo mais velhos, mais importantes, suspendiam os “potins” que envolviam colegas ou personalidades da terra, tal o respeito que infundia.

Por isso mesmo, Dom José o respeitava. Não o amava, por causa de sua independência.

Ao discutir com ele, não cedia, quando sabia que estava certo.



Uma vez, debatia-se a aplicação de determinado dispositivo do Código Canônico. Dom José era contra:

“Na minha diocese, este artigo não é aplicado”.

Sem cortar caminho, disse:

“O Direito Canônico é para ser obedecido em toda a parte.”

Certa feita, ainda no Seminário, futuro bispo-mártir, Dom Expedito Lopes disse a seu colega Padre Tibúrcio: “Tenho certeza de que, morto, vou para o céu”.

O outro, irônico, indagou: “É presunção ou revelação?”

Dom Expedito atribuiu às bênçãos de Nossa Senhora de quem era devoto ardente a certeza de sua salvação.

Enquanto Padre Eufrásio morria de rir de suas anedotas insossas, envolvendo a passagem do Conde D’Eu por Sobral, na boquinha da queda do Império, permanecia sisudo:

“O Expedito fica tão sério com minhas histórias”, queixava-se o bispo, que amava o aplauso e a lisonja. E que ficou magoado quando ele regressou de Roma, onde se doutorara, sem avisar ninguém, desprezando homenagens. Ele se deu muito bem na Cidade Eterna e chegou a dizer:

“Se tivesse de ficar definitivamente aqui, não ia achar ruim, não. Isto não me custaria nada.” Dava o maior valor à temporada de



estudos na capital italiana e dizia, com evidente exagero: "Se não tivesse ido a Roma, seria o pior padre da diocese de Sobral".

Quando chegou sua nomeação para Bispo de Oeiras, Dom José não pôde deixar de observar, com indisfarçada mágoa:

"Apresentei o Expedito para Bispo, para que ele saiba o quanto Bispo sofre [...]".

Homem sereno e forte vinha, a pé, todos os dias, do antigo Seminário, hoje sede da UVA, para a Santa Casa, boa caminhada. Certa feita, deparou-se, no meio do caminho, com touro enfurecido que ameaçava todo o mundo. Enquanto seus companheiros de percurso se dispersavam apavorados, não cortou caminho. Foi em frente, sem medo nem bravata, o que talvez possa explicar as circunstâncias de sua morte violenta.

Monsenhor Fontenele

Monsenhor Francisco Felipe Fontenele aparecia como um dos sacerdotes mais sensíveis à repressão sexual preconizada pelo bispo.

Para se ter ideia das perplexidades de suas madrugadas com a possível (sonhada) queda da hóstia, durante a missa, costumava pedir às fies que não comparecessem ao templo com vestidos decotados. E apontava os perigos de tal vestimenta numa época em que a ninguém, afora os padres, era permitido tocar na hóstia consagrada: "Se uma senhora ou uma moça vem comungar com o decote muito grande e deixo cair a hóstia em seu colo, o que é que faço? Ela não pode pegar na hóstia. E eu? Meto a mão ali? Não é uma situação embaraçosa?"

Ele assim explicava por que mantinha separados, como era praxe à época, homens e mulheres (mesmo casados) no interior do templo em que celebrava o santo sacrifício da missa:

"Só deixo misturar homem com mulher quando o fogo se acostumar com a pólvora".



Quando em visita pastoral a Ipueiras, onde Fontenele era vigário, Dom José não escapou de inocente vingança. À noite, indagou do vigário: “Vamos jantar?” Monsenhor Fontenele respondeu: “Jantar, como? onde?” O bispo: “Em sua casa”. Fontenele aproveitou para dizer: “Não tem, não. O senhor não me proibiu de ter mulher em casa? Não há quem faça o jantar”.

Vestido de frade

Monsenhor Fontenele não gostava de penitentes que vestem batina. Divisando um na fila do confessional, ia logo avisando: “Não confesso frade”.

Ele brincava com o suntuoso automóvel do bispo, dirigido pelo Padre Palhano:

“Vou pedir a vocês, senhoras, que vêm dizer, na confissão, haver cometido o pecado da inveja. Inveja tenho eu do Padre Palhano no gostosão do bispo” – referia-se ao automóvel de luxo da diocese, dirigido por Palhano.

Padre Eufrásio

É com este que eu vou

Padre Eufrásio foi dizer ao bispo que o Padre Gerardo Ferreira Gomes, udenista, alterara o itinerário de determinada procissão para passar em frente à residência do chefe da UDN, doutor José Saboya.

“Então, Padre Eufrásio, o Padre Gerardo mudou o caminho para homenagear o chefe lá dele?”, indagou o bispo, que ouviu a seguinte resposta do gozador: “Achei mesmo muito esquisito. O pior é que ele pegou uma imagem pequena, deste tamaninho, de São Francisco, e saiu andando enquanto o pessoal cantava: ‘É com este que vou’”.

Quando interpelado, o Padre Gerardo esclareceu ao bispo que alterara o roteiro da procissão por causa da interrupção de trânsito de uma das ruas, devido a reformas ali em curso feitas pela prefeitura.



11

Gente da gente



Figura de Família Monte ... templo de ...

Francisco de Paula Pessoa

O senador dos bois

Já publiquei, pela editora da UVA, correspondência do senador Francisco de Paula Pessoa, de fins de 1866 a princípio de 1868, em plena Guerra do Paraguai. É a época em que ele abandona o Senado, por motivos de saúde. Regressa, então, a Sobral, cidade situada a 235 quilômetros de Fortaleza, capital da zona norte do Ceará, onde volta a se dedicar febrilmente à expansão de seus negócios que lhe permitiram financiar o Partido Liberal e construir gloriosa carreira política. Tais cartas constituem expressivo testemunho do comportamento e da maneira de ver o mundo de um grão-senhor de terras do interior do Nordeste.

Figura apaixonante a do senador Paula, irmão de Pessoa Anta, mártir da Revolução do Equador. Não teve o mesmo destino, mas perdeu grande parte de seus bens por cuja restituição foi lutar no Rio, em 1826. Esperto, fez, então, relações preciosas para o êxito posterior de sua vida pública.

Nascido em Granja, a 24 de março de 1795, falecido a 16 de julho de 1879, em Sobral, era filho do capitão-mor Thomaz Antônio Pessoa de Andrade e de dona Francisca de Brito Pessoa de Andrade, parenta, registra o Barão de Studart, do célebre José Agostinho de Macedo. Aos 15 anos decide negociar por conta própria. Aos 24, achando sua cidade natal muito limitada para suas altas ambições, muda-se para Sobral, centro mais adiantado, onde foi sargento-mor das antigas ordenanças da cidade e vereador.

Ainda comboieiro, tangendo sua tropa de burros entre Granja e Sobral, Paula Pessoa sonhava alto. Pede a Nossa Senhora para ser Senador do Império, ferrar 2 mil bezerros por ano e atingir os 80 anos de idade. Chega lá. E segundo relato de Plácido Castelo, no fim da vida, vai à igreja e diante da imagem da santa pede um aditivo:



“Nossa Senhora: está certo que amanso mais de 2 mil bezerros por ano. Sou Senador do Império. E hoje, completo 80 anos. Mas, minha madrinha, 80 anos é tão pouquinho”. Nossa Senhora foi sensível ao apelo e lhe deu mais quatro anos de lambuja.

O ciclo do couro

Durante quase um século a família Paula Pessoa teve influência dominante na política cearense, a começar pelo senador dos bois, Francisco de Paula Pessoa, pai e avô de senador, concluindo pelo médico e progressista fazendeiro Paula Rodrigues, chefe político democrata até 1930. O fundador do clã foi antepassado da senadora Patrícia Saboya Gomes e do deputado Thomaz Figueiredo de Paula Pessoa, de influência hoje pontual, limitada, sem a força do passado. Veio, também, da zona norte a família Gentil, que se afirmou economicamente quando seu fundador, o sobralense José Gentil de Carvalho, casou com uma Frota, de família de riquíssimos pecuaristas. Daí surgiram a casa Frota Gentil, o banco do mesmo nome e o Bairro da Gentilândia. O clã, que deu dois deputados federais, Antônio e Adolfo Gentil, era tido como financiador do Partido Social Democrático. A 14 de junho de 1962, o jornal fluminense *Tribuna da Imprensa* registrou:

Completou 50 anos de casado o cearense Antônio Gentil, um dos homens raros do Brasil que empobreceu na política. Chefe de um clã famoso, a vida toda explorado pelo PSD local, Antônio Gentil gastou tudo que tinha numa atividade em que outros enriquecem da noite para o dia. Merece uma homenagem especialíssima.

Dinheiro das verduras

Mesmo já riquíssimo, o senador não perdia oportunidade de amealhar mais alguns tostões. Todos os dias mandava à feira uma escrava vender frutas e verduras, colhidas no quintal de seu sobrado, onde hoje

se encontra o Colégio de Sant'Ana. Era recriminado, por isso, pelo filho do mesmo nome, depois médico, e deputado geral. Quando, porém, precisou mandar o herdeiro estudar medicina, entregou-lhe um saco de moedas de ouro para sua manutenção, lembrando: "Este dinheiro, meu filho, era o que a escrava fazia vendendo frutas e verduras [...]."

Jacaré no banheiro

Francisco Figueiredo de Paula Pessoa foi secretário de Agricultura do governo Parsifal Barroso e depois deputado estadual pela corrente política chefiada por Chico Monte. Chegou a ser o maior produtor de algodão arbóreo do Ceará e criador de 8 mil bezerros por ano, segundo registro otimista de Arnaud de Holanda Cavalcante em *Sociedade sobralense*. Naquele tempo, muitos políticos empobreciam na política. Não sei se foi o caso dele, que estava, em determinado momento, encalacrado com empréstimos feitos junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Nordeste e aplicados mais na campanha eleitoral que na atividade rural. Estava na fase da fiscalização.

Na época, fazendeiros costumavam pedir a companheiros de ofício suas boiadas para colocar nas propriedades como suas a fim de justificar a utilização do financiamento do banco. "Havia um boi então que era tão manjado nas peregrinações, andando por várias fazendas, que chegava a dar pena aos fiscais", ironizava um deles. Pois bem, este recurso não bastava e Chico valeu-se do vaqueiro em busca de uma solução. E o matuto prometeu resolver o problema.

Ele descansou e sossegou ao saber da engenhosa fórmula utilizada para assustar o fiscal do banco: Na aproximação de visita do inspetor do Banco do Nordeste, que iria fiscalizar a aplicação do dinheiro, oriundo de empréstimos contraídos pelo patrão, alinhou, à entrada da casa da fazenda, carcaças de dezenas de cobras cascavéis mortas, já ressequidas. Quando, ao chegar, o fiscal viu a arrumação, indagou:



“O que é isto?”

“São chocalhos de cascavel que apareceram por aqui”, explicou negligentemente o vaqueiro.

Já temeroso, o funcionário do banco perguntou:

“Vige Maria, e há muita cobra aqui?”

Era o que o interlocutor queria para assustar o outro:

“Aqui há muitas. Muito mais, porém, existem lá aonde vamos. Não se andam dois metros sem pisar em cima duma. A gente se espanta quando pisa na primeira, depois se acostuma, nem mais estranha”, disse o gerente da fazenda de Chico Figueiredo, conseguindo inibir o giro do bancário e encurtar seu zelo fiscalizatório.

Depois de jantar avinhado com jornalistas, Chico Figueiredo, ao chegar ao lar, vai ao banho. De repente, grita apavorado, do banheiro:

“Didita! Didita! Didita!”

Era um berro desesperado. Quando a mulher atendeu, ele abriu a porta e esclareceu:

“Estou enlouquecendo. É o *delirium tremens*!”

A mulher não estava entendendo nada. Pediu que ele explicasse. Chico então esclareceu:

“Estou louco. Só posso estar enlouquecendo, porque vi um jacaré no banheiro!”

A mulher disse que de fato havia no local um pequeno jacaré, trazido da Amazônia pelo filho Kiko, e assim Chico voltou ao banho, tranquilizado quanto a seu estado de saúde mental.

Uma Paula Pessoa de muita raça

Filha de Joaquim Miranda Paula Pessoa e Vitalina Gomes Parente de Paula Pessoa, Anahid Paula Pessoa de Andrade foi mulher



de muita fibra. E não apenas como realizadora, fundadora que foi da creche Lúcia Saboya e da maternidade Manoel Marinho.

Autora do romance *Terra de contraste*, credenciou-se a ingressar assim na Academia Sobralense de Letras. Ao lado disso, sua vida não passou em brancas nuvens. Deixou a marca de uma mulher destemida, capaz de sustentar seus atos e suas opiniões até com o argumento de seu revólver, quando necessário.

Foi na defesa do sítio São Felipe na serra do Rosário. Conta a filha Dolores Feitosa:

Foi muito tumultuada aquela ação-invasão, expulsão, polícia, justiça e até desforço, com inclusive morte. Anahid defendia bravamente os seus direitos e enquanto portava um revólver, levava um terço. Uma Paula Pessoa que rezava nas tréguas. A questão foi ganha na justiça.

Anahid portava-se como leoa defendendo filhos e propriedade. Muito antes, logo depois da Segunda Guerra, quando da prisão (incomunicável) de Joaquim Miranda de Andrade por sua filiação comunista, moveu céus e terras no Rio, para onde se dirigiu, com a finalidade inicial de localizá-lo e saber em que prisão se encontrava, e depois o libertar. Mostrou capacidade de liderança, reunindo mulheres de oficiais, vítimas de idêntica violência, e dizendo a um eminente cearense que ocupava alto posto no Ministério do Exército, em alto e bom som: “Vocês enlameiam a bandeira nacional que juraram defender.”

O filho foi solto, depois de um ano de prisão, e Anahid manteve constante vigilância dos agentes da DOPS no Rio. Isto os levou a comentar a confusão que provocava na mente dos agentes de polícia encarregados de seguir a “perigosa comunista” que pela manhã ia à missa, quando comungava, e durante o dia aliciava mulheres dos oficiais na luta pela liberdade dos presos.

Dois comunistas sobralenses

Era menino quando vi, da janela do Sobrado do Bispo (hoje Museu Dom José), na então Rua Senador Paula, os cotovelos escorados em toalha de mesa amarela em que ruborizava uma rosa, a volta da Itália de ilustre sobralense, Joaquim Miranda Paula Pessoa de Andrade, herói da FEB. O outro irmão, José Leôncio Pessoa de Andrade, que também fora combater na Itália, ficara nos EUA, colocando prótese na perna, alvo de bombas alemãs, por conta de seu destemor. Ali também recebeu medalha de campanha, guerra e sangue. Ambos foram acusados de comunistas no Rio pelo governo federal e, em Sobral, pelo Padre Sabino Loiola. Depois meu pai me levou até a casa do pai, José Leôncio, que recebia, em festa, um dos herdeiros.

Era o boníssimo Joaquim Miranda Paula Pessoa de Andrade, que costumava lembrar-se das perseguições que sofreu por conta de suas ideias com humor: “Quando fui preso no governo Dutra, li quase toda a Comédia humana, de Balzac. Em 1964 não deu para ler quase nada”, ironizava o herói da FEB.

O outro entrou no inquérito sobre a reorganização do Partido Comunista, no qual também aparecia Graciliano Ramos.

Casal chiqueirado

Antes de partir para a guerra, José Leôncio Pessoa de Andrade, filho de Anahid, tomou o rumo de Sobral para apresentar a mulher, sua prima, que era espírita e ninguém sabia, à família antes de ir à guerra. A moça foi recebida cerimoniosamente e só três dias depois ouviu perguntas que estavam na ponta da língua de todos:

“E o casamento, como foi? E o vestido”?

A certa altura, uma mais detalhista formulou a pergunta fatal:



“Em que igreja vocês casaram?”

Inocente, a moça respondeu:

“Só casamos no civil”.

Foi um susto, o pânico. Então não eram casados? Estavam amancebados e dormiam ali naquele lar cristão! Urgia remediar o problema e sanar o pecado. Correram-se os banhos para o casamento religioso e enquanto ele não era celebrado, o casal foi devidamente apartado. Não iam mais poder dormir juntos, em pecado mortal, até que sua união fosse abençoada pela Santa Madre Igreja. O militar foi deslocado para o quarto dos pais e ela ficou sob a vigilância da avó Dondon. E ficaram assim até que Dom José celebrou o casamento.

José Saboya

Juiz, formado pela Faculdade de Direito do Recife, à época uma das escolas mais prestigiadas do país, filho do dono da fábrica de tecidos da cidade, proprietário de dezesseis fazendas, José Saboya foi o chefe dos conservadores até 1930 quando a atividade político-partidária dos magistrados, até então frequente, foi proibida pelo governo revolucionário. Passou a integrar o Partido Social Democrata, logo alcunhado pelos padres como o Partido sem Deus, alcunha que não foi usada depois da queda do Estado Novo, quando a mesma agremiação foi organizada, agora, pelos “decaídos” da Revolução de 1930 e leais correligionários do bispo.

José Saboya tinha a fama de culto e de elitista, razão por que seus candidatos eram sempre vitoriosos no centro urbano, ao contrário de seu antigo liderado Chico Monte, que timbrava em se mostrar popular e que conquistava a prefeitura até 1958 graças ao apoio do bispo e da área rural de diversos distritos da cidade.

Ele e Dom José sempre viveram em guerra, o que teria levado o bispo a afirmar: “Minha igreja estará sempre acima do prédio do

fórum”. Referia-se à Catedral da Sé, erguida sobre uma colina, abaixo da qual estava o sobrado onde, durante muito tempo, funcionou o foro onde trabalhava o juiz José Saboya.

Coluna da hora

Lembro-me dos azulejos do escritório da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano e de uma camioneta em que se transportava seu proprietário, o juiz aposentado e chefe da UDN, José Saboya de Albuquerque. Era um carro de luxo, aparentemente com madeira de lei no exterior. A mim, integrante do partido adversário, o PSD, constituía sempre – apesar de tudo – uma emoção ver apear-se do veículo o velho patrício. A Praça Doutor José Saboya tinha uma coluna da hora em cujo andar térreo se abrigava um bar. Ali, aos domingos, ia comprar uma cerveja para meu pai. Distraído como sou, caí, quebrei a garrafa e cortei um pouco o lábio superior, privando o autor de meus dias de sua Brahma.

Padre vivo faz filho, padre morto faz milagres

Compadre do doutor José Saboya foi à sua presença dizer que nunca o ocupara, mas, agora, ia precisar dele. Para acoitá-lo em uma de suas fazendas, porque ia matar um sacerdote. O chefe indagou as razões e ele explicou que o padre lhe deflorara a filha e, por isso, merecia morrer. Não precisava de ajuda para tanto, e, sim, para se esconder posteriormente. José Saboya tentou demovê-lo, em vão. Vendo que não o conseguia, concluiu:

“Se você matar este padre, seus colegas irão convertê-lo em vítima, em mártir da fé, farão tanto elogio ao falecido que ele terminará por operar prodígios porque: padre vivo faz filho, padre morto faz milagres”.



Cavalo raparigueiro

O cavalo do juiz foi visto na zona. Era o Pachola, animal preferido. Tudo ocorreu porque doutor José Saboya pediu ao Nonato Arcanjo ir resolver problema seu na Várzea. O animal preferiu tomar caminho mais divertido.

Logo Fabião Vasconcelos foi ao doutor José Saboya contar o que vira:

“Estou tão contrariado... O senhor vendeu o Pachola”!

“Que história é essa”?

“Eu o vi amarrado à porta da Cumecira (dona da zona)”.

José Saboya reagiu: “Diga ao Nonato que não quero mais ele andando no Pachola porque o cavalo está muito raparigueiro.”

Doravante

Já ao tempo em que o doutor José Saboya era vivo, o médico Antônio Custódio de Azevedo costumava visitá-lo, pensando em entrar na política, o que somente ocorreu muitos anos depois. Uma vez, o velho chefe da UDN indagou quantos filhos ele tinha. Custódio respondeu:

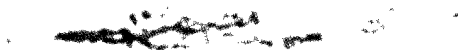
“Tenho uma porção e todos começam com D, de Doralice, minha mulher. Doreland, Doremberg, Doralucia, Doramil e Doralice.”

Saboya não resistiu à ironia:

“Quando tiver o próximo, bote o nome de Doravante”.

As três (des)graças

Recebi exemplar de *O gás azul*, único livro de literatura policial sobralense. É da autoria de Edgard Brígido Nunes Flexa.



A propósito, quando o pai do autor foi nomeado coletor federal de Sobral, o doutor José Saboya perguntou ao Clodoveu Arruda:

“Clodoveu, como é mesmo o nome do novo coletor?”

Resposta:

“Arsênio Cruz Flexa”.

Saboya fez blague:

“São três desgraças juntas [...]”.

Gosto por moela

Isto me lembra, não sei por quê, o que aconteceu na casa apalacetada do doutor José Saboya, juiz, chefe político e grande industrial sobralense. Sua mulher, dona Sinhá, costumava reservar a moela da galinha pro dono da casa. Aconteceu que, certo domingo, neto mais afoito cravou a peça. Quando ela o recriminou, o marido saiu-se com esta pergunta:

“E quem inventou, Sinhá, que sou doido por moela?”

Freguês do Cascatinha

José Saboya abria a fábrica às seis horas, só depois, às sete, voltava para tomar café com a família. Bebia sua cerveja em pé no Bar Cascatinha. Cerveja diária, tomada em pé, no balcão do Bar Cascatinha, o carro lá fora, o motorista esperando, de motor funcionando, ele sem conversar com ninguém. Quando era interrompido, pedia outra cerveja para o recém-chegado e pagava. Certa feita, porém, se surpreendeu ao ouvir que a conta estava paga. Virou-se e viu que o generoso mecenas fora o alfaiate José Nelson Frota.

Claro que não aceitou. Fez o dono do estabelecimento devolver o dinheiro ao atrevido e se dispôs a pagar sua despesa. Qual não foi a surpresa que teve ao ver que a conta era de seis a sete cervejas que o generoso alfaiate já sorvera.



Só CPF

Os Saboya faziam política estadual e nacional. Eram comerciantes riquíssimos, industriais e empreiteiros de obras públicas. Os Ferreira Gomes eram agricultores, funcionários, pequenos negociantes que faziam política em nível municipal. Nenhum Ferreira Gomes tem CIC, apenas CPF, dizia-se quando se falou, vez primeira, na candidatura de Ciro Gomes ao governo do Estado em época em que se valorizava a presença de empresários na vida pública.

Francisco de Almeida Monte

Um sertanejo sábio

Chico Monte viveu vitoriosa carreira política de vereador de Sobral a deputado federal em Brasília onde morreu, sem haver proferido um só discurso, sob a desculpa de ser analfabeto. Fez do genro, Parsifal Barroso, que tinha cultura, mas poucos votos, deputado, senador e governador do Estado. Instrução regular, Chico não teve. Desenvolvia, porém, certo folclore em torno da própria ignorância, talvez para enfatizar a diferença do adversário, o juiz aposentado José Saboya, que tinha fama de grande jurista e frequentador dos clássicos portugueses. Homem valente, matou o tenente Castello Branco, em duelo mortal, em praça pública, e foi, posteriormente, acusado de ser um dos executores do jornalista Deolindo Barreto (inimigo de seu grupo político, o do futuro rival, doutor José Saboya), trucidado no prédio da Câmara de Vereadores da cidade num dia de eleição. Apesar de se proclamar analfabeto, escrevia com relativa correção e era aficionado de romances policiais. E em política, um sábio, autor de sentenças inesquecíveis.

Quando em briga de correligionários, um deles caía morto, costumava dizer: “Vamos enterrar o morto e cuidar do vivo”.

Ele afirmava que o político deve ter medo de três famas: de rico,



valente e conquistador. Ao que se supõe endinheirado, todos querem tomar o dinheiro. Do valente, testar a coragem, sempre o chamando para a briga. O conquistador assusta pais, esposos, filhos e maridos.

Carlos Jereissati, então presidente do PTB, seu partido, trouxe-lhe, de presente dos EUA, revólver a gás comprimido: “Você atira, deixa o adversário desacordado e pode sair tranquilamente”. Chico, lembrando as façanhas da juventude, discordou: “Que nada. Quando ele cair, eu aí o costuro de faca”.

Em 1950 rompeu com o novo governador Raul Barbosa porque este lhe negara a nomeação de um correligionário, Paulo Sanford, para a Secretaria da Agricultura, e prometeu vingança: “Vou esperar Raul, lambendo rapadura por detrás da aroeira”.

O certo é que Raul deixou o governo para disputar o Senado, ao fim do mandato, perdendo a eleição para o candidato de Chico, seu genro Parsifal Barroso.

Certa feita, andava agastado com seu colega, Paulo Sarazate, jornalista, homem de letras. Maliciosamente disse aos jornalistas do Palácio Tiradentes: “Na bancada do Ceará, há três analfabetos. Eu, meu compadre João Adeodato e Paulo Sarazate”. Para dar credibilidade ao que afirmava, se incluía, bem como a seu compadre, que, como ele, também não possuía educação regular.

Chico não era só o homem valente e violento que resolvia problemas na ponta da peixeira. Não. Era político ardiloso, esperto, competente, que conseguiu trazer para seu sítio, na serra da Meruoca, discussão em torno da sucessão estadual quando parecia vitoriosa a candidatura de Virgílio Távora ao governo cearense. E ali fez do genro, Parsifal Barroso, governador do Estado, enfrentando, no plano municipal, a oposição de um velho aliado, o Bispo Dom José Tupinambá da Frota que patrocinava a candidatura de pupilo

querido, Padre José Palhano de Saboya, à prefeitura da cidade. Quando apurados os votos, Virgílio Távora se queixou de que fora derrotado pela interferência do DNOCS na campanha eleitoral, e Chico limitou-se a dizer aos jornalistas: “O Virgílio chora que nem bezerro desmamado”. Foi o primeiro deputado federal a morrer em Brasília. Morreu de raiva por não poder reagir às provocações que lhe faziam os adversários, em especial o Padre Palhano, interessados em vê-lo perder a eleição, pelo recurso à violência que lhe garantiu tantos êxitos ao longo da vida política.

Cartas de Chico Monte

Domingos Albuquerque Frota era o presidente do PTB de Coreaú a quem Francisco de Almeida Monte, em papel timbrado da Câmara dos Deputados, escrevia, a 14 de março de 1958:

Amigo Domingos, Tenho razão para estar de olho aberto em relação ao juiz daí. Dizem que virá de Fortaleza um certo elemento de Frexerinha, pago pelo Virgílio Távora, para ser juiz preparador. Não posso compreender a moleza deste homem, não qualificando não só aí como em Frexerinha. A mesma coisa está acontecendo noutros lugares aonde a maioria é nossa. É plano do Virgílio, já descoberto. Quero que você esclareça alguma coisa, para poder me defender perante a justiça eleitoral e fazer campanha na imprensa. Responda com brevidade, Chico Monte.

O negócio é enterrar o morto e absolver o vivo, era mesmo o lema de Chico Monte, como se pode ver em carta de 16 de janeiro de 1956 endereçada a seu chefe político em Coreaú:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sobral, 16-1-56

Amigo Lourenço

Peco-lhe toda atenção nesta questão
altíssima que se deu ali. O rapaz
que morreu era nosso adversário,
mas toda família é nossa. Acho
que vocês devem ter toda consi-
deração a esta família, chamando
atenção do delegado se for preciso
depoimento que se faça, não pre-
judicando instantaneamente os que não
mataram.

Do amigo certo

Francisco Monte

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sobral, 14 de março de 1958

Amigo Domingo

Tenho razão para esta de othor
 aberto em relação ao juiz elahi.
 digue me virá de Fortaleza um
 certo elemento de Freixerinha, pago
 pelo Virgílio Tavora, para ser juiz
 preparador. Não posso compreender
 a molha deste homem, não qualificando
 não só ali como em Freixerinha.
 A mesma coisa, está acontecendo
 n'outros lugares aonde a maioria
 é nossa. É plano do Virgílio, para
 desoberto. Quero me ver se colorem
 alguma coisa, para poder me defender
 das perdas a justiça eleitoral e
 fazer com que na imprensa
 responda com autoridade.

Do amigo certo

Francisco Monte

Teodoro Ziesmer

O harém

Teodoro Ziesmer, alemão, ex-diretor de As Lojas Pernambucanas (empresa fundada e dirigida por alemães), ao casar com Evangelina Saboya modernizou o parque industrial da fábrica de tecidos de seu sogro. Segundo os adversários deste, irritou-se com sua insistência em seguir, rigorosamente, as obrigações trabalhistas.

Não se conseguiu descobrir se sua separação se deveu a razões íntimas dos cônjuges ou envolveu dificuldades no relacionamento do estrangeiro com a parentela sobralense. Narram as lendas que Ziesmer nenhum bem reclamou quando do desquite: “Nada quero do meu ex-pai”. Por outro lado, dizia-se na cidade que Evangelina se queixava depois do acontecido, dizendo: “Separaram-me, acabaram com minha vida”. Teria repetido tal frase, no fim da vida, ao visitar a viúva do ex-marido.

Não consegui encontrar qualquer documento que comprovasse versão corrente na cidade de que a fábrica de tecidos fornecia namoradas para satisfação do apetite de seus proprietários. O único caso provado se deu, precisamente, com Teodoro Ziesmer, quando marido de Evangelina. Ele reconheceu e registrou o filho, fruto de seus amores com uma “fabricante”, como eram chamadas, àquele tempo, as tecelãs. Relação que suscitou versinho muito divulgado na cidade, à época do acontecimento:

Quem tiver suas filhas moças
Não bote na fiação
Tão ficando barrigudas
Com a quentura do algodão
Brevemente vai nascer
Raciado de alemão.

Segundo se espalhou, naquele tempo, Ziesmer foi severamente repreendido pelos outros sócios por conta da atitude que destoava das normas vigentes: “Isto é uma cachorrada”. Ao que teria respondido: “Cachorrada, mim já encontrou aqui quando chegou”.

Vicente Loiola

“Não queiras saber da imprensa, livra-te da política, prefere a morte à desonra. Assim servirás a teu Deus, à tua Pátria e honrarás os teus pais.” (Vicente Loiola em *O Rebate*, Natal de 1908).

Quando descrevi o perfil do áspero Deolindo Barreto, jornalista sobralense, fuzilado em plena luz do dia no prédio da Câmara Municipal, João Calmon, em tom carinhoso, paternal, perguntou por que não elegera tema personalidade nacional que daria mais espaço, maior repercussão a meus livros. Ele dizia isto porque, apesar de amigo, estava longe de saber de minha bitola.

Gente da velha aristocracia da terra questionou a escolha do personagem. Se queria escrever sobre um colega sobralense, ficasse com Vicente Loiola que, apesar de adversário do grupo político deles, não era tão agreste. Era muito mais letrado, era um estilista. Realmente, escrevia bem. Lia muito pelo que se pode ver das requisições, feitas às bibliotecas dos clubes sociais da cidade. Já Deolindo, educado na escola da vida, no seringal de Humaitá, nas sombrias oficinas de *A província do Pará*, era a ganga impura. Uma força da natureza que pretendia apenas se comunicar. Se era entendido, o resto se danasse. Queria era mudar o mundo, com a força da palavra. Como tal, não tinha limites. Os únicos, que seria forçado a aceitar pouco depois dos quarenta anos, seriam os saídos da boca de quarenta revólveres vomitando fogo contra ele, quebrando a bala a coluna vertebral que se não dobrara aos poderosos do céu e da terra.

Ainda está por escrever a biografia de Vicente Loiola, intrépido guerreiro contra a oligarquia Nogueira Acioly no Estado e contra

seus aliados na cidade, os juízes José Saboya e Clodoveu Arruda e a já poderosa família Ferreira Gomes.

Sua história é saga de pugilista pobre, de lutador solitário cuja única arma era a pena com a qual desafiava os poderosos do interior. Sua vida é uma sucessão de espancamentos, de agressões físicas. E quando a saúde não mais lhe permite receber pancadaria, é vítima de processos iníquos, atormentando a agonia de um moribundo que precisava de medicação forte e constante, dentro da rede, em que era conduzido, para enfrentar o júri.

Caixeiro de loja, tomou gosto pelo jornalismo ainda em *A Ordem* de José Vicente França Cavalcante, depois no *Itacolomy*, de Waldemiro Cavalcante, sucedido pelo *Correio de Sobral*, onde sofreu sucessivas humilhações dessas que afligem os que querem ser donos do próprio nariz, até montar *O Rebate*, que sustentou, durante mais de doze anos, com a simpatia dos democratas, dos rabelistas.

Sei que já em 1901 aparece nos jornais, sendo demitido do emprego de conferente da Estrada de Ferro de Sobral. No mesmo ano, é esbordado pelo parnaibano Constantino Correia que fez política em Viçosa do Ceará e em Sobral no começo do século.

Em 1907, é surrado, impiedosamente, em praça pública, pelo procurador da Câmara Municipal, Cesário César Ferreira Gomes.

Em 1908, são dois policiais que o espaldeiram dentro de casa. Ano seguinte apanha do próprio delegado, Vicente Ferreira de Paiva, nas oficinas do jornal. É freguês tão frequente de espancamentos que, no exercício do mandato de deputado estadual, se refugia numa fazenda quando da deposição do presidente Franco Rabelo a cujo governo dava sustentação calorosa, temeroso de novas agressões. Continua, porém, um bravo. Até a morte. Não arreda pé da trincheira quando descobre um mínimo de condições, exatamente como dissera no início de 1909:



“Pequeno embora, o diretor desta folha não se dobra aos potentados nem treme de suas ameaças, por mais forte se anuncie a borrasca”.

Quando a saúde é preocupante, escapa de novas agressões físicas, não, porém, de humilhações morais. Num dos processos que sofre é pronunciado por velho inimigo, Cesário Gomes. Foi ele quem presidiu aos termos da formação de culpa e quem lavrou o despacho de pronúncia contra o jornalista. Apesar de atestado médico do irmão do juiz, Massilon Saboya, dando conta de sua invalidez, foi levado a depor, em audiência, no processo que lhe moveu o prefeito de Coreaú, exorbitância que suscitou violentas críticas do jornalista Antônio Drumond que então residia em Sobral e que pouco mais de dez anos depois seria assassinado na mesa da redação de seu jornal por um adversário.

A 27 de janeiro de 1912 Vicente Loiola vê iminente a vitória de sua aguerrida luta contra a oligarquia de Nogueira Acioly:

É preciso, povo de minha terra, que o monstro vá expiar lá fora os seus crimes, comer no exílio o pão amargo do condenado.

Pede-lhe contas, antes da partida dos dinheiros que te extorquiram, dos quinze milhões de francos por quanto te venderam ao estrangeiro.

De posse do que é teu, que ele detém indevidamente, então o deixa seguir, aponta-lhe o caminho do desterro - a ele e à sua tribo maldita.

Empunha na sinistra o látigo exterminador para expulsar o vilão e na destra o símbolo da paz e da vitória; e, após, confraterniza com todos os teus irmãos de sofrimento. (27 de janeiro de 1912).

A 1º de maio de 1914, abalado com a queda de Franco Rabelo e a possível volta de Nogueira Acioly ao poder, escreve no *Nortista* dos irmãos Craveiro Filho e Newton Craveiro:



Venho, tão somente, por intermédio do seu *Nortista*, dizer aos leitores de *O Rebate* cuja publicação interrompi bruscamente devido ao estado de sítio e à doença que, logo que o meu estado de saúde permita, voltarei à atividade de imprensa, embora desconhecendo a sorte que porventura me aguarda, nessa segunda etapa de minha vida de jornalista medíocre. Por ora, qualquer opinião me parece precoce, sobre o futuro agitado que se avizinha.

Ele, nesta época, ainda tinha por si o mandato de deputado. Mais temerário era Deolindo, sem imunidades parlamentares, sem a mesma gramática, que no mesmo dia começava a publicar *A Lucta*.

Ao morrer, aos 45 anos de idade, mereceu este necrológio de Deolindo Barreto:

O infortunado jornalista que de há muito, vinha sendo vítima da prepotência e da intolerância do marretismo que infelicitava esta terra, sofria de uma velha tabes que, apesar de trazê-lo sempre preso ao lar, não o impossibilitava do exercício de sua árdua profissão. Há dois meses, porém, devido ao capricho da desumana justiça de Sobral, que o arrastou numa rede, ao tribunal do júri, justamente num dos períodos mais agudos da pertinaz moléstia, agravaram-se sensivelmente seus padecimentos, colocando-o entre a vida e a morte, sob a pressão dos mais horrorosos sofrimentos físicos. O que não conseguiu a insidiosa moléstia em dez anos, alcançou em dois meses a perversidade de homens rancorosos e prepotentes, cuja febre de perseguição os leva até o crime.

Ao longo de sua tormentosa existência, Loiola ia ministrando lições de vida, na praça pública e nas colunas de seu jornal: “Um jornalista obscuro vale mais para uma sociedade sã que um facínora arrojado e audacioso”, escreve logo após haver sido surrado por dois soldados de polícia.

Quando percebe o entusiasmo com que um confrade de Camocim, em *A Palavra*, defende a candidatura do general Bizerril, apoiada pela oligarquia Nogueira Acioly, contra a de Franco Rabelo, adverte: “Cuidado, colega, jornal divorciado da opinião pública é jornal morto.”

Não se rala de inveja quando um concorrente local, *Nortista*, de Newton Craveiro e Craveiro Filho, descola nota preta com o empreiteiro Vicente Saboya, irmão do juiz, para aquisição de seu parque gráfico:

Viva lá o *Nortista* no esplendor de sua grandeza, levante capitais onde se encontre quem os empreste, propague a excelência de sua literatura de primeira água, exalte a sua popularidade, o acolhimento que lhe dispensa a opinião, as suas grandes tiragens, mas não lhe dê cuidado a nossa linguagem corriqueira e desataviada, a tuberculose de nossa cansada existência de lutador honesto e despretensioso.

Cordeiro de Andrade

Cordeiro de Andrade, o grande romancista sobralense, ainda não foi reconhecido como merece. Jornalista com *O Rebate*, viu-se condenado em processo que lhe moveram, pelo juiz José Saboya de Albuquerque, motivo por que deixou a cidade para sempre.

Em sua biografia, Padre Francisco Sadoc de Araújo assim retrata o quadro político em que viveu o mencionado ficcionista:



Se Dom José era o guia espiritual da cidade, no plano político salientava-se a liderança do Dr. José Sabóia de Albuquerque, notável magistrado, que pela posição de Juiz de Direito mantinha em suas mãos o comando maior da vida partidária. Dotado de vasta cultura geral e de muitos dotes oratórios, além de ser abastado fazendeiro e bem sucedido industrial, adquiriu extraordinário prestígio no seio da sociedade. Tinha todas as qualidades para não receber as simpatias do jovem rebelde contra os detentores do poder. Como era de esperar, entrou em conflito com a autoridade do Juiz, a quem atacou severamente nas páginas de seu jornal.

Clodoveu Arruda

Clodoveu Arruda deixou fama de homem culto e desbocado. Foi promotor, juiz municipal de Sobral sempre aliado de outro juiz, José Saboya, seu chefe político e por ele indicado Secretário do Interior e Justiça do governo Faustino de Albuquerque. Chegou a ser eleito deputado estadual pelo partido de Saboya, não tendo exercido o mandato por haver assumido a Secretaria do Interior e Justiça de 1946 a 1950. Era hipocondríaco até dizer chega. Mandou abrir buraco no muro de casa que dava para a do médico Guarany Mont'Alverne para este lhe verificar a pressão arterial quando a sentia elevada.

Ele não media palavras nem mesmo diante da figura sacral do Bispo Dom José Tupinambá da Frota. Quando certa vez alguém fez insinuação quanto à sua potência sexual, não hesitou um instante em chamar o testemunho da mulher: "Romélia, diz aqui, nós não demos uma essa madrugada?"



Cioso do vernáculo, exaltou-se ao ouvir orador, lendo discurso, falar de agapê com circunflexo no “ê”, ao invés de ágape.

“Ágape!”, gritou com um murro na mesa que fez estremecer talheres, pratos e copos.

Estava Clodoveu conversando com amigos à calçada de casa, com Guarany Mont’Alverne, Júlio Álvaro Coelho, Alice Rodrigues, quando chega um vendedor de livros que o interrompe. Muito encabulado, depois de dizer de seu objetivo, indaga: “Estou incomodando?”

Clodoveu nem pensou: “Está”. O vendedor se retirou vexado. Romélia criticou o marido que respondeu: “Ele perguntou se estava incomodando. Disse a verdade. Estava”.

Quando morreu, deixou inconsoláveis, além de familiares, os que frequentavam a “barraca” de conversa à frente de sua residência. Um desses amigos, Júlio Álvaro Coelho, correu para vê-lo e o abraçou, com tanta efusão, na rede em que se encontrava o cadáver, que ambos foram ao chão.

Explicações

“Clodoveu, o que quer dizer pederasta de que a gente tem ouvido tanto falar nos últimos tempos?”, indagou-lhe uma amiga.

Sem meias palavras, respondeu na lata:

“É o que tens em casa. Alguém como teu filho”.

Emilianinha Saboya, outra amiga, perguntou-lhe, doutra feita, o que queria dizer impúbere. Ele respondeu:

“Que ainda não tem cabelo”

A outra não entendeu:

“Então se trata de um careca”.



Aos gritos, explicou: “Não te trata de careca que não tem cabelos na cabeça. Impúbere se diz da mocinha que ainda não tem cabelos na boceta”.

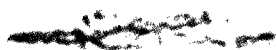
Já bem idoso, via passar por sua calçada mulheres trajando sumárias minissaias, mostrando, ostentando encantos físicos que, no passado, eram obrigadas a esconder. Queixando-se de impotência sexual, ele criticava o descompasso entre a virilidade e o desejo: “Deus não fez as coisas bem feitas. O tesão acabou, mas a ideia do priquito não me sai da cabeça.”

Oriano Mendes

Oriano Mendes, ou mais precisamente Antônio Oriano Mendes, nasceu a 27 de julho de 1881, filho de Francisco Mendes Carneiro e Ana Maria de Araújo e faleceu a 28 de dezembro de 1955. Foi pioneiro na instalação de luz elétrica com a Companhia de Luz e Força de Sobral, a primeira indústria de café moído, a torrefação São Paulo, em seguida com a Fábrica Santa Emilianinha que beneficiava arroz e algodão, a fábrica de mosaicos, de gelo e o Bar Vergniaud. Fundou o primeiro banco da cidade em 1924 com o nome de Banco de Crédito Agrícola.

Era conhecida na cidade a ascendência que sobre ele exercia a mulher, Emilianinha Saboya, a ponto de no sábado de aleluia, quando era “chamado para o pau”, os gaiatos indagarem no silêncio da madrugada: “Quem manda é o galo ou a galinha? Triste da casa onde a galinha canta e o galo cala.”

Ou então tentavam versejar, na mesma linha: “Oriana, Orianinha, nesta casa quem manda é o galo ou a galinha?”



Emilianinha

A mulher não era muito assídua à Igreja, mas se engraçou de Dom Mota que frequentava sua casa e era por ela adorado. Trajando vestido de linho branco, bordado a mão, alta, com porte nobre, voz inconfundível, se incomodou com os olhares que suscitou ao entrar na Igreja da Sé para missa a ser oficiada pelo Bispo Dom João Mota, a quem se afeiçoara. Sem conter a irritação ante a curiosidade despertada, exasperou-se e perguntou em voz suficientemente alta para ser ouvida pelos que se encontravam por perto: “Estarei cagada?”

Vendo, certa feita, o irmão Flávio Viriato Saboya passar diante de sua casa, em procissão, envergando a vestimenta de Irmão do Santíssimo Sacramento, ironizou: “Irmão do Santíssimo, intrigado com a própria irmã”.

Não gerara filhos, mas se encarregara da educação de gente modesta.

Emilianinha, ao receber notícias ruins dos estudos da filha Jocunda: “Vou trocar de nome. Vou me chamar Sebastiana porque estou toda flechada”.

Quando Jocunda fugiu com rapaz de Massapê onde ela, Emilianinha, tinha propriedades, ouviu da amiga Marfisa Mont’Alverne a indagação:

“O rapaz trabalha em quê?”

Empertigou-se para responder:

“Homem. Ele é apenas homem.”

“Seu” Costa

“Seu” Costa era oriundo de família humilde. Meu avô, o velho Chico Bento, chegou a matar porco no Morro do Moinho para assegurar o sustento da prole. A avó materna, Vitalina, precisou passar roupa, engomar para ajudar a manter a família, no tempo das vacas



magras. Alias, não havia vacas, nem magras, muito menos gordas. Era mulher que se fez comadre de gente importante a quem recorria para encaminhar os filhos. Apesar de tal nascimento, meu pai cultivava hábitos civilizados.

Lá em casa, sempre houve piano, embora ninguém se interessasse por aprender a tocar o nobre instrumento musical. E mobília antiga de jacarandá entalhada. Ele degustava rãs que, então, ainda não se chamavam rãs e, sim, jias, criadas ao pé do pote da jarra d'água para consumo nosso. Fabricava cerveja que, à falta de refrigeração, detonava as tampas metálicas no silêncio cavo das madrugadas.

Bem que ele tentou – e você verá a seguir – que eu fosse alguma coisa na vida. Até se esforçou. Em vão. Aos 7 para 8 anos, me fez subir ao palco da Casa Paroquial de Groaíras para ler discurso que escrevera. Logo mais, aos 9 anos, recebi dele caderno, de capa dura, para iniciar meu diário, que foi, como tenho dito, relato apaixonado, faccioso da campanha eleitoral de Jacinto Antunes à prefeitura de Sobral em 1947.

Levava-me às enfadonhas reuniões da Congregação Mariana e da Conferência dos Vicentinos. Sem esquecer as visitas que fazia à residência do erudito cego, Monsenhor Fortunato Linhares, que lhe falava dos tempos anteriores à separação dos continentes em que o mar banhava a serra da Ibiapaba, se bem me lembro. Pôs-me a estudar com os frades franciscanos alemães porque o estudo era bom e barato. Aos 15 anos, pretensioso como sempre fui, lhe pedi de presente de aniversário o grosso exemplar da Tréplica, de Carneiro Ribeiro a seu ex-aluno Ruy Barbosa, por conta da redação do anteprojeto do Código Civil. Lá em casa, foi ressuscitada a Academia Sobralense. Quando saí do Seminário, encontrei de volta ao lar régio presente que li, logo, curioso, algo escandalizado.

Eram as principais obras de Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, mais *Nordeste*. Viu, com simpatia,

minha subida ao palanque eleitoral de Chico Monte e Paulo Sanford, em 1954, para proferir discursos a favor da eleição de ambos. Em casa redigia, sozinho, o jornalzinho *O Reino de Cristo*, da Congregação Mariana. E me consegui com Adonias Carneiro, gerente do *Correio da Semana*, que ainda hoje circula, oportunidade de ali trabalhar e publicar, em final de agosto, o primeiro artigo assinado.

Era considerado bom orador popular dos tempos em que a garganta do orador era quem comandava o espetáculo, pois ainda não havia microfones nem alto-falantes. E se vangloriava de receber mais aplausos que um cara, de educação regular, excelente formação cultural do Seminário, Edgard Linhares, ainda hoje na moda nos meios educacionais. Gostava de contar o que o bispo dizia de suas intervenções: “Vem o Edgar e pronuncia conferência erudita, escorada em autores célebres. Depois o Costa dá uns três a quatro gritos e é quem recebe palmas.”

Eduardo Sanford

Antigamente, quando visitava Sobral, aproveitava um fim de tarde para visitar Eduardo de Almeida Sanford, em sua fazenda, ao pé da serra da Meruoca, e comer do doce de leite feito em casa, por sua mulher, dona Parentinha. Ele foi grande amigo de meu pai. Cedeu-lhe terreno para ele erguer casa de campo, às margens da Cachoeira, onde passávamos temporadas de férias. Foi ali que li, em voz alta, na falta do que fazer das longas tardes calorentas, *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Primo de Chico Monte, com ele se desentendeu e foi, várias vezes, candidato de oposição ao parente. Houve, porém, um tempo em que percebeu o quanto era usado pelos adversários de Chico: “Na campanha, sou gabado, sou o tal, aquele velho macho. Quando perco a eleição, ninguém me dá mais bolas. Sou, apenas, um macho véio”. Conta-se que, certa vez, Eduardo recebeu a visita de Juliano Leite. Todo vaidoso, foi mostrar ao visitante seu plantel de vacas leiteiras. Não poupava elogios a cada uma delas: “Esta ali dá seis litros. Aquela, acolá, dá sete, aquela outra, chega a dar até doze litros”.



Juliano ia fazendo as contas de cabeça. Quando, por fim, quis saber quantos litros Eduardo recolhia por dia, ouviu resposta que não conferia, no total, com as informações parceladas e entusiasmadas do dono da casa. Aí, balançando a cabeça, comentou, irônico: “Eduardo, suas vaquinhas são muito boas, separadas. Juntas, porém, não sei, não [...]”

João Lycio Soares

Houve época em que o jornalista João Lycio Soares desfrutava de tanto prestígio na sociedade sobralense que inspirou até paródia à letra da música *Doutor de anedota e de champanhota*, de Billy Branco, que estava muito em voga, à época.

Doutor da língua grande
Diretor do diva (departamento da vida alheia)
estou acontecendo lá no bar Antártica
Agora estou somente contra o homem de preto
Dos 10 mais elegantes estou também
Adoro a Tobiba
Só pesco em Mocambinho
Decididamente sou gente bem
Ando com o Gastão
Que é também Portella¹ Guiomares e Alices² falam bem de mim
Sou até citado
Lá na casa do Toim³.
E quando alguém pergunta:
Como é que pode?
Papai de *black tie*
Jantando com Vilemar⁴
Embora seja pronto
Como é que pode
“Panário”⁵
Depois eu conto.

¹ Jornalista, correspondente como ele de órgãos de comunicação da capital.

² Guiomar era viúva de Moacir Mendes e avó da senadora Patrícia Saboya Gomes.

³ Toim era o apelido de Antônio Rodrigues Almeida, dono de cartório.

⁴ Vilemar Arruda.

⁵ Ao fundo alguém chamava o apelido “Panário”, que vinha de pernas de canário cuja finura chamava a atenção nos jogos de futebol.

Panário

Conta-se que, vindo a Brasília, Zemonte (José Borges de Almeida Monte) conheceu, em casa do conterrâneo José Lycio Aguiar, Fernando Henrique Cardoso, que vinha de ser eleito presidente da República. Tentou, por todas as maneiras, descobrir ponto em comum com o político paulista para alimentar conversa. Falou de seu tio Chico Monte, de seu adversário José Saboya, do Bispo Dom José e nada. A certa altura ficou feliz em descobrir que FHC sabia da existência de José Parsifal Barroso, genro de Chico Monte, marido de sua prima Olga Monte Barroso. O papo não prosperou. Zemonte refugiou-se em seu mundo e informou:

“Em Sobral, há um jornalista apaixonado pelo senhor”.

FHC afivelou ao rosto máscara de simpatia e indagou: “Ah é?”. Tentando manter o interesse do interlocutor, Zemonte completou a informação:

“É o João Lycio Soares”.

Claro que o político paulista ignorava solenemente tal personalidade para desgosto de Zemonte, que tentou esclarecê-lo:

“O senhor não conhece? Não me diga. É o João Lycio, presidente. O Panário”.

Não adiantou.

Antônio Frutuoso da Frota Filho

Antônio Frutuoso formou-se em ciências jurídicas e sociais no Ceará, onde construiu nome respeitado na advocacia, no ministério público e na magistratura. Passou, com brilho, pela vida pública, que integrou com apoio de Dom José, pois se elegeu deputado estadual.



No conceito popular, entretanto, o que deu fama a Frutuoso foi sua relação com o dinheiro. Considerado muito parcimonioso nos gastos, isto lhe gerava antipatias e folclore. Inventavam-se muitas histórias, inspiradas em seu pão-durismo. Algumas totalmente inverossímeis, mas bem engenhosas.

Ficou famoso por cobrar, pessoalmente, todos os dias, os aluguéis de seus muitos imóveis, pelo receio de calote dos inquilinos.

Tal postura gerou, como dissemos, muitas lendas.

Uma delas a do amigo a quem ele convidara para um almoço, durante o qual só foi servido pão. E depois, algumas bolachas. Antes, porém, de quando em vez, a empregada doméstica vinha a ele indagar: “Posso soltar o peru?”

Acendeu-se de esperanças gastronômicas o convidado, mas o peru foi libertado para catar as migalhas de pão e bolachas espalhadas sobre a mesa e não para ser sacrificado ao apetite dos dois.

Outra brincadeira desse tipo é que abria, às vezes, o cofre de casa só para ficar contemplando os montes de cédulas de seu dinheiro. E também manteiga ali guardada para evitar seu consumo desmesurado.

O dono do Grande Hotel, João Maranhão, sensibilizava-se pela gentileza com que era cumprimentado por Frutuoso quando o encontrava ao passar por sua casa e se animou a lhe pedir empréstimo. Empréstimo negado em virtude das dificuldades financeiras em que vivia o hoteleiro. Mas de maneira muito gentil.

Ao ser abordado por João, Frutuoso, imediatamente, se propôs a atendê-lo desde que cumprido um insignificante “porém”: “Claro, estou inteiramente à sua disposição. Peço, porém, que antes disso vá à tipografia do Luiz Aquino, adquira lá o papel correspondente para assinar, depois de passar pelo Chagas Barreto e, depois, pelo senhor

Bispo Dom José, e lhe pedir também deitar ali o autógrafo. Dar-lhe-ei o dinheiro que desejar”.

Como mencionado, o advogado Antônio Frutuoso era mesmo conhecido pela parcimônia nos gastos. Numa campanha na qual geralmente os candidatos imprimiam e distribuíam milhares de chapas eleitorais, como volantes de propaganda, ficou a lenda de que ao ser abordado por um leitor, pedindo alguma para divulgação de sua candidatura, lhe deu uma só. Como o outro insistisse, pois só em casa possuía cinco votos, entregou-lhe, então, mais quatro chapas.

Seu amor ao dinheiro inspirava anedotas como a de que, durante a eleição, abriu o cofre para tirar o necessário à campanha, dialogando com a personagem que ilustrava cada cédula sobre as desvantagens de deixar o conforto e o resguardo onde se encontravam.

Frutuoso também era irredutível na fixação de preços de gado que vendia. Quando dizia que a vaca custaria quinhentos mil réis, não adiantava insistir. Ele não cedia. Sabendo de seu amor ao dinheiro, os espertos pediam: “Está certo que o senhor não queira vender. Agora, guarde quatrocentos mil réis enquanto vou à feira fazer compras, para eu não gastar tudo, por seu obséquio.” Era tiro e queda. Na volta, para não tirar o dinheiro do bolso, onde já fora guardado, fazia o negócio com o desconto pedido.

Deolindo Barreto

Guerra a Deolindo: a grande separação (1919)

Na campanha eleitoral para a presidência do Estado, em 1919, estabelece-se a grande separação entre padres que formaram com a candidatura “católica” de Belizário Távora, apoiado pelo clero, e, especialmente, por seu primo Padre Leopoldo Fernandes, diretor do *Correio da Semana*, e Deolindo Barreto Lima, diretor de *A Lucta*, que, até então, buscara uma aliança com a Igreja e com seu líder máximo,

Dom José Tupinambá da Frota, e que defende o “maçom” Justiniano de Serpa.

A paixão era tão intensa que na edição de 23 de novembro de 1918, em três colunas, com fotografia, o jornal da diocese publica sentido necrológico de Georgina Távora, filha do “nosso eminente amigo” doutor Belizário Távora, falecida há um ano. E por coincidência, notícia na mesma edição que o Padre Leopoldo fora nomeado professor de aritmética e álgebra do Liceu. Dia 22 de novembro, a vibração familiar era maior. O *Correio* divulga foto em duas colunas do primeiro bispo de Caratinga, Carloto Távora, e critica *O Rebate*, que ousara fazer reparos ao deputado Fernandes Távora e a seu tio: “O Dr. Belizário Távora não pediu a ninguém para ser presidente do Ceará e se seu nome foi lembrado pelo chefe da nação é que não lhe falta capacidade para o cargo de presidente do estado”, [...] “E, decerto, não lhe seria muito vantajoso trocar a posição que goza no Rio e o sossego de sua vida pela atropelada presidência do Ceará”.

A 20 de dezembro, volta as baterias para rechaçar críticas de *A Lucta* a seu engajamento partidário, todo ele protegido por razões eclesiais e confessionais:

Sacrílegaseria posição, se arvorássemos a bandeira, em defesa de um candidato decididamente inimigo da religião “maçom ativo”, desprezando um nosso fiel amigo de todos os tempos. Isto sim, seria um sacrilégio, um escândalo. A tanto não nos leva, a nossa dignidade, os nossos princípios católicos que colocamos muito acima do partidarismo enervante.

Dá para prever, com antecipação, que o “maçom” Justiniano de Serpa, apoiado pelo presidente João Tomé, seria o vitorioso no Estado.

Precavidamente, a 17 de abril de 1919, o jornal dos padres põe esperanças no poder verificador, a “apuração”, para elucidar com as devidas reservas e cuidados o que houve de verdade e de falso na eleição de domingo passado. Admite, é claro, que, em Sobral, a eleição realizou-se com calma e regularidade, havendo comparecido às urnas 800 eleitores dos 1.200 e tantos que constam no município. Nas duas seções eleitorais, foi este o resultado: doutor Belizário Távora, candidato oposicionista, 406 votos; doutor Justiniano de Serpa, candidato governista, 390.

Quem apoiou Chico, um dos cavalos de batalha de *A Lucta*, em 1922, foi a denúncia da morte do tenente Castello Branco por seu inimigo Chico Monte, prontamente absolvido pelos juízes sobralenses, seus fiéis correligionários.

Talvez se possa até falar de alguma simpatia pelo homicida quando Deolindo critica “as tendenciosas notícias” de *A Ordem* e do *Correio da Semana* procurando “atirar para o tenente Castello Branco a autoria de degradante cena de sangue que manchou os nossos foros de cidade civilizada, no dia 7 do fluente”. Ele lamenta o morto e o outro que “aí está, contorcendo-se de dores, coberto de sangue e nodoadado com o terrível anátoma de assassino”.

Procura minimizar a responsabilidade de Chico Monte, preferindo atribuir a autoria intelectual da morte a seus chefes políticos. Chega mesmo a apelar para a minorante de sua idade:

Francisco Monte, o autor material do delito, é um rapaz muito moço ainda, bastante destemido e de um temperamento ardente. Por simples *sport*, costumava provocar conflitos para exibir sua coragem e ligeireza. E a transferir culpa para seus amigos:

Pela sua mocidade, pela sua inexperiência, pela sua propensão às lutas corporais, pelo seu destemor, pelas suas condições de família, pela sua evidência partidária, precisava de amigos sinceros que o aconselhassem e o desviassem do caminho sinuoso que palmilhava, de autoridades criteriosas que reprimindo suas pequenas faltas, secundassem os conselhos dos amigos, convencendo-o de que aquele caminho não o levava a bom termo.

Aí A Lucta aponta os que considera verdadeiros culpados:

Ao invés disso, encontrou políticos sem escrúpulos que lhe exploraram o destemor e o impeliaram para o crime, encontrou delegado de polícia que lhe abraçou e felicitou pela perpetração de um crime, encontrou juízes que, deixando impunes outros crimes e lhe dispensando toda a consideração e amizade, o estimulou ao insondável abismo em que se acha e que todos irremediavelmente lastimam.

Deolindo diz claramente que a responsabilidade do homicídio se deve à justiça local, à polícia e “a certa imprensa sem escrúpulo que chegava a elogiar tais faltas”.

Em outubro de 1922 volta ao assunto em meio a artigo sobre a hostilidade do clero local. Ainda assim, não menciona Chico Monte. Prefere atacar o doutor José Saboya:

A quarta autoridade civil que atacou foi sempre o juiz de direito que absolveu um amigo, que com uma fria e perversa punhalada abateu,

numa das praças mais movimentadas de Sobral, um moço pai de família, uma autoridade pacata no fiel cumprimento de sua obrigação, fato hediondíssimo que não mereceu sequer uma palavra de condenação do jornal do Exmo. Sr. Bispo.

Por sua vez, a 11 de novembro de 1922, o *Correio da Semana* se congratula com os magistrados da terra que absolveram o vereador sobralense. O título da matéria é notória provocação: “Doeu?”.

Pois se quiseram curar a dor com mais “independência e altivez”, queixem-se não do marretismo do *Correio*, que isto é chapa velha que não lasca mais nada, mas da marrética unanimidade de votos do supremo tribunal da relação de Fortaleza.

Desta combinação de pareceres entre a relação e o juízo singular de cada um dos nossos magistrados – pouco importando a cor política, aliás, bastante mesclada, dos nove – nasceram os parabéns e as admirações afetuosas do nosso fidelíssimo jornal.

Bispo sem política

Apesar de tudo isso, a 25 de novembro de 1922, ao lado de pressões sobre os democratas para que abandonem o jornalista aliado à própria sorte, o *Correio* se esforça, contra todas as evidências, por negar a militância político-partidária do bispo:

O Sr. D. José – desde o primeiro dia do seu paroquiato, como vigário de Sobral, até as últimas descobertas de Deolindo Barreto, já manifestou, em

público ou privadamente, ter espírito partidário? Já ajudou de qualquer modo com palavras, com insinuações, com dinheiro, etc., a algum partido político de Sobral, ou de fora? Não terá o Sr. Bispo energia bastante para fazer respeitar a sua vontade na confecção do seu jornal?

A 16 de dezembro de 1922, vendo inútil seu esforço de afastar o jornalista do seu partido, seu tenaz adversário, Padre Joaquim Severiano, admite uma concessão: demiti-lo do emprego, arranjar-lhe outro longe de Sobral.

A guerra do descrédito

Na Praça do Mercado, os inimigos de Deolindo espalham que ele não paga aluguéis da casa onde mora à Rua Padre Fialho, nº 2, de propriedade do Monsenhor Fortunato Linhares que a teria pedido. Isto mexe com os brios do jornalista, principalmente porque a calúnia chega ao conhecimento de seus filhos. Era mais uma etapa da desmoralização do seu nome.

Por isso, *A Lucta* publica a seguinte declaração do grande historiador sobralense:

Declaro que o Sr. Deolindo Barreto, que ocupa a casa de minha propriedade, à Rua Padre Fialho, foi sempre pronto e correto no pagamento dos aluguéis da mesma, fazendo isso com muita pontualidade no fim de cada mês. Fica esta declaração como protesto do que disse um pequeno meu tutelado a um seu filho. Sobral, 2 de outubro de 1922. (Monsenhor Linhares).

Em meio a uma luta terrível, o jornalista tem de perder tempo com tais ninharias, preocupado em manter, perante a família, a imagem de sua correção.

Guerra a Deolindo Barreto: polêmica

A frustração da derrota política azeda a pena dos ministros de Deus.

O *Correio da Semana* quer, agora, mudar o temperamento irônico, zombeteiro, algo debochado de Deolindo Barreto. Adverte *A Lucta* para que não use o nome do bispo em suas brincadeiras. Nega, no entanto, a intenção de lançar os católicos contra o jornal democrata.

O ódio, latente, porém, é tão intenso que a 30 de julho de 1921 justifica o lançamento de boletim virulento, cheio de injúrias e calúnias de Euclides César contra o prefeito e contra a vida particular de seu secretário, o jornalista Deolindo Barreto. – O libelo é tão forte que o autor só autorizou seu lançamento depois de se sentir seguro, no porto de Camocim, a caminho de Fortaleza. A repercussão é tão negativa que, a 13 de agosto, o jornal se sente na obrigação de justificar-se por sua atitude.

Depois, não mais se contém. Inicia, oficialmente, a guerra contra Deolindo Barreto. O *Correio da Semana* endereça carta aberta aos dirigentes do Partido Democrata, solicitando “as necessárias providências no sentido de moderar o zelo perigoso e prejudicial deste diligente empregado.” Atente-se para o fato de que Deolindo ainda não era ateu, inimigo da religião, nem mesmo líder dos democratas; apenas um subalterno que se excedia no exercício de suas funções. Trata-se de jogada política que a ninguém escapa. Por isso, os padres são colocados na defensiva.

A 20 de agosto de 1921, editorial, sob a inicial Z, aparentemente da autoria do Bispo Dom José, tenta explicar a posição do clero: “Como católico que somos, preferimos o candidato ao outro, viesse

ele por intermédio de quem fosse, prejudicasse embora os interesses do partido político a que pertencem os de nossa família. E aplaudimos a candidatura Belizário.”

Dom José procura, em vão, livrar-se da acusação da militância político-eleitoral:

Que mal vai nisso, se o jornal não se peja de ser católico e coloca os interesses religiosos acima dos interesses meramente políticos? Incidentalmente, acontece que Belizário tinha um parente na redação deste jornal, mas, se o parente do redator fosse outro, o *Correio*, como católico, não devia se ter esforçado por sua eleição?

O jornal reserva tanto espaço para suas explicações e para ataques ao diretor de *A Lucta* que deixa claro o quanto o incomodavam as acusações sobre seu engajamento político.

Impaciente, a 3 de dezembro de 1921, o *Correio da Semana* decreta:

“Deolindo Barreto é ateu e pornográfico.”

Era uma sentença.

A 10 de dezembro de 1921, explica o pouco que lhe importa a pessoa de Deolindo Barreto. E volta a dizer que não se move por razões políticas:

Não é um motivo político o que nos impele a irmos ao encontro do Sr. Redator d'*A Lucta*. Seria pretexto fútil semelhante alegação. Que interesse partidário nos moveria para tão inglória contenda? É o Sr. Deolindo chefe político? Dispõe de algum grupo de eleitores onde pudéssemos colher algum proveito? Exerce alguma influência social no seio dos partidos? Goza de prestígio

junto aos governos? Será capaz de nos prejudicar em quaisquer pretensões políticas que porventura viéssemos ter? Tem o seu jornal diminuído as hostes adversárias e aumentado as fileiras do seu partido? Absolutamente não.

Apesar de tão menosprezado, Deolindo incomodava. Por isso, o ano de 1921 termina com o jornal pressionando o próprio dono, o bispo, para que execute a sentença. Condene o jornalista. E criticando “a paciência da autoridade, zeladora do nosso credo religioso.”

O duelo

Os democratas conseguem, afinal, a nomeação de um policial famoso, por suas lutas contra os cangaceiros do sul do Estado, para chefiar o destacamento policial da cidade e conter um dos mais ferozes cabos eleitorais do juiz José Saboya, o vereador Francisco de Almeida Monte. Logo no domingo seguinte à sua chegada, este provoca o policial e ambos travam, na principal praça da cidade, a do Mercado, duelo mortal do qual o tenente Antônio Castello Branco sai, contendo as vísceras que se evadem, para expirar nos braços da dona do Hotel do Norte, Dondon Ponte, líder dos democratas e que o estimulara a agir contra o assassino.

A tragédia é noticiada ligeiramente pelo jornal da diocese, que prefere dar ênfase aos ferimentos do assassino, o que será cobrado insistentemente por Deolindo Barreto, em *A Lucta*. A absolvição de Chico Monte, defendido pelo Monsenhor Fortunato Linhares, firmada pelo juiz municipal Clodoveu Arruda, ratificada por seu superior, José Saboya, e, posteriormente, pelo Tribunal de Justiça sobre o qual este possuía ascendência, é, porém, saudada com entusiasmo. Deolindo Barreto percebe que o próximo alvo será ele, inimigo jurado de Chico Monte.

A blasfêmia

Antes que isto seja possível, os padres armam, então, o golpe da blasfêmia que ninguém ouviu, ninguém viu e que teria sido proferida por Deolindo Barreto, ao saber da aposição da imagem do Cristo Crucificado no salão do júri, assinalando a conciliação do bispo com seu rival, o juiz José Saboya, e saudada, então em discurso, por seu fiel amigo, o juiz municipal Clodoveu Arruda, também alvo dos ataques de *A Lucta*. O jornalista teria dito na oportunidade: “Cristo vai responder pelo defloramento de Maria Madalena.”

A denúncia é do Monsenhor Lira Pessoa, monarquista exaltado, defensor da criação do Partido Católico e inimigo fervoroso dos micróbios, em artigo, publicado no *Correio* e em *A Ordem*, sob o título “Repto de honra”:

“Depois de cumprimentá-lo, perguntei-lhe se ele tinha dito que a imagem do Crucificado passara das mãos de um patife (ou bandido) para as mãos de outro patife.”

Era uma provocação clara a que Deolindo, ingenuamente, se entrega, respondendo com uma velha piada:

“Não disse isso. Disse coisa pior.”

“O que foi?”

“Disse que Cristo ia responder por crime de defloramento”. E acrescentou: “Isto são palavras.”

Monsenhor Pessoa reconhece que não protestou, no ato, sob a alegação de ter se aproximado de ambos um cidadão que não queria tomasse parte na conversa. E, no final da provocação, embute outra armadilha fácil para quem sabia da hostilidade do jornalista aos dois magistrados da terra:



Se o Sr. Deolindo Barreto se atreve a negar que me disse que o Cristo ia responder em júri pelo crime de defloramento, e aí entendeu que eu o caluniei, afirmando que o senhor me disse, assim como afirmei e afirmou, neste caso peço-lhe que me chame aos tribunais de justiça; que me processe por meio de calúnia e depois, se eu for condenado por sentença judicial, o senhor terá o direito de me chamar caluniador. (16.10.1922).

Logo surge a ideia de reunião de fiéis na Igreja da Catedral da Sé, sob a presidência do bispo, para desagravo de Nosso Senhor Jesus Cristo e fuzilamento moral de Deolindo Barreto.

Antes que a reunião-comício se realize, o jornalista, que morava próximo ao templo, temeroso do resultado da exaltação de ânimos, distribui, na cidade, boletim, responsabilizando José Saboya, Clodoveu Arruda e o Padre Leopoldo pelo que viesse a sofrer em sua vida e em sua propriedade.

Temerariamente, o bispo garante ao presidente do Estado que o jornalista não está ameaçado de morte:

Exmo. Sr. Presidente do Estado: Jornalista Deolindo Barreto acaba soltar boletim declarando haver requerido garantias vida, propriedade contra possível desacato parte católicos sobralenses. Afirmo V. Exma. ser tudo inexato. Trata-se reunião católicos contra insultos e blasfêmias proferidas citado jornalista que, disse, Cristo iria responder júri por crime defloramento. Atenciosas saudações
- Bispo de Sobral.

Condenação da Igreja

Dia seguinte, após a reunião-comício, sai a condenação. Mais precisamente, a instituição, pelo bispo de Sobral, de um novo pecado mortal, ler ou assinar *A Lucta*.

Deolindo Barreto está condenado e pressente que a Morte se aproxima. Vai morrer a faca ou a bala, mas vai morrer, razão pela qual o desespero dele se apossa e o impele ao maior destempero verbal. Não mais se detém diante de nenhum limite.

Os padres, por sua vez, precavidamente, não recorrerão apenas às forças celestes para bater o inimigo.

Eles mobilizam o que podem contra o jornalista. Junto com membros da Conferência Vicentina, do Apostolado da Oração, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Guarda de Honra do Coração de Jesus assinam manifestos de solidariedade ao bispo, devidamente publicados em sucessivas edições do jornal católico.

A pressão sobre os democratas se exerce tão intensamente que provoca irado protesto de um primo do bispo, o juiz da Palma (hoje Coreau) Olavo Frota:

Não permito, jamais permitirei, que força ignóbil e vilmente, canalha e cinicamente, covarde e hipocritamente, a recusa de assinatura a um protesto de dubiedade religiosa, feito pelo meu digno, honrado e idolatradíssimo pai Estanislau Lúcio F. Frota, varão que tem norteado a sua preciosa existência pela retilínea sagrada do direito de justiça e da razão [...] cidadão que nunca recusou o apoio da sua assinatura às causas sacrossantas dos interesses pátrios, religiosos e familiares.

Apesar de tudo, a proibição não parece funcionar. O jornalista continua editando o jornal agora amaldiçoado, com o mesmo número de assinantes, exercendo seu emprego, desfrutando do mesmo prestígio. Além do mais, ele está de cima. Apóia o governo Justiniano de Serpa, alvo da violenta campanha do bispo e de seu jornal de que todos ainda estão lembrados.

Montagem

Segundo o Padre Lira Pessoa, a frase banal e de mau gosto “mais pareceu um berro de um desesperado do que uma sentença de um homem sensato.”

Ele explica que o Padre Leopoldo só não fora o autor da denúncia porque se encontrava envolvido, até o pescoço, na política:

Reservei, para mim, sob a minha responsabilidade, lavrar aqui este protesto contra a ignominiosa blasfêmia, para que não se encontre brecha nesta expressão de todo o meu horror, atribuindo-se a tão malsinada política do redator do *Correio*.

O exagero era tal, a montagem tão clara que, depois que os marretas já haviam conseguido levantar a beataria contra o jornal democrata, o Padre Joaquim Severiano, no sermão proferido na reunião-comício da Sé, reconhece que seu colega, Monsenhor Lira Pessoa, fora à casa do diretor de *A Lucta* saber se ele realmente dissera a piada.

Severiano procura justificar por que Lira passou o escândalo para as páginas do *Correio* e do jornal conservador *A Ordem*. De início, reconhece que “o doloroso acontecimento não ultrapassou as raías de uma palestra.” E fica sem jeito ao explicar por que fizera tamanho escarcéu:

“Para que divulgar pela imprensa aquilo, que de tão baixo e vil, apenas chegaria a circular nas ruas desta cidade, e onde deveria morrer para honra e renome de Sobral?”



Havia, porém, os interesses do Partido Conservador aos quais se unira o bispo. É o que o Padre Joaquim Severiano confessa, com todas as letras:

“[...] Duas razões ponderosas justificam esse nosso alvoroço de piedade cristã: A primeira é a cotação do blasfemador no meio em que vive, prestígio cuja fonte não vem ao caso indagar.”

Depois de dar ênfase e mostrar preocupação com o “empregado do Partido Democrata” que pretende destruir, em seu sermão, o Padre Severiano acrescenta mais uma justificativa:

“A segunda é o fato de se dizer o insulto, não a um camarada de pagodes, mas a um sacerdote respeitável e venerando, não só pela sua idade, como principalmente pelas suas virtudes, inconcursas e reconhecidas por todos nós.”

Novo pecado mortal

Pior são as explicações a que os padres ficam obrigados. Numa delas, publicada na edição de 7 de outubro de 1922, fica clara a montagem da farsa graças à confissão do Monsenhor Lira Pessoa admitindo que “realmente, alguns dias depois da reposição da imagem do Cristo Crucificado no salão do júri, procurara Deolindo em casa. Não o encontrando, fora ter com ele em seu emprego na Câmara.” Deolindo confirmou a piada ao padre que não prosseguiu na conversa porque chegou um terceiro “que não queria tomasse parte na conversa.” Por que, até então, se o assunto era tão sigiloso, sua posterior divulgação e a consequente condenação do jornal que não a divulgara?

Na própria edição de 9 de outubro de 1922 na qual divulga a condenação de *A Lucta*, o *Correio da Semana* mostra suas dúvidas em sua eficácia:

“É loucura – senão rematada e petulante ignorância – querer

recalcitrar contra o princípio da divina autoridade dos Bispos católicos e pavonear-se de adepto da religião de Cristo.”

Reconhece a resistência dos católicos democratas à assinatura de manifesto contra o jornalista condenado:

E, grande maldição! ainda encontraram-se, por entre ilustríssimos representantes desta cidade e deste povo, figuras de inegável relevo social, que negaram o seu nome e a sua presença, requeridos para um completo e formal desagravo à veneranda pessoa do Bispo sobralense, desacatado na sua própria terra natal, pelo jornalista confiado.

Esta negação de nome e esta ausência de pessoas importantes numa revoltante conformidade com os dizeres do jornalista que passou a valer melhor no conceito dessa gente, que fugiu ao desagravo.

Naturalmente julgaram que, em verdade, a coisa era mais ou menos, como afirmara o jornalista amigo, tínhamos pela frente um Bispo que, desmentindo o belo conceito de quantos outros saídos desta nobre terra, tomara-se um politiqueiro vulgar, mais do que isso, um politiqueiro sacrílego que abusava do seu Pontificado divino. Pelo menos, uma triste vítima inconsciente dos politiqueiros da terra.

Pressão

Em várias edições sucessivas, o padre e jornalista Joaquim Severiano se queixa de que a condenação de *A Lucta* não funcionou, não obteve os resultados pretendidos. Pior, reconhece o padre a 23 de dezembro de 1922: os democratas estão irritados com o facciosismo do bispo:

Alerta, católicos. Já começaram as devoluções do nosso *Correio da Semana* e conta-me, de fonte segura, que há por aí uma forte propaganda - feita por pessoas que tanto amam o seu partido democrata, quanto aborrecem a nossa religião católica com o fim maligno de arranjar devolução de assinaturas do nosso jornal.

Passa recibo de que, no dia seguinte à condenação de *A Lucta*, andava Deolindo Barreto “desassombradamente, como um macabeu, pelo mercado público, pelas lojas e casas de seus numerosos assinantes, armado com papel e lápis, a fazer a nota dos que lhe ficavam solidários”.

Neste, de sérios e honrosos para a continuação de um jornal condenado pela religião destes mesmos católicos - houve terrível falta de lógica, tanto em Deolindo como naqueles que lhe aceitaram o convite de amizade.

Todo o tipo de pressão passa a ser exercido pelo bispo e pelo clero sobre os católicos democratas. *A Ordem*, com empostada beatice, também quer que eles sejam isolados da comunhão dos santos. Os padres chegam a ameaçar negar o sacramento da comunhão ao chefe situacionista, José Alarico Frota, se ele persistir apoiando o jornal do partido. A folha conservadora deseja que ele e outros sejam excluídos da Ordem do Santíssimo.

Em Granja, o vigário, Monsenhor Vicente Martins, então líder aciolino, posteriormente prolífico e descuidado historiador, recolhe exemplares de *A Lucta* das mãos dos assinantes e até os ainda não entregues, em posse do agente dos Correios, para devolvê-los.

Correio quer que *A Lucta* seja privada de sua fonte de renda, como jornal de maior circulação, a publicação de atos oficiais:



Se os homens que nos dirigem a política desta terra tivessem compreensão mais segura dos deveres da Autoridade e dos direitos do povo, decerto, não consentiriam que os atos do governo local nos fossem comunicados por intermédio de *A Lucta*.

Ou então:

“Se não servem os dois jornais limpos da cidade, *Correio e A Ordem*, que as mandem para o *Correio de Massapê*”, município vizinho.

Explicação

Ainda assim a posição política do clero resta mal explicada. O Padre Joaquim Severiano (ou o próprio bispo, usando seu nome) se sente na obrigação de endereçar, via *Correio da Semana*, carta aberta ao sobralense Paula Rodrigues, chefe democrata no Ceará, onde procura esclarecer por que se o clero, inclusive o bispo, “se parece hoje com um marreto, foi pelo esquisito sistema político, adotado por certos representantes do situacionismo local.”

A correspondência é interessante por explicar por que o bispo passou a formar, firmemente, com o doutor José Saboya e seu partido:

À proporção que, por alguns dos seus representantes de mérito, éramos (O Bispo e o clero) enxotados, delicadamente, dos arraiais democratas – onde militavam os nossos irmãos e parentes – encontrávamos, do outro lado, os simpáticos cumprimentos, as honrosas deferências, os francos e generosos acolhimentos, os espontâneos favores, as palestras amistosas, as atenções e o respeito desta outra gente, também vitimada pelos desaforos e baixos achincalhamentos d’*A Lucta*.

Vai mais longe para confirmar a adesão aos conservadores: “E, sem esforço, tornamo-nos (o clero e o partido marreto) senão amigos políticos, amigos particulares e companheiros de sofrimento.”

Podia ser mais explícito?

Tentando negar

Na edição de 25 de novembro de 1922, ao lado da pressão exercida para que abandonem o jornalista aliado à própria sorte, o *Correio da Semana* se empenha em tapar o sol com a peneira, em negar a militância político-partidária do bispo:

O Sr. D. José – desde o primeiro dia do seu paroquiato, como vigário de Sobral, até as últimas descobertas de Deolindo Barreto – já manifestou, em público ou privadamente, ter espírito partidário? Já ajudou de qualquer modo – com palavras, com insinuações, com dinheiro etc., a algum partido político de Sobral, ou de fora? Não terá o Sr. Bispo energia bastante para fazer respeitar a sua vontade na confecção do seu jornal?

Demissão

A 16 de dezembro, vendo baldados seus esforços, os padres querem a demissão de Deolindo do emprego na prefeitura. Escreve o Padre Joaquim Severiano:

Pois, a meu ver, se não havia outros compromissos, era só demiti-lo do emprego, retirar-lhe do seu jornal o expediente e mais ganhos da política, negar-lhe o bafejo do partido para as assinaturas de *A Lucta* e, como saco vazio não se põe em pé, mandar o indomável homem a um emprego rendoso, longe de Sobral, onde ele pudesse continuar a escrever sem nos envergonhar e nos “afligir”.

Na falta da censura à imprensa, o sacerdote estava certo. Em seu brutal pragmatismo, completa a receita: “Não há altivez e independência possível, quando se tem necessidade de viver [...] Bem disse o sábio, ‘primeiro viver, depois filosofar.’”

O duelo e a simpatia pelo vitorioso

O assassinato do chefe do destacamento policial, logo após sua chegada a Sobral, por um vereador oposicionista, Francisco de Almeida Monte, protegido dos juízes José Saboya e Clodoveu Arruda, em praça pública, plena luz do dia, constitui desafio político. Deixa claro que os marretas, liderados pelos magistrados, continuam acima da lei. Os democratas o percebem. Assim, um dos cavalos de batalha de *A Lucta* em 1922 é a denúncia do crime, cometido por Chico Monte, seu inimigo jurado, prontamente absolvido pelos juízes sobralenses.

O *Correio da Semana*, que praticamente ignorara o ocorrido, a 11 de novembro se congratula com os magistrados da terra que haviam absolvido Chico Monte. O título da matéria é de notória provocação:

Doeu?

Pois se quiserem curar a dor com mais “independência e altivez”, queixem-se não do marretismo do *Correio da Semana*, que isso é chapa velha que não lasca mais nada, mas da marrética unanimidade de votos do Supremo Tribunal da Relação de Fortaleza.

Desta combinação de pareceres entre a Relação e o juízo singular de cada um dos nossos Magistrados – pouco importando a cor política, aliás, bastante mesclada, dos nove – nasceram os parabéns e as admirações afetuosas do nosso fidelíssimo jornal.



Reforço

A 14 de fevereiro de 1923, o bispo era forçado a dirigir circular reservada aos vigários e sacerdotes da diocese exigindo mais energia no combate ao jornal condenado.

No documento ele reconhece que não poucos, que se dizem católicos, não se têm conformado “com as nossas estritas determinações sob falsíssimos e errôneos pretextos.”

Daí renovar instruções aos padres cuja “observância rigorosa lhe impomos *sub gravi* e em virtude da Santa Obediência”:

Leia e explique V. Revma. aos fiéis os citados números da Carta Pastoral Coletiva, por ocasião da prática dominical, expondo-lhes a gravidade do pecado de desobediência, de cooperação de escândalos etc. que cometem os recalcitrantes.

Pedia ainda: “Aconselhe V. Revma. os seus amigos e os fiéis, em geral, que não assinem o jornal condenado, cuja linguagem insultuosa ainda perdura, e o devolvam sem demora, se em boa fé o houverem assinado.”

Na defensiva, acrescentava:

Explique V. Revma. que não se trata de questões políticas. Seria desnecessário dizê-lo se os responsáveis pela triste situação das coisas não tivessem a petulância de apregoá-lo, com o perverso intuito de desviar os fiéis do cumprimento de seus deveres religiosos, e assim favorecer o insultador do Clero, do Bispo, da Igreja e do próprio Cristo Nosso Senhor.

E, por fim, cobrava resposta às suas determinações: “Deus guarde e abençoe. V. Revma. a quem pedimos nos dê ciência de haver recebido esta carta, e de como cumpriram as nossas determinações.”

A 10 de março de 1923, o *Correio* insiste na pressão sobre o Partido Democrata para que se isole de *A Lucta* e de Deolindo Barreto. O editorial traz o título “Verdade dolorosa” e aponta a seus leitores artigo do adversário sobre o Padre Joaquim Severiano: “Aí têm os leitores do *Correio da Semana*, o órgão que o bispo da diocese condenou e os chefes do partido dominante de Sobral timbram em sustentar, mesmo com o sacrifício de uma apostasia religiosa.”

Adiante, reconhece o prestígio de que desfruta o adversário, tão menosprezado noutras oportunidades:

É preciso que a história contemporânea de Sobral registre para o futuro esta desmedida intolerância política de um partido em pleno fulgor de seu domínio, este recuo apavorante e assustadiço de um grupo respeitável de distintos cidadãos que, numa época de tão apregoadas franquias liberais, se deixaram mesquinhamente amordaçar por um corifeu da impiedade, um inimigo declarado e ostensivo de nossa fé.

Transferência

A transferência de Dom José para a diocese de Uberaba foi um duro golpe. Para uns era considerado castigo, para outros, um meio de retirá-lo de Sobral a fim de poder se recuperar e galgar altos postos. Este era, sem dúvida, o pensamento do seu parente, Dom Jerônimo, que acompanhou todo o drama.



Dom José não queria sair de Sobral. Achava humilhante, embora não deixasse transparecer. Achou bom ser reconduzido para Sobral embora tivesse de se curvar diante dos fatos, isto é, foi o prestígio do Dr. José Saboya que solucionou o caso. O Embaixador do Brasil junto à Santa Sé era muito amigo do irmão do Dr. José Saboya a quem foi confiado todo o caso. (*Padre Mendes Lira*, p.7).

A morte do inimigo

As forças celestiais não quiseram agir contra o jornalista Deolindo Barreto. Embora os padres ainda tenham mandado buscar advogado em Fortaleza, Gomes de Matos, para processá-lo, nada conseguiram. O jeito foi liquidá-lo fisicamente, numa manhã de eleição, no prédio da Câmara Municipal.

As mortes de Deolindo

O ódio que Deolindo Barreto, fundador de *A Lucta*, despertou na oligarquia cearense foi tão intenso que não passou com seu trucidamento. Ele se refletiu no noticiário da imprensa do Rio – pois o crime teve repercussão nacional –, de Fortaleza e de Sobral. Não será exagero dizer que sua segunda morte foi decretada pela categoria que integrou.

Ainda em seu leito de dor o jornalista foi alvo de campanha tão cruel que levou o senador João Tomé a ocupar a tribuna da Câmara Alta, a 28 de junho, a fim de pedir piedade.

Primeiro, ele defendeu o presidente do Estado Ildefonso Albano de perseguir os acusados de matar o jornalista, esperta tática da imprensa oposicionista para desviar a atenção da opinião pública do homicídio: “Esse assassinato foi premeditado, concertado entre

quatro desordeiros conhecidos, que trazem constantemente alarmada a família cearense.”

Aproveitando-se do pleito, julgaram azado provocar um pequeno tumulto a propósito de uma questão de presidente da câmara, e, estabelecida a natural confusão, dois dos bandidos agarravam a Deolindo Barreto, facilitando aos outros dois comparsas a triste empreitada de o fuzilarem pelas costas.

A seguir, endereça o apelo à imprensa:

Se a causa de Deolindo Barreto, por qualquer circunstância, não pode merecer a sua solidariedade, que, ao menos, guardem sobre ela silêncio religioso, em respeito à dor dessa viúva e desses oito filhos orfanados e desprovidos do único arrimo que tinham, por mãos assassinas.

Repercussão

O *Correio da Manhã*, do Rio, de 17 de junho de 1924, publicou este tópico: “A safra dos assassinatos”.

O caso de Sobral não está conhecido em suas minúcias, mas a circunstância que salientamos veio logo a público. O assassino é um indivíduo que matara, no ano passado, um tenente da força pública estadual, delegado naquela mesma cidade. Matou e escapou aos castigos da justiça. Impune, imolou outra vítima, certo de que nada lhe acontecerá.

Já o *Correio da Semana* assim se manifestou: “Há vidas que são como avalanches: congregam em si tais manifestações de ideias e conceitos que, superiores ao meio em que se agitam, as arrastam violentamente à ruína e à morte.” Outra manifestação é esta:

Espírito inteligente, produto de si mesmo, suprimindo com uma assombrosa faculdade de intuição, o que uma limitada cultura não podia dar, Deolindo Barreto era um desses homens em quem as ideias e os princípios se chocaram com a restrição do meio ambiente.

Organização combativa, não recuando ante inimigos poderosos, senhores da situação, caiu, afinal, quando ia cumprir um dever elementar de cidadão, numa das mais cultas cidades do interior do estado.

Seja, talvez, que a ação dos homens jamais corresponda a seus princípios, que, nascidos na psiquê, não encontram na matéria bruta elementos capazes de executá-los, seja como for, o crime de 15 corrente, que teve seu epílogo fatal, com a morte, quarta-feira às 3 horas da madrugada, de um dos maiores jornalistas do interior do estado, - é um desses crimes em que a mão assassina foi guiada por um desencadear de paixões vis, geradas pela intolerância política, pela ignorância, pela selvageria de nossos costumes, pela impunidade dos maus e pela consagração de seus atos criminosos.

Exaltado por vezes, nem sempre se guiando por uma cordata apreciação dos homens e dos fatos, apaixonando-se continuamente, na defesa dos interesses de seu partido político, Deolindo

Barreto, ha três lustros, vinha participando ativamente de todas as manifestações da opinião pública, em Sobral. Jamais, entretanto, usou de outro processo que de sua pena para combater ou ferir o adversário. (*Correio do Ceará* de 21.6.1924, dirigido por A.C. Mendes).

Ofensiva

Na imprensa carioca, os inimigos do extinto diretor de *Lucta* procuram, conforme a tradição, descaracterizar sua morte como atentado à imprensa, tentado até negar sua condição de jornalista.

É o que diz Vicente Saboya à *Gazeta de Notícias*, do Rio:

Não se trata de agressão a um jornalista, como, abusando da boa fé da imprensa carioca, querem fazer crer meus adversários. A infeliz criatura, que dizem ter sido vítima, além de não merecer o título de jornalista, pois dirige apenas um reles pasquim, de formato mínimo como a intelectualidade do seu diretor, no caso em questão, figura como desordeiro a serviço do governo. A missão desse pobre rapaz é insultar, em linguagem de portão de feira despolicuada, os homens respeitáveis de Sobral. Até o clero sobralense, que, como todo o clero de minha terra, se caracteriza pela tolerância e apego às virtudes cristãs, era constantemente atacado por esse jornal que não abria exceção nem mesmo para o virtuoso bispo diocesano, dom José Tupinambá, uma das maiores glórias do clero nacional. Atualmente no Rio, o chefe da

igreja de Sobral poderá atestar a verdade do que afirmo. (Carta à *Gazeta de Notícias* de 19 de junho de 1924).

Defesa de Chico Monte

Sobre o assunto, Vicente Saboya afirma ainda:

Outro ponto que, por amor da verdade, desejo retificar é o relativo à apreciação do caráter do Sr. Francisco Monte, que o governo cearense, levianamente, sem conhecimento dos fatos, apressou-se em apontar como responsável pelos ferimentos recebidos pelo Dr. Deolindo Barreto. Aquele moço, pertencente a uma das mais dignas famílias do Ceará, é um cidadão probo, trabalhador, sem vícios e não o perverso assassino de um oficial de polícia. Esse fato, verdadeiro em si, não macula de maneira alguma a reputação do Sr. Monte, pois no caso de agir em legítima defesa, repelindo o seu agressor, em luta em que recebeu 23 ferimentos. Tão caracterizada foi a legítima defesa que o juiz de direito de Sobral, Dr. José Saboya, meu irmão, o impronunciou, sendo sua sentença unanimemente confirmada pelo Tribunal da Relação do Estado de magistrados íntegros, acima de qualquer suspeita.

O doutor José Saboya, então no Rio, envia carta ao *Correio da Manhã* desmentindo ser parente de Chico Monte:

Seu parentesco não me traria desdouro, tanto mais quanto, individualmente e pelo seu caráter, o considero em pleno superior a certos inicitatus que sob diversos disfarces chegaram a ter ingresso nas assembleias políticas do país. (19.6.1924).

Novos ataques

A artilharia pesada da imprensa carioca continua a atirar sobre o cadáver de Deolindo e seus ataques são transcritos na imprensa de Fortaleza e em *A Ordem*, de Sobral.

A *Tribuna*, órgão do Partido Republicano Cearense, dirigida pelos irmãos Fernandes Távora e Adhemar Távora, publica a carta do doutor José Saboya ao *Correio da Manhã*, sob o entusiasmado título “Como fala um homem de fibra”.

É certo que alguns jornais criticaram o crime de Sobral. Quase todos, porém, fizeram alguma restrição ao estilo, à gramática, à virulência do morto. Daí o discurso do senador João Tomé e a edição póstuma de *A Lucta* de 28 de junho, rebatendo a versão de *A Ordem* sobre os acontecimentos de 15 de junho no prédio da Câmara Municipal.

O Nordeste, jornal da Igreja Católica em Fortaleza, registrou, na edição de 20 de junho de 1924, a morte de Deolindo, aproveitando “para estranhar a ação da polícia, contra seus assassinos varejando casas particulares, inclusive a do coronel Teófilo Ramos, que nada teve com o conflito”. E assim define a situação de um dos acusados: “Vicente Bento continua muito mal, parecendo que não escaparia”, e fala de Deolindo como a primeira vítima do sangrento conflito de domingo último. E aproveita para a última crítica ao morto:

Muitas vezes obrigado, por dever de consciência de profissão, a verberar os destinos e incontinência de linguagem do jornalista falecido que não respeitava, sequer, a austeridade dos representantes da Igreja, *O Nordeste* sente, com muita mágoa, o seu falecimento ocorrido em tão tristes condições, sensível a toda a sua família, viúva, filhos e demais parentes.

Logo a seguir, mostra que não está tão magoado assim porque condena a ação da polícia contra os acusados do homicídio “como uma arbitrariedade de todo o ponto injustificável” e pede que apure das responsabilidades do conflito “pessoa de absoluto critério e perfeita isenção, em face dos interesses partidários em jogo”.

Dia 21, como já dava para prever, *O Nordeste* condena a nomeação do delegado especial Adatao Fernandes:

Andou mal avisado o governo nessa escolha, que deveria recair em pessoa de absoluta isenção que pudesse inspirar inteira confiança à opinião pública. Não sucede assim com o Dr. Adatao que não deu boa nota de sua isenção, no cargo de delegado de polícia, de que o demitira, há pouco ainda, o mesmo atual governo.

No dia 25, *A Ordem* era prudente. Desejava boas-vindas ao delegado e votos da mais absoluta retidão de justiça. Transcrevia artigo do *Jornal do Comercio*, de Fortaleza, contra a ação policial, sob o título “Uma violência absoluta”, contra o dono da casa, “do nosso valoroso amigo Francisco Petronillo e de sua respeitável sogra dona Bem-Vinda Coelho Monte”, à procura de Chico Monte.

Piedade cristã

Não vá o leitor pensar que os padres não tinham piedade cristã em seus corações lá em Sobral. Tinham e muita.

Foi só terem a garantia de que Deolindo Barreto estava definitivamente liquidado, com a espinha dorsal quebrada a bala, encheram-se de comisseração por aquele infeliz.

O Padre Leopoldo, ao saber que ele já entregara a alma a Deus, simplesmente pediu ao advogado, Gomes de Matos, para desistir do processo “por crimes de injúrias impressas”, baseado nos sãos

princípios da justiça e da religião católica, intentado em 2 de maio de 1923. Era tão cristão que solicitou ao desembargador Félix Cândido, a 17 de junho de 1924, a se dignar suspender qualquer procedimento contra Deolindo Barreto. Pedia que fosse tomada a termo a desistência requerida, fazendo-se sobre a aludida causa perpétuo silêncio. Eram 17 de junho de 1924.

O silêncio pedido pelo padre sobre Deolindo foi atendido. Ele tivesse uma segunda morte, o esquecimento. Nisso desde logo se empenhou o próprio *Correio da Semana*, em Sobral. A mesma tarefa, claramente, desempenhou em Fortaleza seu coirmão, o jornal católico *O Nordeste*.

“O tumulto, verificado na ocasião do tiroteio, impossibilitou saber-se quais os nomes dos culpados. Houve tiros de parte a parte, sendo, assim, feridas pessoas de ambas as facções dos contendores”.

“Mesmo o próprio delegado, presente ao tiroteio, nada conseguiu averiguar, deixando assim de efetuar prisões”. (*O Nordeste*, 18.6.1924, p. 2. Diretores: Andrade Furtado e Martins Rodrigues).

Vinte e cinco anos depois

Chico Monte carregou a vida inteira o fardo da acusação de haver atirado em Deolindo Barreto. Vinte e cinco anos depois, já deputado federal, tendo derrotado o candidato do doutor José Saboya na disputa da prefeitura de Sobral, ouviria a mesma acusação de seu genro, o então senador Plínio Pompeu.

Agora a morte de Deolindo servia à exploração de seus antigos patrocinadores.

A 3 de abril de 1939, *O Estado*, então jornal do Partido Social Democrata, publica entrevista de Chico Monte respondendo a ataques do senador Plínio Pompeu, tendo como motivação a acusação de fraude eleitoral da escolha do prefeito Jacinto Antunes:

“Todos os atos de violência, a mim atribuídos pelo senador Plínio, datam da época em que eu explorado pelo sogro daquele parlamentar quando, pelo meu desassombro pessoal, mantinha o prestígio da família Saboya na zona norte do estado” diz ele, em argumentação que lembra a de Deolindo Barreto e de seus amigos, depois de seu fuzilamento.

“A esse tempo, o Sr. Plínio Pompeu batia palmas às minhas virtudes pessoais, pois já era genro do Dr. Saboya”. (Aqui há um equívoco irrelevante de datas. Para que se tenha uma ideia da responsabilidade atribuída ao sogro do senador Pompeu na morte do jornalista Deolindo Barreto, basta ler publicação feita por um dos filhos da vítima, Jocelyn Barreto Brasil, hoje oficial das nossas forças armadas, que acusa o senhor Saboya como o maior bandido que já pisou a face da terra).

E prossegue:

Essa publicação foi distribuída em boletim em Fortaleza, quando ali chegava o sogro do senador Plínio Pompeu e ao mesmo se refere. Não sei como o senador Plínio tem a audácia de mencionar fatos relacionados com o trucidamento do jornalista Deolindo Barreto, quando o certo é que seu sogro foi sempre apontado como mandante do crime por ser o interessado direto na morte daquele jornalista. Por outro lado, também é certo que provei perante a justiça de minha terra que nenhuma participação tive na morte do jornalista Deolindo Barreto e os autores do homicídio são apontados como elementos hoje filiados ao partido do senador.

A entrevista saiu na edição de 3 de abril de 1949 de *O Estado*. Nela, ele defende ainda o juiz Floriano Benevides da acusação de comunista feita (também) por Plínio Pompeu. Benevides acolhera dezenas de queixas trabalhistas contra a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano.

Em 1962, Cesário Barreto, sobrinho de Deolindo, desavindo com o Padre Palhano de cuja candidatura fora o principal articulador, se elege prefeito de Sobral justo com o apoio da corrente política de Chico Monte de quem se tornara amigo e confidente.

O julgamento dos filhos

Eis a versão do jornalista Jocelyn Brasil, que usa o pseudônimo “Pedro Zamora”, para o desaparecimento de seu pai:

Quando a gente responsabiliza os da igreja pela morte de nosso pai não estamos afirmando que dom José e seus apaniguados tenham contratado Chico Monte para assassinar o nosso pai. Não, não foi assim. A igreja de Sobral criou o clima para que aquilo acontecesse. Eles, os de batina, armaram o braço assassino, querendo ou sem querer, já o juiz de direito, o senhor José Saboya, este eu acuso como responsável direto pelo crime [...].

Em tom bem mais virulento, outro filho, o general Dráusio Brasil Barreto Lima, acusa o bispo:

Como tardiamente descobriu, era impossível derrotar aquela inteligência com as armas da dignidade, da justiça e do caráter, era preciso lançar mão da prepotência, da vilania, da indignidade e dos recursos ilícitos e foi o que fez. Excomungou o jornalista.

Sob tal clima, ante tanta tensão, era de se esperar a qualquer momento uma ação mais drástica dos

todo-poderosos da localidade no sentido de eliminar aquela voz que bradava num deserto de homens, de carácter e de justiça. (E não deu outra coisa).

Sobre a preparação antecipada do covarde atentado, podemos apresentar como provas irrefutáveis:

- a) tumultuação da eleição para criar atentado favorável à ação dos facínoras;
- b) o arranjo conseguido para que a polícia comparecesse ao local desarmada;
- c) a apropriação e a escolha do local onde se deveria consumir o atentado;
- d) a isca que deveria atrair o jornalista, sozinho, ao local e a presença do indivíduo que deveria segurar o braço do jornalista, impedindo-o de usar a arma.

Quem matou Deolindo

Segundo o ex-senador Parsifal Barroso, genro de Chico Monte, o autor da execução de Deolindo Barreto foi o farmacêutico Joanes Monte:

Informo-lhe, a bem da verdade, que o heróico Chico Monte suportou a acusação de haver morto o jornalista Deolindo Barreto por força de conveniência de família e lealdade a seu chefe de então, mas eu e Olga tivemos a graça de saber pelo nosso saudoso tio John Sanford que ele não atirara, tendo falecido Deolindo por um tiro desfechado pelo falecido Joanes Monte, primo de nosso injustiçado Chico Monte. (25 de outubro de 1982).



O ex-senador Plínio Pompeu, genro do doutor José Saboya, acha que a morte do jornalista foi obra do acaso porque:

O Dr. José Saboya nunca se sentia atacado por Deolindo, que era um jornalista panfletário, de inclinação esquerdista e com pouca divulgação. Na ocasião de sua morte, durante uma reunião na Câmara Municipal, o Dr. José Saboya estava no Rio e presidia a sessão o Dr. Clodoveu Arruda. Houve uma forte discussão, Deolindo sacou de um revólver, talvez sem intenção de disparar – Vicente Bento, que era inimigo de Deolindo, o segurou e dele recebeu um tiro; responde Vicente Bento com outro tiro em Deolindo e, em seguida, recebia outro tiro de alguém, o que não ficou esclarecido no processo, e que o matou.

A morte de Deolindo não foi premeditada e nem necessária. Foi mais um acidente. Ele – embora com suas inclinações esquerdistas – era inteligente e bom pai de família, e nessas condições, sua morte só poderia ser deplorada. (7.12.1983).